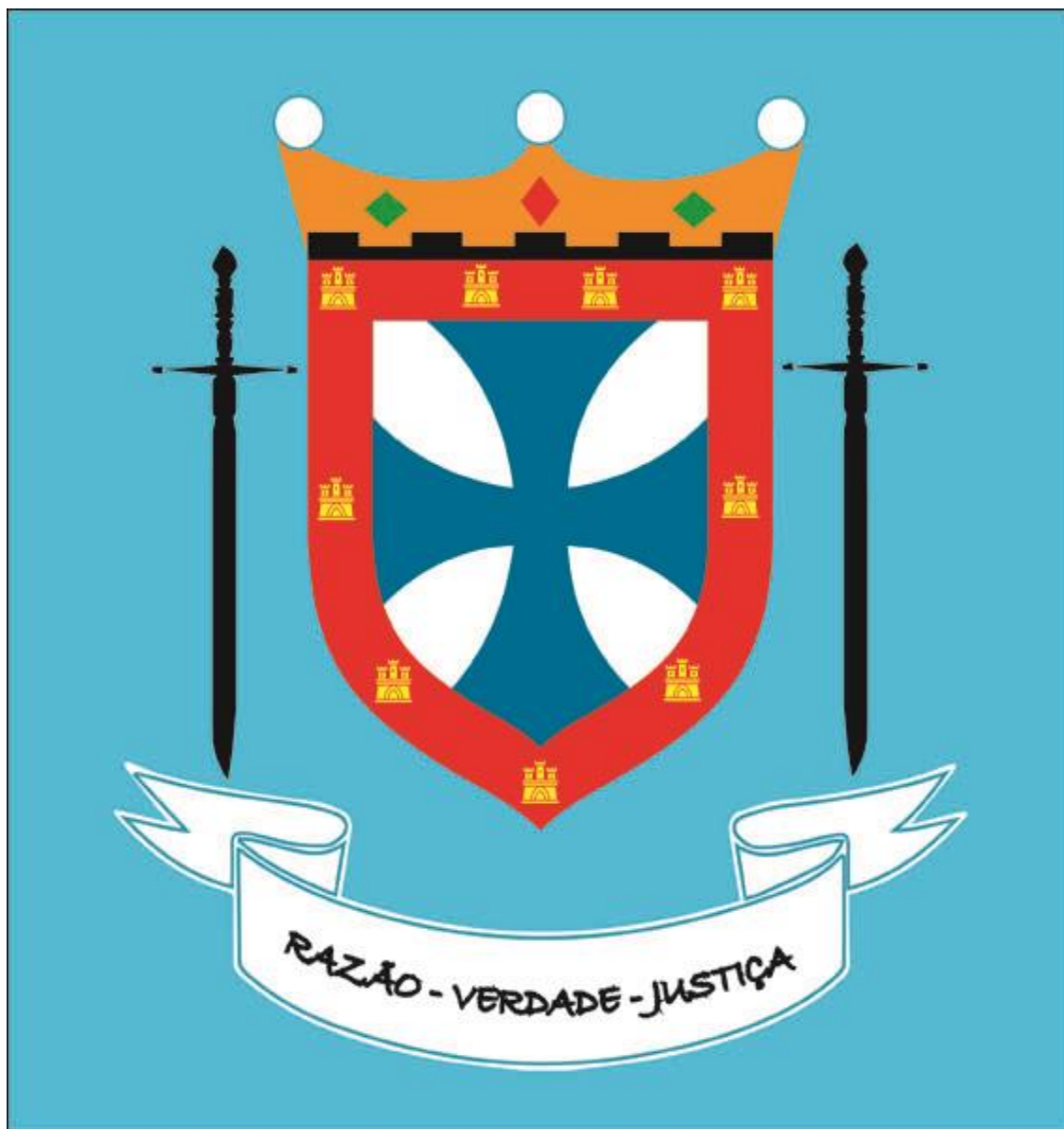


CASA IMPERIAL PORTUGUESA
COLECÇÃO
DIPLOMAS DOS SECTORES MINISTERIAIS
PORTUGUESES



DIPLOMA DO JOGO

TÍTULO PRIMEIRO – JOGO.

CAPÍTULO PRIMEIRO – DISPOSIÇÕES GERAIS.

ARTIGO PRIMEIRO – OBJECTO E DEFINIÇÕES.

1 – O presente diploma tem por objectivo estabelecer a definição do regime jurídico aplicável:

a) Ao controlo do mercado lícito das actividades do jogo e dos serviços prestados derivados das mesmas actividades com excepção do ensino do jogo constante do DIPLOMA DA EDUCAÇÃO, para fins de competição, de recreação ou de investimento de capitais ou bens patrimoniais dos cidadãos, tendo presente a lealdade, a verdade e a justiça das normas do próprio jogo, dos seus praticantes e dos agentes do jogo intervenientes em cada uma partida, como base de todo um eliminar as situações de trapaça e de proteger as situações de tabulagem dos cidadãos;

b) Ao tráfico, produção, fabrico, comercialização, uso, utilização e consumo ilícito de actividades do jogo e de serviços prestados derivados das mesmas actividades; e

c) Ao consumo de actividades do jogo e de serviços prestados derivados das mesmas actividades.

2 – Para efeitos do disposto no presente diploma, entende-se por:

a) JOGO – Acção de subscrição aleatória presencial ou on-line de competição, recreação ou de investimento de capitais monetários ou bens patrimoniais dos cidadãos sujeita à possibilidade de ganhar ou de perder, praticada de molde sistemático, individual ou colectivamente, realizada permanente ou temporariamente, tendo presente que no risco de perder está a sua onerosidade e o conferir a virtude, o estímulo ou a recompensa da parada em cada uma partida e o êxito das competências em exercício;

b) JOGO PATRIMONIAL – Jogo cuja parada é premiada com bens patrimoniais naturais, materiais ou serviços, nomeadamente as roletas populares, as rifas e os brindes;

c) JOGO MONETÁRIO – Jogo cuja parada é premiada com capital monetário, nomeadamente os casinos, os bingos, as lotarias, os jogos de apostas e os hipódromos;

d) SERVIÇO PRESTADO DERIVADO DAS ACTIVIDADES DO JOGO – Toda a acção de apoio, auxílio, assistência e outros serviços prestados em exercício nas actividades do jogo;

e) PRODUTO – jogo patrimonial ou jogo monetário obtido nas actividades do jogo;

f) **PRODUÇÃO** – A obtenção por quaisquer métodos económicos e de jogo ou de transformação, tradicional ou industrial, de actividades do jogo patrimonial;

g) **FABRICO** – A obtenção por quaisquer métodos económicos e de jogo ou de transformação, tradicional ou industrial, de actividades do jogo monetário;

h) **MANIPULAÇÃO** – O processo físico ou químico mediante o qual se caracteriza a qualidade, a especificidade e as características próprias da pedagogia em uso e utilização nas actividades do jogo e dos serviços prestados derivados das mesmas actividades;

i) **IMPORTAÇÃO** – A introdução no espaço territorial português de actividades do jogo e de serviços prestados derivados das mesmas actividades, provenientes de estados soberanos exteriores ao império português;

j) **EXPORTAÇÃO** – A saída do espaço territorial português para estados soberanos exteriores ao império português de actividades do jogo e de serviços prestados derivados das mesmas actividades;

l) **TRÂNSITO** – A passagem pelo espaço territorial português ou o transbordo de actividades do jogo;

m) **INTRODUÇÃO** – A entrada física no espaço territorial português de actividades do jogo e de serviços prestados derivados das mesmas actividades, provenientes de outro estado soberano constituinte do império português;

n) **EXPEDIÇÃO** – A saída física do espaço territorial português de actividades do jogo e de serviços prestados derivados das mesmas actividades, para outro estado soberano constituinte do império português;

o) **INSTALAÇÃO do OPERADOR** – Toda a infra-estrutura ocupada por um operador num determinado local, envolto das actividades constantes do presente diploma;

p) **COLOCAÇÃO no MERCADO** – Toda a acção de fornecimento da comunidade, a título oneroso ou gratuito de actividades do jogo e de serviços prestados derivados das mesmas actividades;

q) **OPERADOR** – Toda a pessoa singular ou colectiva que exerce a sua actividade profissional com actividades do jogo e com serviços prestados derivados das mesmas actividades.

ARTIGO SEGUNDO – TABELAS.

1 – Classificação das actividades do jogo patrimonial:

a) Roletas populares;

b) Rifas;

c) Brindes;

d) Jogos de sorte.

2 – Classificação das actividades do jogo monetário:

a) Casinos;

b) Bingos;

c) Lotarias;

d) Jogos de Apostas;

e) Hipódromos;

f) Jogos de sorte.

3 – Classificação dos serviços prestados derivados das actividades do jogo:

a) Actividades de apoio;

b) Actividades de auxílio;

c) Actividades de assistência;

d) Outros serviços prestados do jogo.

4 – Actividades do jogo e serviços prestados derivados das mesmas actividades proibidos, de produção, fabrico, comercialização e consumo:

a) Actividades do jogo patrimonial:

b) Actividades do jogo monetário:

c) Serviços prestados do jogo:

1. Actividades de apoio:

2. Actividades de auxílio:

3. Actividades de assistência:

4. Outros serviços prestados do jogo:

5 – As tabelas serão obrigatoriamente actualizadas de acordo com a evolução do conhecimento do jogo em uso, utilização e consumo no mercado português e com as alterações aprovadas pelo órgão próprio das nações unidas, segundo as leis previstas nas convenções ratificadas pelo estado português.

ARTIGO TERCEIRO – ÂMBITO DA APLICAÇÃO E DO CONTROLO.

1 – A produção, fabrico, emprego, comércio, distribuição, importação, exportação, introdução, expedição, trânsito, transbordo, a detenção a qualquer título, a colocação no mercado, as actividades intermédias e o uso, utilização e consumo de actividades do jogo e de serviços prestados derivados das mesmas actividades, ficam sujeitos e obrigados aos condicionamentos, autorizações e fiscalização constantes do presente diploma.

2 – Ficam obrigados a controlo todas as actividades do jogo e serviços prestados derivados das mesmas actividades referidos nas convenções relativas ao jogo em exercício, uso e utilização nas actividades constantes do presente diploma ratificadas por Portugal e respectivas alterações.

ARTIGO QUARTO – LEIS E CONCEITOS TÉCNICOS.

1 – As leis e os conceitos técnicos contidos no presente diploma são compreendidos em harmonia com as convenções relativas ao jogo em exercício, uso e utilização nas actividades constantes do presente diploma ratificadas pelo estado português.

2 – O presente diploma explicitará as leis exigidas à integridade de todo o processo e à sua plena execução, mencionando a referência às quotas de produção e de fabrico, aos cidadãos e entidades autorizados ou autorizadas a adquirir actividades do jogo e serviços prestados derivados das mesmas actividades em exercício, uso e utilização nas actividades constantes do presente diploma, às condições de entrega, aos registos a elaborar, às comunicações, informações e autorizações a prestar, aos relatórios a fornecer, aos benefícios e às restrições das liberdades sociais, bem como às taxas do exercício das actividades e às sentenças inerentes ao desrespeito e violação pela regulamentação do presente diploma.

ARTIGO QUINTO – DEVER GERAL DE INFORMAÇÃO.

1 – Todos os cidadãos ou entidades autorizados ou autorizadas a praticar actividades do jogo e com uso e utilização de serviços prestados derivados das mesmas actividades, são obrigados a prestar no imediato momento em que legitimamente lhes for exigida e requerida, todas as informações e elementos solicitados pelas entidades com poder de fiscalização e controlo.

ARTIGO SEXTO – LIBERALIZAÇÃO DAS ACTIVIDADES DO JOGO E DOS SERVIÇOS PRESTADOS DERIVADOS DAS MESMAS ACTIVIDADES.

1 – A liberalização do exercício das actividades do jogo e dos serviços prestados derivados das mesmas actividades compreendidos nas tabelas referidas no artigo 2º, do presente capítulo, faz-se mediante a responsabilização dos actos de cada um profissional e de cada um cidadão consumidor, tendo presente a rentabilidade, as probabilidades e as restrições próprias do seu uso, utilização e consumo, durante o período de tempo compreendido pela sua acção, uso e utilização, devidamente diagnosticado, comprometendo-se o próprio consumidor à exigência do máximo rigor, integridade e responsabilidade dos actos perpetrados.

ARTIGO SÉTIMO – MINISTROS DO JOGO.

1 – São ministros do jogo:

- a) O ministro dos casinos;
- b) O ministro dos bingos;
- c) O ministro das lotarias;
- d) O ministro das apostas;

- e) O ministro dos hipódromos;
- f) O ministro das roletas populares;
- g) O ministro das rifas;
- h) O ministro dos brindes.

CAPÍTULO SEGUNDO – AUTORIZAÇÃO, LICENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO.

ARTIGO PRIMEIRO – LICENCIAMENTOS, CONDICIONAMENTOS E AUTORIZAÇÕES.

1 – O real instituto do jogo português é a entidade competente a nível nacional para estabelecer condicionamentos e conceder, revogar ou suspender as autorizações para as actividades relacionadas com o jogo e com serviços prestados derivados das mesmas actividades constantes do presente diploma, dentro dos limites estritos das necessidades do reino de Portugal e do cumprir os acordos comerciais estabelecidos com os países constituintes do império português e com o mundo, dando prevalência aos interesses de ordem didácticos, de investigação científica e de consumo público e privado dos agentes económicos, bem como certificar a rentabilidade e qualidade do produto obtido em toda a actividade do jogo, de produção e fabrico.

2 – Ao sector ministerial do jogo respectivo compete com base nos dados fornecidos pelo real instituto do jogo português emitir a declaração de importação ou introdução, bem como a autorização de exportação ou expedição correspondente de actividades do jogo e de serviços prestados derivados das mesmas actividades.

3 – A área presidencial do jogo é a autoridade nacional com competências para licenciar as áreas urbanas onde se realizará a produção e o fabrico de actividades do jogo em uso e utilização no consumo dos cidadãos destas actividades dependentes.

4 – A área presidencial do comércio é a autoridade nacional com competências para licenciar os estabelecimentos de venda ao público de actividades do jogo e de serviços prestados derivados das mesmas actividades constantes do presente diploma.

5 – A guarda real portuguesa é a autoridade nacional com competência para licenciar as condições de segurança das infra-estruturas envolvidas da produção, do fabrico e da comercialização de actividades do jogo e de serviços prestados derivados das mesmas actividades constantes do presente diploma.

6 – Os reais sapadores portugueses são a autoridade nacional com competências para licenciar as condições de habitabilidade e protecção das infra-estruturas envolvidas da produção, do fabrico e da comercialização de actividades do jogo e de serviços prestados derivados das mesmas actividades constantes do presente diploma.

7 – Compete a cada uma ordem profissional envolta do exercício das actividades requeridas certificar a qualificação dos respectivos profissionais envolvidos do exercício de actividades constantes da autorização.

8 – Compete aos órgãos de soberania fiscais, comprovar a idoneidade e integridade de cada um dos contribuintes mencionados ao exercício das actividades constantes da autorização.

9 – Compete aos órgãos de soberania jurídicos, comprovar a idoneidade e integridade por via do registo criminal de cada um dos cidadãos mencionados ao exercício das actividades constantes da autorização, adoptando uma atitude idónea, integra e valorosa face ao registo criminal por crimes praticados no presente diploma.

10 – O despacho de autorização, revogação ou suspensão das actividades constantes do presente diploma concedido pelo real instituto do jogo português, é publicado, divulgado e difundido pelos meios de comunicação da CASA IMPERIAL PORTUGUESA e estabelece as condições a observar pelo requerente.

11 – Cada autorização genérica concedida não ultrapassará o período de cinco anos, sendo prorrogada por igual período de tempo por comunicação do real instituto do jogo português em cada ciclo enquanto se afirmarem válidas e fundamentadas as necessidades, exigências e os fins a que se destinam.

ARTIGO SEGUNDO – PROCESSAMENTO DE AUTORIZAÇÃO.

1 – Compete ao real instituto do jogo português analisar a viabilidade e exequibilidade de cada um pedido de autorização para o exercício das actividades constantes do presente diploma, para cada um ano de exercício, nos termos dos deveres, responsabilidades e compromissos que afirma face às necessidades e exigências internas e aos acordos e compromissos comerciais imperiais portugueses e internacionais.

2 – Aprovada a avaliação da viabilidade e exequibilidade do projecto compete ao real instituto do jogo português emitir a declaração de projecto às autoridades competentes envolvidas de cada uma licença exigidas ao exercício da actividade, para que procedam de forma a uma certificação idónea, integra e rigorosa e que de forma célere emitam a respectiva licença face às responsabilidades da acção a desenvolver.

3 – Compete a cada uma entidade responsável pela certificação avaliar, qualificar e certificar as características próprias inerentes ao exercício da respectiva actividade e a sua fidedignidade na competência das funções a cumprir e a realizar, pelo que não correspondendo à integridade do processo sublinhará os factores negativos da não concessão da licença respectiva.

4 – Compete ao real instituto do jogo português com todas as licenças das entidades competentes respectivas envolvidas de todo o processo, emitir a autorização ao exercício da respectiva actividade ou indeferir a autorização da actividade proposta, comunicando a todas as entidades envolvidas da autorização a deliberação imposta e no caso de não concessão remetendo a cópia do parecer negativo da entidade ou entidades que o indeferiram.

5 – Às entidades certificadoras de licença para o exercício das actividades constantes do presente diploma compete em todo o espaço de tempo que se processar a

respectiva autorização, a verificação da integridade e fidedignidade de todo o processo de licenciamento respectivo.

ARTIGO TERCEIRO – FISCALIZAÇÃO.

1 – Compete ao real instituto do jogo português e à guarda real portuguesa e ao órgão de soberania jurídico da área de circunscrição respectiva das actividades constantes do presente diploma, fiscalizar as actividades autorizadas de produção, fabrico, emprego, comércio, distribuição, importação, exportação, introdução, expedição, trânsito, aquisição, venda, entrega, detenção, uso e utilização de actividades do jogo e de serviços prestados derivados das mesmas actividades.

2 – Na fiscalização das actividades autorizadas referidas no número anterior pode a qualquer momento ser feita inspecção aos locais de produção, fabrico, comércio e prestação de serviços, às instalações e meios de transporte e ser solicitada a apresentação e exibição de licenças, certificados, autorização, documentos, registos e produtos da actividade respectivos.

3 – Antes do início da fiscalização, o responsável pela referida inspecção identifica-se devidamente através de cartão próprio ou mediante credencial onde se mencione o seu poder de fiscalização.

4 – Se o cidadão ou entidade inspeccionado ou inspeccionada se negar e recusar a exhibir os dados ou elementos solicitados, é comunicado no imediato momento ao órgão de soberania jurídico da área de circunscrição geográfica respectiva e é pedida a intervenção das autoridades policiais para que se concretize a diligência, devendo o facto constar do relatório de inspecção, permanecendo a autoridade policial até à concretização da acção a realizar.

5 – As infracções detectadas são comunicadas no imediato momento às autoridades jurídicas que accionaram as autoridades judiciais com vista à investigação criminal e ao apuramento da veracidade da integridade de todo o processo.

6 – A toda a entidade interveniente no processo de fiscalização dos cidadãos ou entidades detentores ou detentoras de autorização para o exercício das actividades constantes do presente diploma, compete elaborar em cada uma acção de fiscalização o respectivo relatório de inspecção da operação realizada, permanecendo a entidade fiscalizadora com o original e o cidadão ou entidade visado ou visada pela inspecção com uma cópia do mesmo relatório, devidamente datado e assinado por ambas as partes que arquivaram para que conste como prova do acto realizado, ou em caso da constatação de irregularidades verificadas será incorporado no processo-crime respectivo.

7 – Mediante portaria conjunta das áreas presidenciais do jogo, da saúde, da indústria, humana, natural, universal, da ordem e da justiça, será proibida a produção ou o fabrico de actividade do jogo específica da qual se possa por via da manipulação, produção, fabrico ou preparação obter actividade do jogo proibida, de modo e forma a salvaguardar, defender e proteger a moralidade ou a saúde pública e impedir o tráfico e a comercialização ilícita de actividades do jogo.

ARTIGO QUARTO – NATUREZA DAS AUTORIZAÇÕES.

1 – As autorizações concedidas pelo real instituto do jogo português são intransmissíveis, não podendo ser cedidas ou utilizadas por outrem a qualquer título.

2 – Sempre que se trate de cidadãos ou entidades com filiais ou depósitos é necessário a respectiva autorização para cada um espaço.

3 – Os pedidos de autorização ou manutenção da autorização das actividades constantes do presente diploma, são dirigidos ao presidente do real instituto do jogo português, em suporte de papel ou por via electrónica, devendo ser acompanhados por:

- a) Cópia do bilhete de identificação de cada um elemento envolvido no processo de autorização e das demais obrigações legais;
- b) Cópia do cartão de contribuinte se o mesmo for requerido por cidadão em nome individual ou do cartão de contribuinte da empresa nos casos em que o mesmo se verifique;
- c) Bilhete de identidade de todos os cidadãos intervenientes no exercício da actividade e declaração de competências, cargos e funções exercidas por cada um no exercício da actividade respectiva;
- d) Certificado passado pela ordem bastonária respectiva de cada um dos cidadãos intervenientes no exercício da actividade;
- e) Indicação dos produtos em uso e utilização no exercício da actividade, bem como dos percursos exigidos;
- f) Indicação da rentabilidade, capacidade e qualidade do produto final a realizar, bem como das probabilidades inerentes;
- g) Modos, métodos e técnicas em uso no exercício da actividade;
- h) Planta da área de produção ou fabrico, ou da implementação das instalações para a realização das actividades previstas, incluindo armazéns ou depósitos em uso e utilização.

4 – A decisão sobre o pedido de autorização é determinado pela celeridade dos procedimentos a adoptar por cada uma entidade envolta do processo de licenciamento.

5 – O pedido de autorização é indeferido sempre que as condições exigidas por cada uma entidade interveniente no processo de licenciamento não observarem cumpridos os requisitos legais para o exercício da respectiva actividade ou existirem fundadas razões para suspeitar que a actividade se destine para fins ilícitos.

6 – Sempre que no decurso da actividade se verifiquem alterações às informações constantes, o titular da autorização deve proceder no prazo de cinco dias à comunicação ao real instituto do jogo português que accionará a entidade ou entidades da licença respectiva à observação da legalidade das alterações efectuadas.

ARTIGO QUINTO – REQUISITOS SUBJECTIVOS.

1 – Só podem ser concedidas autorizações a cidadãos ou entidades, cujos titulares, representantes legais e equipa técnica ofereçam garantias da idoneidade e integridade moral e profissional, devendo ser considerados para a avaliação do facto, parecer das várias ordens profissionais, dos órgãos de soberania jurídicos, fiscais, sociais e notariais, das entidades financeiras e de jogo respectivas, de todos os elementos envolvidos da acção a realizar, com a discriminação do cadastro respectivo.

ARTIGO SEXTO – MANUTENÇÃO E CADUCIDADE DA AUTORIZAÇÃO.

1 – No caso de falecimento, substituição dos intervenientes no processo ou de modos, métodos e técnicas em uso e utilização, ou mudança de firma, o requerimento de manutenção da autorização deve ser presente ao real instituto do jogo português no prazo máximo de cinco dias, que se obrigará à verificação dos requisitos da idoneidade e integridade moral e profissional constante do artigo anterior dos novos factores intervenientes no processo, sempre que o mesmo se verificar.

2 – A autorização caduca sempre que se verificar a cessação da actividade, se declarado pelas entidades competentes a proibição do mesmo produto e se no caso do número anterior não for requerida a sua manutenção no prazo estabelecido nos termos da lei.

ARTIGO SÉTIMO – REVOGAÇÃO OU SUSPENSÃO DA AUTORIZAÇÃO.

1 – O real instituto do jogo português deve revogar a autorização concedida, sempre que deixar de se verificar os requisitos exigidos para a sua concessão.

2 – Pode ter lugar a revogação da autorização ou ser ordenada a suspensão, por período de tempo determinado ou em definitivo, sempre que ocorra incidente de jogo, acidente técnico, subtracção ou deterioração de produtos ou percursos ou outra qualquer irregularidade passível de determinar risco significativo para a moralidade ou saúde pública, ou para o abastecimento ilícito do mercado, bem como no caso de incumprimento das obrigações que impendem sobre o beneficiário da autorização.

3 – Os despachos de revogação ou suspensão são publicados, divulgados e difundidos nos meios de comunicação da CASA IMPERIAL PORTUGUESA.

ARTIGO OITAVO – EFEITOS DA REVOGAÇÃO DA AUTORIZAÇÃO.

1 – No caso de revogação ou suspensão da autorização, o real instituto do jogo português, solicitará no imediato momento ao cidadão ou entidade envolto ou envolta do processo a devolução das existências devidamente inventariadas de produtos e dos percursos susceptíveis de uso e utilização nas actividades constantes do presente

diploma que possua, bem como pode exigir a sua devolução a quem as tenha fornecido ou ceder a outros cidadãos ou entidades autorizados ou autorizadas no seu uso e utilização.

2 – A devolução ou cedência deve ser requerida no imediato momento da revogação ou da sentença judicial condenatória, devidamente quantificadas e qualificadas em todo o processo de inventariação e transferidos por ordem do real instituto do jogo português para a reserva real do real instituto do jogo português competente, para que se proceda à sua venda ou destruição, sempre que exista risco de deterioração ou de entrada ilícita no mercado.

3 – O produto da venda das existências em processo de revogação ou suspensão, reverte para o seu proprietário sempre que a revogação ou suspensão da autorização não se processe por via de sentença jurídica condenatória, sendo deduzidas as respectivas despesas do estado em todo o processo ou reverterem na sua plenitude para o estado sempre que a mesma se revista por via de acção jurídica.

ARTIGO NONO – REGISTO DE ACTIVIDADE.

1 – O real instituto do jogo português organiza o registo de pessoas singulares e colectivas autorizadas nos termos da lei a exercer actividades constantes do presente diploma, tendo presente o respectivo cadastro no qual são averbadas, todas as infracções e remete o mesmo registo aos órgãos de soberania jurídico e policial da respectiva área de circunscrição geográfica, de modo e forma à adopção das medidas de segurança, fiscalização e controlo do exercício da respectiva actividade.

ARTIGO DÉCIMO – IMPORTAÇÃO, INTRODUÇÃO, EXPORTAÇÃO E EXPEDIÇÃO.

1 – As operações de importação, introdução e de colocação no mercado interno de actividades do jogo e de serviços prestados derivados das mesmas actividades, são comunicadas pelo real instituto do jogo português ao sector ministerial do jogo respectivo, de acordo com as necessidades e exigências prementes da vida do reino de Portugal, competindo ao respectivo ministro em colaboração com os técnicos do real instituto do jogo português a averiguação no mercado imperial português ou internacional dos produtos a acordar, tendo em conta a rentabilidade e qualidade do produto ou serviço e o seu estado de conservação ou eficiência.

2 – Compete ao real instituto do jogo português avaliar para cada ano de exercício os excedentes de produção de actividades do jogo e de serviços prestados derivados das mesmas actividades da vida do reino de Portugal e comunicar ao ministério do jogo respectivo, que observará a nível do império português e internacional às instâncias competentes de cada estado soberano da existência de excedentes produtivos ou de prestadores de serviços, de modo a acordar a sua transferência comercial.

3 – Sempre que existam indícios que a operação de importação, introdução, exportação ou expedição de actividades do jogo e de serviços prestados derivados das

mesmas actividades, se destinam à produção, fabrico ou transacções com fins ilícitos, as entidades responsáveis pela vigilância, transporte ou licenciamento informam no imediato momento as autoridades jurídicas, para que accionem as autoridades judiciais com vista à sua investigação.

4 – Compete ao ministério do jogo respectivo comunicar ao real supremo tribunal de justiça português por via da cópia das declarações, todas as importações, introduções, exportações e expedições de actividades do jogo e de serviços prestados derivados das mesmas actividades, mencionando as respectivas entidades envolvidas do processo e respectivos estados soberanos.

5 – O real instituto do jogo português no âmbito da sua competência para a concessão de autorizações de produção, fabrico e comercialização de actividades do jogo e de serviços prestados derivados das mesmas actividades constantes do presente diploma, adoptará em cada momento as medidas que entender necessárias e exigidas ao rigoroso e integro controlo das referidas operações.

6 – Aos prestadores de serviços, produtores, fabricantes, importadores, introdutores, exportadores, expedidores, grossistas ou retalhistas licenciados e autorizados a produzir, fabricar ou comercializar actividades do jogo e serviços prestados derivados das mesmas actividades, que detiverem conhecimento de encomendas ou operações suspeitas e que não denunciarem às entidades fiscalizadoras nacionais, podendo presente a gravidade do facto ser-lhe retirado a licença ou revogada a autorização, sem prejuízo da aplicação do respectivo processo criminal.

7 - Mediante portaria conjunta das áreas presidenciais do jogo, da saúde, da indústria, humana, natural, universal, da ordem e da justiça, pode ser proibida a produção, fabrico, emprego, comércio, distribuição, importação, introdução, exportação, expedição, trânsito, transporte, a detenção por qualquer título, o uso e utilização de serviços prestados derivados das actividades do jogo específicos, sempre que essa medida se revele a mais apropriada para salvaguardar, defender e proteger a moralidade ou saúde pública e impedir o tráfico e a comercialização ilícita de serviços prestados derivados das actividades do jogo.

8 – A fiscalização, o controlo e a regulamentação prevista no presente artigo, não prejudicam a ponderação em todo o momento de medidas mais estritas, de modo e forma ao pleno, íntegro e rigoroso modo de processamento das actividades e acções constantes do presente diploma.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – COMPETÊNCIA FISCALIZADORA DOS ÓRGÃOS DE SOBERANIA FISCAIS E DAS ENTIDADES ALFANDEGÁRIAS.

1 – Sem prejuízo das competências dos órgãos de soberania jurídicos, da guarda real portuguesa e do real instituto do jogo português e no sentido da máxima transparência de todo o processo, compete aos órgãos de soberania fiscais fiscalizar entre outras, as actividades de comércio, distribuição, aquisição, venda, transporte, entrega e detenção de actividades do jogo e de serviços prestados derivados das mesmas actividades e às

entidades alfandegárias fiscalizar as actividades de importação, exportação, introdução e expedição, trânsito e transbordo em espaço territorial português.

2 – Na fiscalização das actividades autorizadas referidas no número anterior pode a qualquer momento ser feita inspecção às infra-estruturas de produção, fabrico, comércio e prestação de serviços, às instalações e meios de transporte e ser solicitada a apresentação e exibição de licenças, certificados, documentos, registos e produtos da actividade respectivos.

3 – As infracções detectadas são comunicadas no imediato momento às autoridades jurídicas que accionaram as autoridades judiciais com vista à investigação criminal e ao apuramento da veracidade da integridade de todo o processo.

4 – As entidades alfandegárias dão no imediato momento conhecimento ao real supremo tribunal de justiça português das operações de desalfandegamento que tenham por objectivo actividades do jogo, com identificação do importador ou exportador, fornecedor ou cliente e designação do estado soberano, bem como da entidade transportadora, nacionalidade e licença de posse e detenção das mesmas.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – DEVER DE COMUNICAÇÃO.

1 – Compete à guarda real portuguesa comunicar e informar os órgãos de soberania jurídicos da respectiva área de circunscrição, das apreensões de actividades do jogo e de serviços prestados derivados das mesmas actividades, à margem da lei e das licenças, autorizações e concessões obrigatórias para o mesmo fim, de modo ao respectivo e imediato procedimento criminal.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – SEGURANÇA E RESERVAS REAIS.

1 – A defesa, protecção e segurança das infra-estruturas de produção, fabrico e comercialização de actividades do jogo e de serviços prestados derivados das mesmas actividades constantes do presente diploma, é da competência da guarda real portuguesa, que a exercerá no âmbito das suas funções de defesa, protecção e ordem das populações e dos seus haveres.

2 – O real instituto do jogo português possuirá reservas reais concelhias no espaço territorial português para o controlo das actividades do jogo e de serviços prestados derivados das mesmas actividades e procederão com os seus próprios técnicos à sua rigorosa quantificação e qualificação de modo e forma a serem colocados no mercado de consumo ou à sua cessação declarada por sentença jurídica.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – PROVISÕES PARA MEIO DE TRANSPORTE INTERNACIONAL.

1 – É permitido nos termos da lei a produção e o fabrico de actividades do jogo e de serviços prestados derivados das mesmas actividades em transporte internacional

colectivo autorizado pelo estado soberano no qual está registado, que se possam tornar necessários durante a viagem para o consumo dos passageiros e da própria tripulação.

2 – As actividades do jogo e os serviços prestados derivados das mesmas actividades devem ser comunicados às autoridades alfandegárias no imediato momento de entrada em espaço territorial português.

3 – Compete às autoridades alfandegárias competentes portuguesas, proceder no imediato momento às verificações, inspecções ou quaisquer outras operações de controlo que se mostrem necessárias e exigidas a bordo dos mesmos meios de transporte.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – TAXAS.

1 – A apresentação de requerimentos, autorizações e licenças e suas renovações e todos os actos sujeitos a despacho pelas entidades competentes previstos no presente diploma, estão dependentes do pagamento por parte dos interessados de uma taxa simbólica de valor a fixar por portaria conjunta das áreas presidenciais da justiça, do jogo e da indústria, mediante parecer do real instituto do jogo português, sujeita a actualização anual, tendo em conta o índice médio de preços junto do consumidor oficialmente publicado e referente ao ano anterior.

2 – O produto das taxas reverte para as autoridades competentes envolvidas de cada um acto processual.

3 – Todos os actos constantes do número 1, serão processados com recurso a meios electrónicos de pagamento, sendo a falta de pagamento voluntária dos actos determinante para a suspensão automática de toda e qualquer autorização constante do presente diploma.

CAPÍTULO TERCEIRO – COORDENAÇÃO, COOPERAÇÃO E CONTROLO.

ARTIGO PRIMEIRO – DIRECÇÃO GERAL DAS ALFÂNDEGAS.

1 – Compete à direcção geral das alfândegas:

a) Zelar pelo cumprimento da legislação alfandegária do reino de Portugal e pelo rigor dos procedimentos aduaneiros relativos a actividades do jogo e a serviços prestados derivados das mesmas actividades, delegando nas instâncias alfandegárias competentes o respectivo desembaraço aduaneiro;

b) Implementar os mecanismos adequados à completa identificação e controlo das actividades do jogo e dos serviços prestados referidos no número anterior, de acordo com as especificações constantes da autorização respectiva, procedendo nos termos legais à realização de exames e análises necessárias, precisas e exigidas a confirmar a veracidade da respectiva autorização;

c) Determinar as medidas exigidas a evitar a subtracção e desvio das actividades do jogo e dos serviços prestados derivados das mesmas actividades

constantes para destino diferente do indicado na autorização, comunicando no imediato momento às autoridades policiais e militares da respectiva alfândega.

ARTIGO SEGUNDO – INFRACÇÕES ALFANDEGÁRIAS.

1 – A violação dos actos processuais alfandegários das actividades de importação, exportação, introdução, expedição, trânsito e transbordo, constitui crime, sendo julgado pelo órgão de soberania jurídico competente da área de circunscrição geográfica respectiva do processo.

ARTIGO TERCEIRO – COOPERAÇÃO INSTITUCIONAL.

1 – O real instituto do jogo português, órgãos de soberania jurídicos e fiscais, direcção geral das alfândegas, guarda real portuguesa, ministérios do jogo respectivos, bem como todas as entidades envolvidas de todo o processo, deveram promover a troca de informações e implementar mecanismos para uma efectiva cooperação administrativa e técnica tendentes à execução das suas competências no âmbito do presente diploma.

ARTIGO QUARTO – DEVER DE DENÚNCIA.

1 – A todos os cidadãos ou entidades autorizados ou autorizadas ao exercício de actividades constantes do presente diploma, que constatem ou detenham o conhecimento no exercício da sua actividade de encomendas ou transacções de actividades do jogo e de serviços prestados derivados das mesmas actividades, suspeitos de serem desviados para fins ilícitos, compete a comunicação no imediato momento ao órgão de soberania jurídico da sua área de circunscrição geográfica, à guarda real portuguesa, direcção geral das alfândegas ou ao real instituto do jogo português dos mesmos factos, devendo a entidade visada diligenciar nos órgãos de soberania competentes as operações a realizar com vista ao apuramento da veracidade dos factos.

ARTIGO QUINTO – CONTROLO.

1 – À área presidencial do jogo compete o controlo dos modos, métodos e técnicas em uso e utilização no exercício das actividades do jogo.

2 – Ao real instituto do jogo português compete o controlo da qualidade dos produtos obtidos no acto de produção e fabrico e o controlo em todo o momento da integridade de todo o processo de produção, fabrico e comércio e todos os seus intervenientes.

3 – À guarda real portuguesa compete o controlo dos actos de consumo dos cidadãos livres, bem como dos cidadãos ou entidades envolvidos ou envolvidas do uso e utilização dos produtos para fins públicos e privados, didácticos, de investigação científica ou com outros fins.

CAPÍTULO QUARTO – FORTUNATOS.

ARTIGO PRIMEIRO – CONCESSÃO DE ALVARÁS.

1 – Por despacho do real instituto do jogo português, podem ser concedidos alvarás de fortunato para o exercício da actividade de produção, fabrico, apoio, auxílio, assistência e de outros serviços prestados do jogo e compra e venda de toda a actividade do jogo liberalizada ou liberalizado nos termos da lei.

ARTIGO SEGUNDO – TIPOS DE ALVARÁS.

1 – Tendo em consideração a actividade pretendida, as condições de segurança das instalações, as necessidades e exigências comerciais internas, imperiais portuguesa e internacionais e a aptidão e capacidade que os requerentes possuem para o exercício da respectiva actividade, são atribuídos os seguintes tipos de alvará:

- a) Alvará de fortunato do tipo 1, para a produção de actividades com roletas populares;
- b) Alvará de fortunato do tipo 2, para a produção de actividades com rifas;
- c) Alvará de fortunato do tipo 3, para a produção de actividades com brindes;
- d) Alvará de fortunato do tipo 4, para a produção de actividades com jogos de sorte;
- e) Alvará de fortunato do tipo 5, para o fabrico de actividades com casinos;
- f) Alvará de fortunato do tipo 6, para o fabrico de actividades com bingos;
- g) Alvará de fortunato do tipo 7, para o fabrico de actividades com lotarias;
- h) Alvará de fortunato do tipo 8, para o fabrico de actividades com apostas;
- i) Alvará de fortunato do tipo 9, para o fabrico de actividades com hipódromos;
- j) Alvará de fortunato do tipo 10, para o fabrico de actividades com jogos de sorte;
- l) Alvará de fortunato do tipo 11, para a compra e venda de actividades do jogo;
- m) Alvará de fortunato do tipo 12, para o apoio, auxílio, assistência e de outros serviços prestados do jogo.

2 – Os alvarás podem ser requeridos nos termos da lei por todo o cidadão ou entidade que reúna cumulativamente as seguintes condições:

- a) Seja maior de 18 anos;

- b) Se encontre em pleno uso de todos os seus direitos civis;
- c) Seja idóneo e íntegro, sendo o mesmo facto comprovado pela declaração do registo criminal;
- d) Seja portador de certificado médico;
- e) Seja possuidor de instalações comerciais, industriais ou artesanais devidamente licenciadas e que observem as condições de segurança fixadas para a realização da actividade pretendida.

3 – Sempre que o requerente se apresente como pessoa colectiva, os requisitos mencionados nas alíneas a), b), c) e d) do número anterior tem que se verificar para o corpo administrativo num máximo de cinco elementos.

4 – O alvará de fortunato é concedido por um período de 5 anos, sendo renovável por igual período de tempo mediante a verificação das condições exigidas para a sua concessão.

5 – O alvará de fortunato só é concedido depois de verificadas as condições de segurança das instalações, as necessidades e exigências comerciais internas, imperiais portuguesa e internacionais, bem como depois de comprovada a aptidão e capacidade que os requerentes possuem para o exercício da respectiva actividade, podendo o real instituto do jogo português para o efeito, solicitar parecer às associações da classe e às ordens bastonárias respectivas.

6 – Os requisitos legais fixados no número 2, são de verificação obrigatória para pessoas singulares ou colectivas provenientes de estado soberano constituinte do império português ou de países terceiros.

7 – Para os efeitos previsto no número anterior pode o real instituto do jogo português proceder à equiparação de licenças para o exercício da actividade de fortunato do tipo 1 ao 10, emitidas por estado soberano constituinte do império português ou de países terceiros, sem prejuízo da aplicabilidade de eventuais tratados ou acordos de que Portugal seja no presente domínio parte celebrante ou aderente.

8 – Aos elementos do real instituto do jogo português, quando no activo, é interdito o exercício da actividade de fortunato.

9 – Os titulares de alvará de fortunato, só podem exercer a sua actividade em estabelecimentos e locais licenciados para o devido efeito, de acordo com as normas de segurança definidas no seu licenciamento, podendo transaccionar para além dos bens, materiais e equipamentos de venda livre, actividades do jogo que no presente diploma se obriguem ao âmbito do respectivo alvará.

10 – O exercício de actividades de fortunato em quaisquer feiras, certames e exposições, carece da autorização prévia do real instituto do jogo português.

11 – As normas de funcionamento, obrigações, os requisitos da concessão e as taxas a cobrar pela emissão dos alvarás de fortunato são estabelecidos por portaria conjunta das áreas presidenciais da justiça, do jogo e da indústria, mediante parecer do real instituto do jogo português.

ARTIGO TERCEIRO – PROIBIÇÃO DE CEDÊNCIA DE ALVARÁ.

1 – O alvará de fortunato não pode ser cedido a terceiro, devendo a sua transição ser processada com recurso à declaração de cessação da actividade emitida pelos órgãos de soberania fiscais.

ARTIGO QUARTO – CASSAÇÃO DO ALVARÁ.

1 – O real instituto do jogo português pode determinar a cassação do alvará de fortunato, sempre que:

- a) Se verifique incumprimento das disposições legais fixadas para o exercício da actividade respectiva;
- b) Hajam alterações dos pressupostos em que se baseou a concessão do alvará;
- c) Sejam invocadas razões de segurança e de ordem pública.

2 – A cassação do alvará é precedida de um processo de inquérito, instituído pela guarda real portuguesa com todos os documentos atinentes à infracção e ao fundamento da cassação e com todos os elementos que se considerem exigidos e pertinentes a provar a veracidade dos factos imputados.

3 – A cassação do alvará obriga o fortunato no imediato momento do acto de cassação a encerrar as instalações e a abster-se de quaisquer actos relativos ao exercício da actividade, sob pena de incorrer no crime de desobediência qualificada, competindo à guarda real portuguesa a selagem no imediato momento das infra-estruturas até à deliberação da sentença pelo órgão de soberania jurídico competente do processo-crime.

ARTIGO QUINTO – COMÉRCIO ELECTRÓNICO ENTRE FORTUNATOS NACIONAIS.

1 – É permitido aos titulares de alvará de fortunato emitido pelo real instituto do jogo português, o comércio electrónico de bens entre fortunatos nacionais que se obriguem ao âmbito do seu alvará.

2 – O comércio electrónico não dispensa que a aquisição de bens permitidos ao abrigo do presente diploma, seja titulada pelos originais ou fotocópias autenticadas dos documentos necessários à sua realização, nem que a sua entrega seja efectuada no estabelecimento do fortunato, cujo alvará lhe permita a referida transacção, mantendo-se as obrigações legais inerentes à transferência dos bens.

3 – Compete ao real instituto do jogo português com base nos pedidos de reposição de existências subscritos pelos fortunatos nacionais, proceder com os sectores ministeriais do jogo e da indústria respectivos à declaração de importação, exportação, introdução ou expedição.

ARTIGO SEXTO – OBRIGAÇÕES ESPECIAIS DOS FORTUNATOS NO EXERCÍCIO DA ACTIVIDADE.

1 – Os titulares de alvará de fortunato, para além de outras obrigações decorrentes do presente diploma, estão especialmente obrigados:

- a) A exercer a actividade de acordo com o respectivo alvará e com as normas legais adjacentes ao próprio exercício;
- b) A manter actualizados os registos informáticos de controlo obrigatórios;
- c) A remeter às autoridades competentes cópia dos registos de controlo obrigatórios;
- d) A observar com o máximo rigor as normas de segurança a que está sujeita a actividade;
- e) A facultar às autoridades competentes sempre que por estas solicitado, o acesso aos registos obrigatórios, bem como à conferência dos produtos em existência;
- f) Às normas processuais materiais, técnicas e tecnológicas, emitidas pelo real instituto do jogo português relativas ao exercício da actividade.

ARTIGO SÉTIMO – OBRIGAÇÕES ESPECIAIS DOS FORTUNATOS NA VENDA AO PÚBLICO.

1 – A venda ao público de actividades do jogo só pode ser efectuada por cidadãos habilitados, certificados e registados nos termos da lei por a ordem bastonária correspondente, com domínio fluente do idioma português.

2 – Compete aos fortunatos ou auxiliar de fortunato confirmar e registar a identidade do comprador e o número do bilhete de identificação e realizar a compra e venda.

3 – Compete aos fortunatos ou auxiliar de fortunato explicar as características próprias dos serviços adquiridos e respectivos efeitos do seu uso e utilização, as normas de segurança inerentes aos serviços adquiridos, bem como os modos, métodos e técnicas de limpeza, conservação e utilização dos mesmos.

4 – O fortunato ou auxiliar de fortunato deverá recusar a venda de actividades do jogo sempre que não se verificar a apresentação dos documentos legais exigidos à aquisição.

5 – Compete ao fortunato ou ao auxiliar de fortunato tendo presente o disposto no número anterior, comunicar o facto no imediato momento à autoridade policial competente de modo e forma a apurar as irregularidades verificadas.

6 – Todo o fortunato ou auxiliar de fortunato de actividades do jogo deve obrigar-se ao rigoroso processo de conservação e de segurança dos produtos, bem como à

avaliação do seu estado face às funções a cumprir no consumo das famílias e dos sectores de actividade económicos destas dependentes.

ARTIGO OITAVO – CASINOS.

1 – Nos casinos nacionais a responsabilidade de controlo pelas actividades do jogo constantes do presente diploma compete às direcções do jogo, que fornecerão ao real instituto do jogo português e sempre que os mesmos requeridos os dados, elementos e informações exigidos à responsabilidade do acto.

ARTIGO NONO – BINGOS.

1 – Nos bingos nacionais a responsabilidade de controlo pelas actividades do jogo constantes do presente diploma compete às direcções do jogo, que fornecerão ao real instituto do jogo português e sempre que os mesmos requeridos os dados, elementos e informações exigidos à responsabilidade do acto.

ARTIGO DÉCIMO – ENTIDADES DE LOTARIA.

1 – Nas entidades de lotaria nacionais a responsabilidade de controlo pelas actividades do jogo constantes do presente diploma compete às direcções do jogo, que fornecerão ao real instituto do jogo português e sempre que os mesmos requeridos os dados, elementos e informações exigidos à responsabilidade do acto.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – ENTIDADES DE APOSTAS.

1 – Nas entidades de apostas nacionais a responsabilidade de controlo pelas actividades do jogo constantes do presente diploma compete às direcções do jogo, que fornecerão ao real instituto do jogo português e sempre que os mesmos requeridos os dados, elementos e informações exigidos à responsabilidade do acto.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – HIPÓDROMOS.

1 – Nos hipódromos nacionais a responsabilidade de controlo pelas actividades do jogo constantes do presente diploma compete às direcções do jogo, que fornecerão ao real instituto do jogo português e sempre que os mesmos requeridos os dados, elementos e informações exigidos à responsabilidade do acto.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – ENTIDADES DE JOGOS DE SORTE.

1 – Nas entidades de jogos de sorte nacionais a responsabilidade de controlo pelas actividades do jogo constantes do presente diploma compete às direcções do jogo, que

fornecerão ao real instituto do jogo português e sempre que os mesmos requeridos os dados, elementos e informações exigidos à responsabilidade do acto.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – ENTIDADES DE ROLETAS POPULARES.

1 – Nas entidades de roletas populares nacionais a responsabilidade de controlo pelas actividades do jogo constantes do presente diploma compete às direcções do jogo, que fornecerão ao real instituto do jogo português e sempre que os mesmos requeridos os dados, elementos e informações exigidos à responsabilidade do acto.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – ENTIDADES DE RIFAS.

1 – Nas entidades de rifas nacionais a responsabilidade de controlo pelas actividades do jogo constantes do presente diploma compete às direcções do jogo, que fornecerão ao real instituto do jogo português e sempre que os mesmos requeridos os dados, elementos e informações exigidos à responsabilidade do acto.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO – ENTIDADES DE BRINDES.

1 – Nas entidades de brindes nacionais a responsabilidade de controlo pelas actividades do jogo constantes do presente diploma compete às direcções do jogo, que fornecerão ao real instituto do jogo português e sempre que os mesmos requeridos os dados, elementos e informações exigidos à responsabilidade do acto.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – CASAS DE JOGO.

1 – Nas casas de jogo nacionais a responsabilidade de controlo pelas actividades do jogo constantes do presente diploma compete às direcções do jogo, que fornecerão ao real instituto do jogo português e sempre que os mesmos requeridos os dados, elementos e informações exigidos à responsabilidade do acto.

ARTIGO DÉCIMO OITAVO – PAPELARIAS, LIVRARIAS E QUIOSQUES.

1 – Nas papelarias, livrarias e quiosques nacionais a responsabilidade de controlo pelas actividades do jogo constantes do presente diploma compete às direcções do jogo, que fornecerão ao real instituto do jogo português e sempre que os mesmos requeridos os dados, elementos e informações exigidos à responsabilidade do acto.

ARTIGO DÉCIMO NONO – TABACARIAS.

1 – Nas tabacarias nacionais a responsabilidade de controlo pelas actividades do jogo constantes do presente diploma compete às direcções do jogo, que fornecerão ao real instituto do jogo português e sempre que os mesmos requeridos os dados, elementos e informações exigidos à responsabilidade do acto.

ARTIGO VIGÉSIMO – HIPER-MERCADOS, SUPERMERCADOS E MERCADOS.

1 – Nos hipermercados, supermercados e mercados nacionais a responsabilidade de controlo pelas actividades do jogo constantes do presente diploma compete às direcções do jogo, que fornecerão ao real instituto do jogo português e sempre que os mesmos requeridos os dados, elementos e informações exigidos à responsabilidade do acto.

ARTIGO VIGÉSIMO PRIMEIRO – HOTELARIA, RESTAURAÇÃO E PANIFICAÇÃO.

1 – Nos estabelecimentos de hotelaria, restauração e panificação nacionais a responsabilidade de controlo pelas actividades do jogo constantes do presente diploma compete às direcções do jogo, que fornecerão ao real instituto do jogo português e sempre que os mesmos requeridos os dados, elementos e informações exigidos à responsabilidade do acto.

ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO – OUTROS ESTABELECIMENTOS.

1 – Nos estabelecimentos comerciais não mencionados nos artigos 8º ao 21º, do presente capítulo, a responsabilidade de controlo pelas actividades do jogo constantes do presente diploma compete às direcções do jogo, que fornecerão ao real instituto do jogo português e sempre que os mesmos requeridos os dados, elementos e informações exigidos à responsabilidade do acto.

ARTIGO VIGÉSIMO TERCEIRO – OBRIGAÇÕES ESPECIAIS DOS FORTUNATOS NO APOIO, AUXÍLIO, ASSISTÊNCIA E DE OUTROS SERVIÇOS PRESTADOS DO JOGO.

1 – É obrigatória aos fortunatos no apoio, auxílio, assistência e de outros serviços prestados do jogo a comunicação às autoridades policiais dos cidadãos ou entidades não registados ou registadas nos termos da lei social e fiscal, de modo e forma às autoridades policiais apurarem as irregularidades verificadas.

ARTIGO VIGÉSIMO QUARTO – ENTIDADES DE APOIO, AUXÍLIO, ASSISTÊNCIA E DE OUTROS SERVIÇOS PRESTADOS DO JOGO.

1 – Nas entidades de apoio, auxílio, assistência e de outros serviços prestados do jogo nacionais a responsabilidade de controlo pelas actividades do jogo constantes do presente diploma compete às direcções do jogo, que fornecerão ao real instituto do jogo português e sempre que os mesmos requeridos os dados, elementos e informações exigidos à responsabilidade do acto.

ARTIGO VIGÉSIMO QUINTO – CONTROLO DE CONSUMO.

1 – Compete ao real instituto do jogo português proceder todos os anos ao inventário dos sectores de actividade económicos dependentes de actividades do jogo e de serviços prestados derivados das mesmas actividades, bem como estimar as quantidades do seu consumo em cada um ano de exercício, com a respectiva menção dos fins a que se destinaram e ao respectivo espaço geográfico do seu uso, utilização e consumo em termos municipais, concelhios e regionais.

2 – Compete ao real instituto do jogo português investigar as situações que registe no controlo de consumo relativamente aos sectores de actividade económicos cujo consumo de actividades do jogo e de serviços prestados derivados das mesmas actividades, seja de alguma forma anormal e desenquadrado da moderação e suficiência exigida à condição de responsabilidade, sociabilidade e identidade do reino de Portugal.

ARTIGO VIGÉSIMO SEXTO – SUBTRACÇÃO, EXTRAVIO E DETERIORAÇÃO.

1 – A subtracção, extravio e a deterioração de percursos, matérias-primas e matérias subsidiárias em consumo nas actividades do jogo e de serviços prestados derivados das mesmas actividades são no imediato momento do conhecimento dos factos, comunicados pelo cidadão ou entidade ao órgão de soberania jurídico da respectiva área de circunscrição geográfica, que accionará no imediato as autoridades judiciais, para a sua investigação, devendo todos os funcionários da entidade respectiva e responsáveis administrativos prestar a plena e total colaboração para o apuramento da veracidade do processo e do seu autor ou autores morais, bem como comunicar ao real instituto do jogo português o mesmo facto indicando com todo o pormenor possível a descrição dos factos, indicando a qualidade e quantidades de produto desaparecidos e fornecendo todos os elementos de prova que possuir.

2 – Idêntico procedimento devem adoptar os cidadãos ou entidades envolvidos ou envolvidas do exercício das actividades constantes do presente diploma relativo à subtracção, extravio ou deterioração de impressos, registos, documentos, certificados, licenças e autorizações exigidos nos termos da lei pelo presente diploma.

ARTIGO VIGÉSIMO SÉTIMO – CASINOS, BINGOS, HIPÓDROMOS E OUTRAS INFRA-ESTRUTURAS DO JOGO.

1 – Os casinos, bingos, hipódromos e outras infra-estruturas do jogo envolvidos ou envolvidas das actividades constantes do presente diploma, obrigam-se nos termos da lei às

normas processuais materiais, técnicas e tecnológicas, emitidas pelo real instituto do jogo português.

CAPÍTULO QUINTO – TRÁFICO, BRANQUEAMENTO E OUTRAS INFRACÇÕES.

ARTIGO PRIMEIRO – TRÁFICO E OUTRAS ACTIVIDADES ILÍCITAS.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que sem se encontrar dotado das licenças e autorização obrigatória para o exercício das actividades constantes do presente diploma, produzir, fabricar, preparar, oferecer, puser à venda, vender, distribuir, comprar, ceder, por qualquer título receber, proporcionar a outrem, transportar, importar, exportar, introduzir ou expedir, fizer transitar ou ilicitamente detiver, com excepção da detenção de actividades do jogo lúdicas isentas de recompensa patrimonial ou monetária para consumo próprio, actividades do jogo ou serviços prestados derivados das mesmas actividades constantes do presente diploma; ou

2 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que agindo de má-fé e contrariando a integridade do processo de licenciamento, certificação e autorização concedidos para o exercício de actividades constantes do presente diploma:

a) A deturpe, deforme e use para fins que não os propostos na respectiva autorização;

b) Produzir ou fabricar actividade do jogo em uso e utilização no consumo dos cidadãos destas dependentes, bem como produzir ou fabricar serviços prestados derivados das mesmas actividades diferentes do que consta do título de autorização;

c) Deturpar e adulterar modos, métodos e técnicas em uso e utilização na produção ou fabrico de actividades do jogo em uso e utilização no consumo dos cidadãos destas dependentes, bem como na produção ou fabrico de serviços prestados derivados das mesmas actividades;

d) Não denunciar na íntegra os montantes totais das quantidades obtidas no exercício da sua actividade económica, seja industrial ou comercial;

e) Substituir responsável ou elemento da equipa técnica em exercício, bem como transferir a zona de produção ou fabrico, ou instalação, sem comunicar ao real instituto do jogo português no prazo de cinco dias a manutenção da autorização concedida; ou

f) Ceder, introduzir ou diligenciar por que outrem introduza no mercado de consumo actividades do jogo ou serviços prestados derivados das mesmas actividades constantes do presente diploma;

é punido:

a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 7 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

3 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos, pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas e se o produto for proibido;

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes envoltos do processo; e

c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

4 – EXCLUSÃO, Exclui-se de pena quem denunciar em tempo justo os actos preparatórios, a tentativa ou a prática do crime, as origens, causas e consequências da sua existência e os seus autores materiais.

5 – A punição pelos crimes previstos nos números anteriores é exercida mesmo que os factos que integram a infracção tenham sido praticados fora do espaço territorial português, ou que se ignore o local da prática do facto ou a identidade dos seus autores.

6 – Se do acto crime:

a) Resultar a morte de cidadãos, o autor é punido:

a. Pelas consequências do acto praticado;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao total do número de anos que medeiam entre a idade de cada uma vítima no momento dos factos e a estimativa média de vida dos cidadãos, os 85 anos, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o cônjuge ou cônjuges e para os familiares directos;

c. Numa pena nunca inferior a 21 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e a água;

h. Com direito a um dia de visita mensal;

b) Resultarem lesões para cidadãos e a exigência de cuidados, tratamentos e intervenções de saúde, os mesmos serão suportados pelo autor na íntegra e pelo período de tempo no qual os mesmos se prolongarem, mesmo que em liberdade depois de cumprida a pena de cadeia efectiva.

ARTIGO SEGUNDO – ABUSO DE EXERCÍCIO DE PROFISSÃO.

1 – Todo o comerciante de actividades do jogo ou auxiliar de comerciante que o substitua na sua ausência ou impedimento que:

a) Vender ou entregar actividade do jogo fora do seu prazo de validade ou das condições de conservação e segurança exigidos nos termos da lei;

b) Fornecer actividade do jogo proibido no seu uso, utilização e consumo;

c) Não corresponder às obrigações constantes do presente diploma para com o real instituto do jogo português nos prazos estabelecidos; ou

d) Não comunicar no prazo de vinte e quatro horas após o conhecimento do facto, o extravio, subtracção ou deterioração de percursos, matérias-primas e matérias subsidiárias em consumo nas actividades do jogo constantes do presente diploma, bem como de impressos, documentos, registos, certificados, licenças ou autorizações, ao órgão de soberania jurídico da sua área de circunscrição geográfica e ao real instituto do jogo português;

é punido:

a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 3 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 100 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes envoltos do processo; e

c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

3 – Se do acto crime:

a) Resultar a morte de cidadãos, o autor é punido:

a. Pelas consequências do acto praticado;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao total do número de anos que medeiam entre a idade de cada uma vítima no momento dos factos e a estimativa média de vida dos cidadãos, os 85 anos, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o cônjuge ou cônjuges e para os familiares directos;

c. Numa pena nunca inferior a 21 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e a água;

h. Com direito a um dia de visita mensal;

b) Resultarem lesões para cidadãos e a exigência de cuidados, tratamentos e intervenções de saúde, os mesmos serão suportados pelo autor na íntegra e pelo período de tempo no qual os mesmos se prolongarem, mesmo que em liberdade depois de cumprida a pena de cadeia efectiva.

ARTIGO TERCEIRO – ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que promover, fundar ou financiar grupo, organização ou associação de dois ou mais cidadãos, que actuando concertadamente, vise praticar algum dos crimes previstos no presente diploma;

2 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que prestar colaboração directa ou indirecta, aderir ou apoiar grupo, organização ou associação referida no número anterior;

3 – Todo o cidadão que chefiar, liderar ou dirigir grupo, organização ou associação referida no número 1; ou

4 - Se o grupo, organização ou associação tiver como finalidade ou actividades a conversão, transferência, dissimulação ou receptação de bens materiais ou produtos dos crimes previstos no presente diploma;

é punido:

a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 7 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

5 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes envoltos do processo; e

c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

6 – EXCLUSÃO, Exclui-se de pena quem denunciar em tempo justo os actos preparatórios, a tentativa ou a prática do crime, as origens, causas e consequências da sua existência e os seus autores materiais.

7 – Se do acto crime:

a) Resultar a morte de cidadãos, o autor é punido:

- a. Pelas consequências do acto praticado;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao total do número de anos que medeiam entre a idade de cada uma vítima no momento dos factos e a estimativa média de vida dos cidadãos, os 85 anos, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o cônjuge ou cônjuges e para os familiares directos;
- c. Numa pena nunca inferior a 21 anos;
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e a água;
- h. Com direito a um dia de visita mensal;

b) Resultarem lesões para cidadãos e a exigência de cuidados, tratamentos e intervenções de saúde, os mesmos serão suportados pelo autor na íntegra e pelo período de tempo no qual os mesmos se prolongarem, mesmo que em liberdade depois de cumprida a pena de cadeia efectiva.

ARTIGO QUARTO – INCITAMENTO AO USO, UTILIZAÇÃO E CONSUMO ILÍCITO.

1 – Todo o cidadão que induzir, incitar ou instigar outrem, em público ou em privado ou por qualquer modo facultar o uso, utilização ou consumo ilícito de actividades do jogo ou de serviços prestados derivados das mesmas actividades constantes do presente diploma proibidos, é punido:

- a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa pena nunca inferior a 3 anos;
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 100 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes envoltos do processo; e

c. Um terço da pena se o acto lesivo for praticado em prejuízo de cidadão especial, em cidadão menor de 18 anos ou em cidadão ao seu cuidado, tratamento, vigilância, guarda ou educação, ou se agravar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

3 – Se do acto crime:

a) Resultar a morte da vítima, o autor é punido:

a. Pelas consequências do acto praticado;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao total do número de anos que medeiam entre a idade da vítima no momento dos factos e a estimativa média de vida dos cidadãos, os 85 anos, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o cônjuge ou cônjuges e para os familiares directos;

c. Numa pena nunca inferior a 21 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e a água;

h. Com direito a um dia de visita mensal;

b) Resultarem lesões para a vítima e a exigência de cuidados, tratamentos e intervenções de saúde, os mesmos serão suportados pelo autor na íntegra e pelo período de tempo no qual os mesmos se prolongarem, mesmo que em liberdade depois de cumprida a pena de cadeia efectiva.

ARTIGO QUINTO – TRÁFICO E CONSUMO ILÍCITO EM LUGARES PÚBLICOS OU DE REUNIÃO.

1 – Todo o proprietário, gerente, director ou demais responsável pela exploração de um estabelecimento de venda ao público que consentir que esse espaço seja utilizado para tráfico ou uso, utilização ou consumo ilícito de actividades do jogo ou de serviços prestados derivados das mesmas actividades constantes do presente diploma; ou

2 – Todo o proprietário ou responsável por habitação, edifício, recinto vedado ou meio de transporte que consentir que o mesmo seja utilizado para tráfico ou uso, utilização ou consumo ilícito de actividades do jogo ou de serviços prestados derivados das mesmas actividades constantes do presente diploma;

é punido:

- a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa pena nunca inferior a 3 anos;
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 100 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

3 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;
- b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes envoltos do processo; e
- c. Um terço da pena se o acto lesivo for praticado por cidadão especial, por cidadão menor de 18 anos ou por cidadão ao seu cuidado, tratamento, vigilância, guarda ou educação, ou se agravar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

4 – Se do acto crime:

- a) Resultar a morte de cidadãos, o autor é punido:

- a. Pelas consequências do acto praticado;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao total do número de anos que medeiam entre a idade de cada uma vítima no momento dos factos e a estimativa média de vida dos cidadãos, os 85 anos, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o cônjuge ou cônjuges e para os familiares directos;
- c. Numa pena nunca inferior a 21 anos;
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e a água;
- h. Com direito a um dia de visita mensal;

b) Resultarem lesões para cidadãos e a exigência de cuidados, tratamentos e intervenções de saúde, os mesmos serão suportados pelo autor na íntegra e pelo período de tempo no qual os mesmos se prolongarem, mesmo que em liberdade depois de cumprida a pena de cadeia efectiva.

5 – Só é aplicável o respectivo processo criminal e a pena após duas apreensões de actividades do jogo ou serviços prestados derivados das mesmas actividades constantes do presente diploma ilícitos, realizadas por autoridade policial, devidamente notificadas ao autor referido nos números 1 e 2 e não mediando entre elas o período superior a um ano, ainda que sem identificação dos detentores.

6 – Verificadas as condições do número anterior, é instaurado o respectivo processo criminal e deliberado na sentença judicial pelo encerramento temporário ou definitivo do espaço ou pela perda do imóvel ou meio de transporte para o estado.

ARTIGO SEXTO – DESOBEDIÊNCIA QUALIFICADA.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que se opuser, obstruir ou dificultar os actos de fiscalização realizados por autoridade de fiscalização competente, depois de advertido das consequências jurídicas do seu acto ou se recusar e negar a exhibir certificados, documentos, autorizações, licenças, informações ou produtos da actividade em exercício constantes do presente diploma, é punido:

- a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

- c. Numa pena nunca inferior a 7 anos;
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;
- f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envolvidas;
- b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; e
- c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

ARTIGO SÉTIMO – RESPONSABILIDADE PENAL DAS PESSOAS COLECTIVAS OU EQUIPARADAS.

1 – As pessoas colectivas e entidades equiparadas são responsáveis nos termos gerais, pelos crimes constantes do presente diploma.

ARTIGO OITAVO – REPATRIAMENTO DE ESTRANGEIROS E ENCERRAMENTO DE ESTABELECIMENTO.

1 – Todo o cidadão, empresa ou instituição estrangeira com residência ou sede no espaço territorial português, condenado ou condenada pelos crimes constantes do presente diploma, serão no imediato repatriados para os seus estados soberanos de origem após cumprida em espaço territorial português a sentença condenatória, bem como será encerrado no imediato momento da sentença o respectivo estabelecimento e toda a sua actividade económica ou institucional, sendo considerado perdido a favor do estado todo o bem imóvel e todos os bens materiais em uso e utilização no exercício da respectiva actividade.

ARTIGO NONO – PERDA DE OBJECTOS.

1 – São declarados perdidos a favor do estado os objectos que tiverem servido ou estivessem destinados a servir para a prática de um dos crimes previstos no presente diploma ou que pelos mesmos actos tiverem sido produzidos.

2 – O disposto no número anterior tem lugar ainda que nenhum cidadão ou entidade possa ser punida pelo facto.

ARTIGO DÉCIMO – BENS MATERIAIS OU DIREITOS RELACIONADOS COM O FACTO.

1 – É perdido a favor do estado:

a) Toda a recompensa dada ou prometida aos autores de uma infracção prevista no presente diploma, para o próprio ou para terceiros;

b) Os bens materiais, direitos e vantagens que através da infracção cometida, tiverem sido directamente adquiridos pelo autor, para si ou para terceiros, sem prejuízo dos direitos de boa-fé de terceiros; ou

c) Os bens materiais, direitos e vantagens obtidos mediante transacção ou troca por outros bens materiais, direitos ou vantagens directamente conseguidos por meio da infracção.

2 – Caso a recompensa, bem material, direito ou vantagem referidos no número anterior não puder ser apropriado em espécie, a perda é substituída pelo pagamento ao estado do respectivo valor.

3 – Estão compreendidos neste artigo, imóveis, meios de transporte, móveis, electrodomésticos com excepção do frigorífico e do fogão, depósitos bancários à ordem e a prazo, títulos de garantia, débito e crédito, jóias, obras de arte e demais bens de fortuna.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – DEFESA DE DIREITOS DE BOA-FÉ DE TERCEIROS.

1 – Todo o terceiro que invocar a titularidade de bem material, direito ou vantagem, quando o mesmo sujeito a apreensão ou a medidas legalmente previstas aplicada a arguido por infracção constante do presente diploma, pode deduzir no processo a defesa dos seus direitos, através de requerimento em que alegue a sua boa-fé, indicando todos os elementos de prova.

2 – Entende-se por boa-fé a inocência de que os objectos estivessem nas situações previstas no artigo 9º, do presente capítulo.

3 – Ao requerimento a que se refere o número 1, é declarada a autorização do terceiro para que o órgão de soberania jurídico responsável pelo respectivo acto processual possa consultar os elementos pessoais e familiares que entenda necessário, preciso e exigido ao apuramento da veracidade da boa-fé constante, nomeadamente dados fiscais, sociais, notariais, financeiros e da área jogo, competindo ao respectivo órgão de soberania jurídico de forma célere e no mais curto espaço de tempo deduzir oposição.

4 – Realizadas as diligências necessárias, precisas e exigidas, o órgão de soberania jurídico decide.

5 – Se face à titularidade dos bens materiais, direitos ou vantagens a questão se revelar complexa ou susceptível de causar perturbação ao normal processamento dos actos processuais, pode o juiz determinar o adiamento da decisão até ao rigoroso apuramento da veracidade da sua propriedade.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – BENS TRANSFORMADOS, CONVERTIDOS OU MISTURADOS.

1 – Se as recompensas, bens materiais, direitos ou vantagens tiverem sido transformados ou convertidos em outros bens materiais, são estes perdidos a favor do estado, em substituição dos que lhe deram origem.

2 – Se as recompensas, bens materiais, direitos ou vantagens tiverem sido misturados com bens licitamente adquiridos, são estes perdidos a favor do estado até à proporção do valor estimado dos que foram ilicitamente misturados.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – LUCROS E OUTROS BENEFÍCIOS.

1 – O disposto nos artigos 9º ao 12º, do presente capítulo é também aplicável aos juros, lucros, dividendos e outros benefícios obtidos por via dos bens nos mesmos referidos.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – DESTINO DOS BENS DECLARADOS PERDIDOS A FAVOR DO ESTADO.

1 – As recompensas, bens materiais, direitos ou vantagens declarados perdidos a favor do estado, reverterem para o órgão de soberania jurídico envolto do respectivo acto processual, constando da relação de receitas adquiridas no exercício da sua actividade jurídica.

2 – Os bens materiais considerados perdidos a favor do estado, são analisados, quantificados e qualificados de modo e forma à sua venda em hasta pública, sendo os bens materiais que pela sua natureza ou característica, possam vir a ser utilizados na prática de crimes ou infracções à lei, destruídos no caso de não oferecerem quaisquer interesses criminalístico, científico ou didáctico.

3 – Na falta de convenção internacional, os bens materiais apreendidos a solicitação de estado estrangeiro ou os fundos provenientes da sua venda, são repartidos equitativamente entre o estado requerente e o estado requerido.

CAPÍTULO SEXTO – CONSUMO.

ARTIGO PRIMEIRO – CONSUMO.

1 – O consumo, a aquisição e a detenção para consumo próprio de actividades do jogo e de serviços prestados derivados das mesmas actividades constantes do presente diploma, adquiridos nos estabelecimentos de venda ao público, são permitidos nos termos do presente diploma, tendo presente a responsabilização dos actos de cada um profissional do jogo e de cada um cidadão pelo seu consumo.

2 – Todo o cidadão que:

a) Com excepção das actividades do jogo lúdicas isentas de recompensa patrimonial ou monetária, consumir ou que para o seu consumo, produzir, fabricar, adquirir ou deter actividade do jogo ou serviço prestado derivado da mesma actividade constante do presente diploma à margem dos procedimentos legais da sua compra; ou

b) Não cumprir os deveres, responsabilidades e compromissos inerentes ao consumo de actividades do jogo e de serviços prestados derivados das mesmas actividades e infringir as restrições das liberdades sociais inscritas nas contraindicações respectivas de cada um produto;

é punido:

a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente a 183 dias, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Na real prisão portuguesa da sua área de residência;

d. No exercício de funções de cariz prisional;

e. Com um dia de folga mensal;

f. Com uma alimentação ao jantar a pão e água;

g. Com direito a uma visita mensal;

3 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envolvidas;

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou

c. Um terço da pena se o acto lesivo agravar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

4 – Todo o cidadão que consumir ou que para o seu consumo, produzir, fabricar, adquirir ou deter actividade do jogo ou serviço prestado derivado da mesma actividade constante do presente diploma compreendidos no número IV do artigo 2º, do capítulo primeiro, do presente título, é punido:

a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente a 366 dias, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 100 Quilómetros da sua área de residência;

d. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

e. Com um dia de folga mensal;

f. Com uma alimentação a pão e água;

g. Com direito a uma visita mensal;

5 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou

c. Um terço da pena se o acto lesivo agravar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

ARTIGO SEGUNDO – OBRIGAÇÕES E COMPROMISSO DE TODO O CONSUMIDOR DE ACTIVIDADES DO JOGO E DE SERVIÇOS PRESTADOS DERIVADOS DAS MESMAS ACTIVIDADES.

1 – A todo o consumidor de actividades do jogo e de serviços prestados derivados das mesmas actividades constantes do presente diploma é exigido nos termos da lei, o dever, responsabilidade e o compromisso de se obrigar ao acompanhamento do processo competitivo, de recreação ou de investimento e às restrições das liberdades sociais inscritas nas contraindicações respectivas de cada um produto a consumir, em todo o espaço de tempo que medeia entre a sua acção directa na partida a realizar.

ARTIGO TERCEIRO – OBRIGAÇÕES E COMPROMISSOS DE TODO O PROFISSIONAL DO JOGO.

1 – A todo o profissional do jogo constante do presente diploma é exigido nos termos da lei, o dever, responsabilidade e o compromisso de se obrigar à máxima integridade, rigor e competência no exercício da respectiva actividade do jogo, em todo o espaço de tempo que medeia entre a sua acção directa no movimento do jogo a realizar.

2 – Todo o profissional do jogo constante do presente diploma que violar o código deontológico correspondente do seu exercício profissional, é punido:

a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 731 dias;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 100 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz prisional;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

3 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou

c. Um terço da pena se o acto lesivo agravar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

4 – Se do acto crime:

a) Resultar a morte de cidadãos, o autor é punido:

a. Pelas consequências do acto praticado;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao total do número de anos que medeiam entre a idade de cada uma vítima no momento dos factos e a estimativa média de vida dos cidadãos, os 85 anos, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o cônjuge ou cônjuges e para os familiares directos;

c. Numa pena nunca inferior a 21 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e a água;

h. Com direito a um dia de visita mensal;

b) Resultarem lesões para cidadãos e a exigência de cuidados, tratamentos e intervenções de saúde, os mesmos serão suportados pelo autor na íntegra e pelo período de tempo no qual os mesmos se prolongarem, mesmo que em liberdade depois de cumprida a pena de cadeia efectiva.

TÍTULO SEGUNDO – CICLO ECONÓMICO.

CAPÍTULO PRIMEIRO – PRODUÇÃO E FABRICO.

ARTIGO PRIMEIRO – PRODUÇÃO E FABRICO.

1 - Todo o cidadão ou entidade que pretenda autorização para produzir ou para fabricar actividades do jogo, para fins de consumo público e privado, industriais, didácticos ou de investigação científica, deve requerê-la ao real instituto do jogo português, até ao dia 31 de Outubro do ano antecedente ao do exercício da autorização requerida.

2 – Do pedido de autorização deverá constar:

a) A ficha técnica discriminada de todos os profissionais administrativos, de secretariado e da produção em exercício na actividade requerida e as suas respectivas qualificações e funções a exercer;

b) A completa identificação fiscal e social;

c) A completa identificação e endereço do fabricante ou produtor, ou fabricantes ou produtores, na hipótese de não ser o próprio;

d) Localização, área e planta topográfica das infra-estruturas destinadas à produção ou ao fabrico;

e) Designação da actividade do jogo a produzir ou fabricar;

f) Modos, métodos e técnicas de produção ou fabrico em uso;

g) Natureza e quantidades de actividades do jogo, bem como de percursos, matérias-primas e matérias subsidiárias em uso e utilização no processo;

h) Quantidade provável do produto a produzir ou a fabricar, sua aplicação e destino.

3 – Quer a autorização da actividade do jogo se reveja de um regime especial de controlo previsto nas convenções ratificadas por Portugal ou não, ou se destine a quaisquer fins, é da competência do órgão de soberania policial da respectiva área de

circunscrição exercer as funções de controlo, defesa e protecção nos termos da lei, bem como observar as demais leis previstas nas convenções.

4 – A autorização para a produção ou fabrico é válida para a aquisição de actividades do jogo, bem como de percursores, matérias-primas e matérias subsidiárias inerentes à sua produção ou fabrico e venda dos produtos obtidos, desde que se efectue a cidadãos ou entidades autorizados ou autorizadas.

5 – A autorização para o exercício da actividade de produção ou fabrico, independentemente dos fins a que se destinam, só poderá ser passada se o requerente e todo o seu quadro técnico demonstrarem o domínio dos modos, métodos e técnicas apropriados económicos e de jogo ou de transformação de modo a impedir o emprego abusivo dos produtos, a produção de efeitos nefastos e a possibilidade prática da sua recuperação.

6 – No despacho que conceder a autorização a um cidadão ou entidade a produzir ou fabricar actividades do jogo, são fixadas as condições que permitam ao real instituto do jogo português impedir a acumulação de actividades do jogo em quantidades superiores às necessidades do reino de Portugal e ao cumprir os acordos comerciais imperiais portugueses com os países constituintes do império português e os acordos comerciais internacionais com o mundo, bem como ao normal e regular funcionamento do cidadão ou entidade requerente.

7 – O acto de entrada e saída de actividades do jogo é registado em registo informático de controlo correspondente nos termos do artigo 2º, do capítulo quarto, do presente título.

ARTIGO SEGUNDO – CASINOS.

1 – Os casinos estão compreendidos em todo o espaço territorial português concelhio e regional e nos termos do presente diploma, comercializam e transaccionam actividades do jogo constantes do presente diploma compreendidas na tabela II do artigo 2º, do capítulo primeiro, do título primeiro, para além de outros produtos, sob medidas de segurança decretadas nos termos do licenciamento do exercício da actividade pelos órgãos de soberania policiais.

2 – O acto de entrada e saída de actividades do jogo é registado em registo informático de controlo de mercadorias nos termos do artigo 2º, do capítulo quarto, do presente título.

3 – O acto comercial é registado no registo central de facturação dos casinos de Portugal, devendo constar do registo:

- a) A identificação do casino respectivo, localidade, número de identificação fiscal, a hora e a data da transacção;
- b) A identificação completa do consumidor;
- c) O número de contribuinte;
- d) A designação do produto e quantidades comercializadas.

4 – A forma de pagamento das transacções comerciais operadas realizar-se-ão por via de cartão de débito ou crédito de cada um consumidor de modo e forma à integridade e correcção de todo o acto de processo comercial.

5 – A forma de recompensa dos casinos aos portadores de créditos e fichas próprias que possuam derivado da partida processar-se-á por via de transferência bancária para a conta bancária do respectivo titular de modo e forma à integridade e correcção de todo o acto de processo comercial.

ARTIGO TERCEIRO – BINGOS.

1 – Os bingos estão compreendidos em todo o espaço territorial português municipal, concelhio e regional e nos termos do presente diploma, comercializam e transaccionam actividades do jogo constantes do presente diploma compreendidas na tabela II do artigo 2º, do capítulo primeiro, do título primeiro, para além de outros produtos, sob medidas de segurança decretadas nos termos do licenciamento do exercício da actividade pelos órgãos de soberania policiais.

2 – O acto de entrada e saída de actividades do jogo é registado em registo informático de controlo de mercadorias nos termos do artigo 2º, do capítulo quarto, do presente título.

3 – O acto comercial é registado no registo central de facturação dos bingos de Portugal, devendo constar do registo:

- a) A identificação do bingo respectivo, localidade, número de identificação fiscal, a hora e a data da transacção;
- b) A identificação completa do consumidor;
- c) O número de contribuinte;
- d) A designação do produto e quantidades comercializadas.

4 – A forma de pagamento das transacções comerciais operadas realizar-se-ão por via de cartão de débito ou crédito de cada um consumidor de modo e forma à integridade e correcção de todo o acto de processo comercial.

5 – A forma de recompensa dos bingos aos portadores de créditos próprios que possuam derivado da partida processar-se-á por via de transferência bancária para a conta bancária do respectivo titular de modo e forma à integridade e correcção de todo o acto de processo comercial.

ARTIGO QUARTO – ENTIDADES DE LOTARIAS.

1 – As entidades de lotarias estão compreendidas em todo o espaço territorial português municipal, concelhio e regional e nos termos do presente diploma, comercializam e transaccionam actividades do jogo constantes do presente diploma compreendidas na tabela II do artigo 2º, do capítulo primeiro, do título primeiro, para

além de outros produtos, sob medidas de segurança decretadas nos termos do licenciamento do exercício da actividade pelos órgãos de soberania policiais.

2 – O acto de entrada e saída de actividades do jogo é registado em registo informático de controlo de mercadorias nos termos do artigo 2º, do capítulo quarto, do presente título.

3 – O acto comercial é registado no registo central de facturação das lotarias de Portugal, devendo constar do registo:

- a) A identificação da entidade de lotarias respectiva, localidade, número de identificação fiscal, a hora e a data da transacção;
- b) A identificação completa do consumidor;
- c) O número de contribuinte;
- d) A designação do produto e quantidades comercializadas.

4 – A forma de pagamento das transacções comerciais operadas realizar-se-ão por via de cartão de débito ou crédito de cada um consumidor de modo e forma à integridade e correcção de todo o acto de processo comercial.

5 – A forma de recompensa das entidades de lotarias aos portadores de prémios próprios que possuam derivado da partida processar-se-á por via de transferência bancária para a conta bancária do respectivo titular de modo e forma à integridade e correcção de todo o acto de processo comercial.

ARTIGO QUINTO – ENTIDADES DE APOSTAS.

1 – As entidades de apostas estão compreendidas em todo o espaço territorial português municipal, concelhio e regional e nos termos do presente diploma, comercializam e transaccionam actividades do jogo constantes do presente diploma compreendidas na tabela II do artigo 2º, do capítulo primeiro, do título primeiro, para além de outros produtos, sob medidas de segurança decretadas nos termos do licenciamento do exercício da actividade pelos órgãos de soberania policiais.

2 – O acto de entrada e saída de actividades do jogo é registado em registo informático de controlo de mercadorias nos termos do artigo 2º, do capítulo quarto, do presente título.

3 – O acto comercial é registado no registo central de facturação das apostas de Portugal respectivo, devendo constar do registo:

- a) A identificação da entidade de apostas respectiva, localidade, número de identificação fiscal, a hora e a data da transacção;
- b) A identificação completa do consumidor;
- c) O número de contribuinte;
- d) A designação do produto e quantidades comercializadas.

4 – A forma de pagamento das transacções comerciais operadas realizar-se-ão por via de cartão de débito ou crédito de cada um consumidor de modo e forma à integridade e correcção de todo o acto de processo comercial.

5 – A forma de recompensa das entidades de apostas aos portadores de prémios próprios que possuam derivado da partida processar-se-á por via de transferência bancária para a conta bancária do respectivo titular de modo e forma à integridade e correcção de todo o acto de processo comercial.

ARTIGO SEXTO – HIPÓDROMOS.

1 – Os hipódromos estão compreendidos em todo o espaço territorial português concelhio e regional e nos termos do presente diploma, comercializam e transaccionam actividades do jogo constantes do presente diploma compreendidas na tabela II do artigo 2º, do capítulo primeiro, do título primeiro, para além de outros produtos, sob medidas de segurança decretadas nos termos do licenciamento do exercício da actividade pelos órgãos de soberania policiais.

2 – O acto de entrada e saída de actividades do jogo é registado em registo informático de controlo de mercadorias nos termos do artigo 2º, do capítulo quarto, do presente título.

3 – O acto comercial é registado no registo central de facturação dos hipódromos de Portugal, devendo constar do registo:

- a) A identificação do hipódromo respectivo, localidade, número de identificação fiscal, a hora e a data da transacção;
- b) A identificação completa do consumidor;
- c) O número de contribuinte;
- d) A designação do produto e quantidades comercializadas.

4 – A forma de pagamento das transacções comerciais operadas realizar-se-ão por via de cartão de débito ou crédito de cada um consumidor de modo e forma à integridade e correcção de todo o acto de processo comercial.

5 – A forma de recompensa dos hipódromos aos portadores de prémios próprios que possuam derivado da partida processar-se-á por via de transferência bancária para a conta bancária do respectivo titular de modo e forma à integridade e correcção de todo o acto de processo comercial.

ARTIGO SÉTIMO – ENTIDADES DE JOGOS DE SORTE.

1 – As entidades de jogos de sorte estão compreendidas em todo o espaço territorial português municipal, concelhio e regional e nos termos do presente diploma, comercializam e transaccionam actividades do jogo constantes do presente diploma compreendidas nas tabelas I e II do artigo 2º, do capítulo primeiro, do título primeiro,

para além de outros produtos, sob medidas de segurança decretadas nos termos do licenciamento do exercício da actividade pelos órgãos de soberania policiais.

2 – O acto de entrada e saída de actividades do jogo é registado em registo informático de controlo de mercadorias nos termos do artigo 2º, do capítulo quarto, do presente título.

3 – O acto comercial é registado no registo central de facturação dos jogos de sorte de Portugal respectivo, devendo constar do registo:

- a) A identificação da entidade de jogos de sorte respectiva, localidade, número de identificação fiscal, a hora e a data da transacção;
- b) A identificação completa do consumidor;
- c) O número de contribuinte;
- d) A designação do produto e quantidades comercializadas.

4 – A forma de pagamento das transacções comerciais operadas realizar-se-ão por via de cartão de débito ou crédito de cada um consumidor de modo e forma à integridade e correcção de todo o acto de processo comercial.

5 – A forma de recompensa das entidades de jogos de sorte aos portadores de prémios próprios que possuam derivado da partida processar-se-á por entrega directa ao titular premiado ou por via de transferência bancária para a conta bancária do respectivo titular de modo e forma à integridade e correcção de todo o acto de processo comercial.

ARTIGO OITAVO – ENTIDADES DE ROLETAS POPULARES.

1 – As entidades de roletas populares estão compreendidas em todo o espaço territorial português municipal, concelhio e regional e nos termos do presente diploma, comercializam e transaccionam actividades do jogo constantes do presente diploma compreendidas na tabela I do artigo 2º, do capítulo primeiro, do título primeiro, sob medidas de segurança decretadas nos termos do licenciamento do exercício da actividade pelos órgãos de soberania policiais.

2 – O acto de entrada e saída de actividades do jogo é registado em registo informático de controlo de mercadorias nos termos do artigo 2º, do capítulo quarto, do presente título.

3 – O acto comercial é registado no registo central de facturação das roletas populares de Portugal respectivo, devendo constar do registo:

- a) A identificação da entidade de roletas populares respectiva, localidade, número de identificação fiscal, a hora e a data da transacção;
- b) A identificação completa do consumidor;
- c) O número de contribuinte;
- d) A designação do produto e quantidades comercializadas.

4 – A forma de pagamento das transacções comerciais operadas realizar-se-ão por via de cartão de débito ou crédito de cada um consumidor de modo e forma à integridade e correcção de todo o acto de processo comercial.

5 – A forma de recompensa das entidades de roletas populares aos portadores de prémios próprios que possuam derivado da partida processar-se-á por via de entrega directa ao titular dos bens materiais ou serviços constantes da relação de prémios a atribuir na respectiva actividade do jogo de modo e forma à integridade e correcção de todo o acto de processo comercial.

ARTIGO NONO – ENTIDADES DE RIFAS.

1 – As entidades de rifas estão compreendidas em todo o espaço territorial português municipal, concelhio e regional e nos termos do presente diploma, comercializam e transaccionam actividades do jogo constantes do presente diploma compreendidas na tabela I do artigo 2º, do capítulo primeiro, do título primeiro, para além de outros produtos, sob medidas de segurança decretadas nos termos do licenciamento do exercício da actividade pelos órgãos de soberania policiais.

2 – O acto de entrada e saída de actividades do jogo é registado em registo informático de controlo de mercadorias nos termos do artigo 2º, do capítulo quarto, do presente título.

3 – O acto comercial é registado no registo central de facturação das rifas de Portugal respectivo, devendo constar do registo:

- a) A identificação da entidade de rifas respectiva, localidade, número de identificação fiscal, a hora e a data da transacção;
- b) A identificação completa do consumidor;
- c) O número de contribuinte;
- d) A designação do produto e quantidades comercializadas.

4 – A forma de pagamento das transacções comerciais operadas realizar-se-ão por via de cartão de débito ou crédito de cada um consumidor de modo e forma à integridade e correcção de todo o acto de processo comercial.

5 – A forma de recompensa das entidades de rifas aos portadores de prémios próprios que possuam derivado da partida processar-se-á por via de entrega directa ao titular dos bens materiais ou serviços constantes da relação de prémios a atribuir na respectiva actividade do jogo de modo e forma à integridade e correcção de todo o acto de processo comercial.

ARTIGO DÉCIMO – ENTIDADES DE BRINDES.

1 – As entidades de brindes estão compreendidas em todo o espaço territorial português municipal, concelhio e regional e nos termos do presente diploma, comercializam e transaccionam actividades do jogo constantes do presente diploma

compreendidas na tabela I do artigo 2º, do capítulo primeiro, do título primeiro, para além de outros produtos, sob medidas de segurança decretadas nos termos do licenciamento do exercício da actividade pelos órgãos de soberania policiais.

2 – O acto de entrada e saída de actividades do jogo é registado em registo informático de controlo de mercadorias nos termos do artigo 2º, do capítulo quarto, do presente título.

3 – O acto comercial é registado no registo central de facturação dos brindes de Portugal respectivo, devendo constar do registo:

- a) A identificação da entidade de brindes respectiva, localidade, número de identificação fiscal, a hora e a data da transacção;
- b) A identificação completa do consumidor;
- c) O número de contribuinte;
- d) A designação do produto e quantidades comercializadas.

4 – A forma de pagamento das transacções comerciais operadas realizar-se-ão por via de cartão de débito ou crédito de cada um consumidor de modo e forma à integridade e correcção de todo o acto de processo comercial.

5 – A forma de recompensa das entidades de brindes aos portadores de prémios próprios que possuam derivado da partida processar-se-á por via de entrega directa ao titular dos bens materiais ou serviços constantes da relação de prémios a atribuir na respectiva actividade do jogo de modo e forma à integridade e correcção de todo o acto de processo comercial.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – PROIBIÇÃO E EXCLUSÃO DA PRODUÇÃO OU DO FABRICO.

1 – Sempre que as áreas presidenciais do jogo, da saúde, da indústria, humana, natural, universal, da ordem e da justiça, determinarem mediante portaria conjunta, proibir a produção ou o fabrico de actividade do jogo, será ordenado no imediato momento a proibição de toda a actividade do jogo respectiva, competindo ao estado indemnizar os cidadãos ou entidades autorizados ou autorizadas à sua produção ou fabrico, pelos respectivos encargos da sua acção, caducando no imediato momento a autorização concedida.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – QUOTAS DE PRODUÇÃO E FABRICO.

1 – Compete ao real instituto do jogo português, até ao mês de Julho e atendendo aos compromissos internos, imperiais portugueses e internacionais afirmados e de acordo com as leis decorrentes das convenções, estabelecer as quantias de actividades do jogo que podem ser produzidos ou fabricados no decurso do próximo ano de exercício.

2 – As quantidades estabelecidas podem no decurso do próprio ano de exercício a que corresponde a autorização concedida serem aumentadas, reduzidas ou excluídas, competindo ao real instituto do jogo português proceder ao aumento ou redução de forma equitativa por todos os produtores ou fabricantes.

3 – A fixação de quotas, bem como todas as alterações relativas às mesmas serão publicadas, divulgadas e difundidas nos meios de comunicação da CASA IMPERIAL PORTUGUESA.

4 – A proibição e exclusão da produção ou do fabrico de actividades do jogo obriga ao artigo anterior.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – AVALIAÇÃO DO PROCESSO.

1 – Compete ao real instituto do jogo português acompanhar e avaliar o processo de produção e fabrico dos cidadãos ou entidades autorizados ou autorizadas a exercer actividades constantes do presente diploma.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – ANÁLISE DO PRODUTO FINAL.

1 – Compete ao real instituto do jogo português a análise de todos os produtos finais obtidos no processo de produção e fabrico dos cidadãos e das entidades autorizados ou autorizadas a exercer actividades constantes do presente diploma, de modo e forma à sua avaliação técnica, discriminação rigorosa da sua composição e análise das probabilidades e em cooperação e colaboração com as entidades licenciadas, autorizadas e habilitadas para a realização de testes, exames e experiências científicas com os mesmos produtos observar as contraindicações respectivas do seu consumo e as restrições às liberdades sociais.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – EXPERIÊNCIAS CIENTÍFICAS.

1 – Compete ao real instituto do jogo português estabelecer as normas processuais exigidas aos cidadãos ou entidades envolvidos ou envolvidas das actividades constantes do presente diploma, bem como de outras entidades públicas e privadas certificadas, autorizadas e habilitadas, para a realização dos testes, exames e experiências científicas das propriedades económicas e de jogo dos produtos obtidos, no fazer face ao processo evolutivo de probabilidades de aposta dos agentes económicos a realizar, bem como apurar de forma idónea, íntegra e integral os efeitos secundários produzidos por via do seu consumo em termos de risco e em termos físicos, psicológicos, emocionais, do comportamento, atitude e conduta dos consumidores, de modo e forma à elaboração rigorosa e precisa das contraindicações respectivas do seu consumo e à imposição das restrições das liberdades sociais inerentes a cada uma actividade do jogo.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO – PROCESSAMENTO DO CICLO ECONÓMICO PRODUTIVO.

1 – O real instituto do jogo português procede à autorização de produção e fabrico de actividades do jogo.

2 – Os produtores e fabricantes remetem por correio electrónico ao real instituto do jogo português o inventário pormenorizado, dos percursos, matérias-primas e matérias subsidiárias específicas exigidas ao exercício da actividade e o local exacto do seu depósito, indicando os fornecedores e as quantidades respectivas.

3 - O real instituto do jogo português procede à respectiva autorização de início de actividade discriminativa dos mesmos produtos e fornecedores, sendo a mesma autorização remetida por correio electrónico à reserva real do real instituto do jogo português competente.

4 – A reserva real do real instituto do jogo português competente no imediato momento comunica por correio electrónico aos reais institutos portugueses respectivos fornecedores dos produtos requeridos a confirmação da transacção dos respectivos produtos.

5 – Os produtores e fabricantes em exercício de actividades constantes do presente diploma, remetem por correio electrónico ao real instituto do jogo português o inventário respectivo de reposição de existências discriminada dos produtos a adquirir.

6 – O real instituto do jogo português procede à respectiva autorização de reposição de existências discriminativa dos mesmos produtos, sendo a mesma autorização remetida por correio electrónico à reserva real do real instituto do jogo português competente.

7 – Repetindo-se o processamento do ciclo económico produtivo ininterrupto a partir do número 4 e seguintes números.

8 – Compete à reserva real do real instituto do jogo português e aos reais institutos portugueses respectivos dos produtos transaccionados conservar as respectivas confirmações por um período de dez anos.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – FORNECIMENTOS ESPECÍFICOS.

1 – O real instituto do jogo português pode autorizar para além dos estabelecimentos de venda ao público, dos cidadãos ou entidades de produção e fabrico o fornecimento de actividades do jogo constantes do presente diploma, a:

a) Entidades públicas ou privadas, reconhecidamente idóneas e íntegras, para fins didácticos e de investigação científica, devendo o pedido ser subscrito pelo responsável pela entidade, mencionando o fim a que se destina;

b) Meio de transporte internacional, para consumo dos passageiros e da tripulação, nos termos do artigo 14º, do capítulo segundo, do título primeiro, devendo o pedido ser subscrito por responsável da respectiva entidade, mencionando o nome, registo de propriedade e outros elementos identificadores do meio de transporte.

2 – No pedido deve ser indicado o responsável pela actividade do jogo a realizar, o qual deverá afirmar a sua total responsabilidade, devendo ser descritas as condições de segurança dos produtos em consumo.

3 – As actividades do jogo não podem exceder as quantidades indispensáveis para a prossecução dos fins autorizados.

4 – Após a conclusão dos fins observados, deveram os produtos em consumo ser remetidos aos reais institutos portugueses competentes para que procedam à sua colocação no mercado ou caso os mesmos se encontrem deteriorados ou adulterados à respectiva destruição.

5 – O fornecimento de actividades do jogo para outros fins que não os fins mencionados no presente diploma, obriga-se nos termos da lei às normas constantes do presente diploma.

ARTIGO DÉCIMO OITAVO – CONTRIBUIÇÃO PARA O REAL INSTITUTO DO JOGO PORTUGUÊS.

1 – A todos os produtores, fabricantes e prestadores de serviços autorizados nos termos da lei a exercer actividades constantes do presente diploma, compete até ao dia 31 de Janeiro, a contribuição anual para o real instituto do jogo português de 10% do total da facturação do ano de exercício anterior, pelos serviços prestados de defesa, protecção e segurança do exercício da actividade económica.

CAPÍTULO SEGUNDO – COMÉRCIO E SERVIÇOS.

ARTIGO PRIMEIRO – CASAS DE JOGO.

1 – As casas de jogo estão compreendidas em todo o espaço territorial português municipal e nos termos do presente diploma, comercializam e transaccionam actividades do jogo compreendidas nas tabelas I e II do artigo 2º, do capítulo primeiro, do título primeiro, para além de outros produtos, sob medidas de segurança decretadas nos termos do licenciamento do exercício da actividade pelos órgãos de soberania policiais.

2 – O acto de entrada e saída de actividades do jogo é registado em registo informático de controlo de mercadorias nos termos do artigo 2º, do capítulo quarto, do presente título.

3 – O acto comercial é registado no registo central de facturação das casas de jogo portuguesas, devendo constar do registo:

- a) A identificação da casa de jogo respectiva, localidade, número de identificação fiscal, a hora e a data da transacção;
- b) A identificação completa do consumidor;
- c) O número de contribuinte;

d) A designação do produto e quantidades comercializadas.

4 – A forma de pagamento das transacções comerciais operadas realizar-se-ão por via de transferência bancária, ou de cartão de débito ou crédito de cada um consumidor de modo e forma à integridade e correcção de todo o acto de processo comercial.

5 – A forma de recompensa das casas de jogo aos portadores de prémios próprios que possuam derivado da partida processar-se-á por entrega directa ao titular premiado no caso de jogo patrimonial ou após confirmação por via de transferência bancária da conta da entidade do jogo para a conta bancária do respectivo titular no caso de jogo monetário, de modo e forma à integridade e correcção de todo o acto de processo comercial.

ARTIGO SEGUNDO – PAPELARIAS, LIVRARIAS E QUIOSQUES.

1 – As papelarias, livrarias e quiosques estão compreendidas em todo o espaço territorial português municipal e nos termos do presente diploma, comercializam e transaccionam actividades do jogo compreendidas nas tabelas I e II do artigo 2º, do capítulo primeiro, do título primeiro, para além de outros produtos, sob medidas de segurança decretadas nos termos do licenciamento do exercício da actividade pelos órgãos de soberania policiais.

2 – O acto de entrada e saída de actividades do jogo é registado em registo informático de controlo de mercadorias nos termos do artigo 2º, do capítulo quarto, do presente título.

3 – O acto comercial é registado no registo central de facturação das papelarias portuguesas, livrarias portuguesas ou quiosques portugueses respectivamente, devendo constar do registo:

- a) A identificação da papelaria, livraria ou quiosque respectivo, localidade, número de identificação fiscal, a hora e a data da transacção;
- b) A identificação completa do consumidor;
- c) O número de contribuinte;
- d) A designação do produto e quantidades comercializadas.

4 – A forma de pagamento das transacções comerciais operadas realizar-se-ão por via de cartão de débito ou crédito de cada um consumidor de modo e forma à integridade e correcção de todo o acto de processo comercial.

5 – A forma de recompensa das papelarias, livrarias e dos quiosques aos portadores de prémios próprios que possuam derivado da partida processar-se-á por entrega directa ao titular premiado no caso de jogo patrimonial ou após confirmação por via de transferência bancária da conta da entidade do jogo para a conta bancária do respectivo titular no caso de jogo monetário, de modo e forma à integridade e correcção de todo o acto de processo comercial.

ARTIGO TERCEIRO – TABACARIAS.

1 – As tabacarias estão compreendidas em todo o espaço territorial português municipal e nos termos do presente diploma, comercializam e transaccionam actividades do jogo compreendidas nas tabelas I e II do artigo 2º, do capítulo primeiro, do título primeiro, para além de outros produtos, sob medidas de segurança decretadas nos termos do licenciamento do exercício da actividade pelos órgãos de soberania policiais.

2 – O acto de entrada e saída de actividades do jogo é registado em registo informático de controlo de mercadorias nos termos do artigo 2º, do capítulo quarto, do presente título.

3 – O acto comercial é registado no registo central de facturação das tabacarias portuguesas, devendo constar do registo:

- a) A identificação da tabacaria respectiva, localidade, número de identificação fiscal, a hora e a data da transacção;
- b) A identificação completa do consumidor;
- c) O número de contribuinte;
- d) A designação do produto e quantidades comercializadas.

4 – A forma de pagamento das transacções comerciais operadas realizar-se-ão por via de cartão de débito ou crédito de cada um consumidor de modo e forma à integridade e correcção de todo o acto de processo comercial.

5 – A forma de recompensa das tabacarias aos portadores de prémios próprios que possuam derivado da partida processar-se-á por entrega directa ao titular premiado no caso de jogo patrimonial ou após confirmação por via de transferência bancária da conta da entidade do jogo para a conta bancária do respectivo titular no caso de jogo monetário, de modo e forma à integridade e correcção de todo o acto de processo comercial.

ARTIGO QUARTO – HIPERMERCADOS, SUPERMERCADOS E MERCADOS.

1 – Os hipermercados, supermercados e mercados estão compreendidos em todo o espaço territorial português municipal e nos termos do presente diploma, comercializam e transaccionam actividades do jogo compreendidas nas tabelas I e II do artigo 2º, do capítulo primeiro, do título primeiro, para além de outros produtos, sob medidas de segurança decretadas nos termos do licenciamento do exercício da actividade pelos órgãos de soberania policiais.

2 – O acto de entrada e saída de actividades do jogo é registado em registo informático de controlo de mercadorias nos termos do artigo 2º, do capítulo quarto, do presente título.

3 – O acto comercial é registado no registo central de facturação do respectivo sector de actividade económico, devendo constar do registo:

a) A identificação da unidade comercial respectiva, localidade, número de identificação fiscal, a hora e a data da transacção;

b) A identificação completa do consumidor;

c) O número de contribuinte;

d) A designação do produto e quantidades comercializadas.

4 – A forma de pagamento das transacções comerciais operadas realizar-se-ão por via de cartão de débito ou crédito de cada um consumidor de modo e forma à integridade e correcção de todo o acto de processo comercial.

5 – A forma de recompensa dos hipermercados, supermercados e mercados aos portadores de prémios próprios que possuam derivado da partida processar-se-á por entrega directa ao titular premiado no caso de jogo patrimonial ou após confirmação por via de transferência bancária da conta da entidade do jogo para a conta bancária do respectivo titular no caso de jogo monetário, de modo e forma à integridade e correcção de todo o acto de processo comercial.

ARTIGO QUINTO – HOTELARIA, RESTAURAÇÃO E PANIFICAÇÃO.

1 – As unidades de hotelaria, restauração e panificação estão compreendidas em todo o espaço territorial português municipal e nos termos do presente diploma, comercializam e transaccionam actividades do jogo compreendidas nas tabelas I e II do artigo 2º, do capítulo primeiro, do título primeiro, para além de outros produtos, sob medidas de segurança decretadas nos termos do licenciamento do exercício da actividade pelos órgãos de soberania policiais.

2 – O acto de entrada e saída de actividades do jogo é registado em registo informático de controlo de mercadorias nos termos do artigo 2º, do capítulo quarto, do presente título.

3 – O acto comercial é registado no registo central de facturação do respectivo sector de actividade económico, devendo constar do registo:

a) A identificação da unidade comercial respectiva, localidade, número de identificação fiscal, a hora e a data da transacção;

b) A identificação completa do consumidor;

c) O número de contribuinte;

d) A designação do produto e quantidades comercializadas.

4 – A forma de pagamento das transacções comerciais operadas realizar-se-ão por via de cartão de débito ou crédito de cada um consumidor de modo e forma à integridade e correcção de todo o acto de processo comercial.

5 – A forma de recompensa das unidades de hotelaria, restauração e panificação aos portadores de prémios próprios que possuam derivado da partida processar-se-á por

entrega directa ao titular premiado no caso de jogo patrimonial ou após confirmação por via de transferência bancária da conta da entidade do jogo para a conta bancária do respectivo titular no caso de jogo monetário, de modo e forma à integridade e correcção de todo o acto de processo comercial.

ARTIGO SEXTO – DEMAIS SECTORES DE ACTIVIDADE ECONÓMICOS.

1 – Os demais sectores de actividade económicos da vida do reino de Portugal que não os constantes nos artigos 1º ao 5º, do presente capítulo que nos termos do presente diploma, comercializem e transaccionem actividades do jogo compreendidas nas tabelas I e II do artigo 2º, do capítulo primeiro, do título primeiro, no exercício da sua actividade profissional obrigam-se na sua aquisição comercial ao disposto no artigo 9º, do presente capítulo e às medidas de segurança decretadas nos termos do licenciamento do exercício de actividade pelos órgãos de soberania policiais.

2 – O acto de entrada e saída de actividades do jogo é registado em registo informático de controlo de mercadorias nos termos do artigo 2º, do capítulo quarto, do presente título.

3 – O acto comercial é registado no registo central de facturação do respectivo sector de actividade económico, devendo constar do registo:

- a) A identificação da unidade comercial respectiva, localidade, número de identificação fiscal, a hora e a data da transacção;
- b) A identificação completa do consumidor;
- c) O número de contribuinte;
- d) A designação do produto e quantidades comercializadas.

4 – A forma de pagamento das transacções comerciais operadas realizar-se-ão por via de transferência bancária, ou de cartão de débito ou crédito de cada um consumidor de modo e forma à integridade e correcção de todo o acto de processo comercial.

5 – A forma de recompensa dos demais sectores de actividade económicos aos portadores de prémios próprios que possuam derivado da partida processar-se-á por entrega directa ao titular premiado no caso de jogo patrimonial ou após confirmação por via de transferência bancária da conta da entidade do jogo para a conta bancária do respectivo titular no caso de jogo monetário, de modo e forma à integridade e correcção de todo o acto de processo comercial.

ARTIGO SÉTIMO – SERVIÇOS PRESTADOS.

1 - Todo o cidadão ou entidade que pretenda autorização para prestar serviços de apoio, auxílio, assistência e de outros serviços prestados do jogo constantes do presente diploma para fins de consumo público e privado, industriais, didácticos ou de

investigação científica, deve requerê-la ao real instituto do jogo português, até ao dia 31 de Outubro do ano antecedente ao do exercício da autorização requerida.

2 – Do pedido de autorização deverá constar:

a) A ficha técnica discriminada de todos os profissionais administrativos, de secretariado e da produção em exercício na actividade requerida e as suas respectivas qualificações e funções a exercer;

b) A completa identificação fiscal e social;

c) A completa identificação e endereço do prestador de serviços ou prestadores de serviços, na hipótese de não ser o próprio;

d) Localização, área e planta topográfica das infra-estruturas de prestação de serviços;

e) Designação dos serviços a prestar;

f) Modos, métodos e técnicas de prestação dos serviços em uso;

g) A previsão do número de serviços prestados a efectuar durante o ano, sua aplicação e destino.

3 – Quer a autorização do serviço prestado se reveja de um regime especial de controlo previsto nas convenções ratificadas por Portugal ou não, ou se destine a quaisquer fins, é da competência do órgão de soberania policial da respectiva área de circunscrição exercer as funções de controlo, defesa e protecção nos termos da lei, bem como observar as demais leis previstas nas convenções.

4 – A autorização para a prestação de serviços constantes do presente diploma, é válida para a aquisição de percursos e de produtos inerentes ao próprio exercício da actividade e à comercialização dos produtos, desde que se efectue a cidadãos ou entidades autorizados ou autorizadas.

5 – A autorização para o exercício da actividade prestadora de serviços, independentemente dos fins a que se destinam, só poderá ser passada se o requerente e todo o seu quadro técnico demonstrarem o domínio dos modos, métodos e técnicas apropriados de prestação do serviço de modo a impedir a deterioração ou adulteração da qualidade do serviço a prestar.

6 – No despacho que conceder a autorização a um cidadão ou entidade a prestar serviços constantes do presente diploma, são fixadas as condições que permitam ao real instituto do jogo português impedir a acumulação de prestadores de serviços em quantidades superiores às necessidades do reino de Portugal e ao cumprir os acordos comerciais imperiais portugueses com os estados soberanos constituintes do império português e os acordos comerciais internacionais com o mundo, bem como ao normal e regular funcionamento do cidadão ou entidade requerente.

7 – O acto de entrada e saída dos produtos em uso e utilização nas actividades de prestação de serviços constantes do presente diploma, é registado em registo informático de controlo correspondente nos termos do respectivo diploma.

8 – Sempre que as áreas presidenciais do jogo, da saúde, da indústria, humana, natural, universal, da ordem e da justiça, determinarem mediante portaria conjunta, proibir a prestação de serviços dos quais possam resultar modos, métodos, técnicas ou produtos indesejáveis, será ordenado no imediato momento a proibição dos mesmos serviços, competindo ao estado indemnizar os cidadãos ou entidades prestadores ou prestadoras dos mesmos serviços, pelos respectivos encargos da sua acção, caducando no imediato momento a autorização concedida.

ARTIGO OITAVO – PRODUTORES E FABRICANTES.

1 – Nos termos do presente diploma a comercialização e a transacção dos produtos constantes do presente diploma, entre produtores e fabricantes, obriga-se aos termos do artigo 16º, do capítulo primeiro, do presente título, sendo o seu fornecimento às casas de jogo, livrarias, papelarias, quiosques, tabacarias, hipermercados, supermercados, mercados, unidades de hotelaria, restauração, panificação, industriais, didácticas, de investigação ou outras entidades, processado nos termos do artigo seguinte.

ARTIGO NONO – PROCESSAMENTO DO CICLO ECONÓMICO COMERCIAL.

1 – O real instituto do jogo português procede à autorização para o exercício comercial de serviços prestados derivados das actividades do jogo constantes do presente diploma.

2 – Os comerciantes e prestadores de serviços remetem por correio electrónico ao real instituto do jogo português o inventário pormenorizado dos produtos específicos exigidos ao exercício da actividade e o local exacto do seu depósito, indicando os fornecedores e as quantidades respectivas.

3 - O real instituto do jogo português procede à respectiva autorização de início de actividade discriminativa dos mesmos produtos e fornecedores, sendo a mesma autorização remetida por correio electrónico à reserva real do real instituto do jogo português competente.

4 – A reserva real do real instituto do jogo português competente no imediato momento comunica por correio electrónico aos reais institutos portugueses respectivos fornecedores dos produtos requeridos a confirmação da transacção dos respectivos produtos.

5 – Os comerciantes e prestadores de serviços em exercício de actividades constantes do presente diploma, remetem por via directa ou via postal à reserva real do real instituto do jogo português competente o inventário respectivo de reposição de existências discriminada dos produtos a adquirir.

6 – A reserva real do real instituto do jogo português competente procede à respectiva confirmação de reposição de existências discriminativa dos mesmos produtos, repetindo-se o processamento do ciclo económico comercial ininterrupto a partir do número 4 e seguintes números.

7 – Compete à reserva real do real instituto do jogo português e aos reais institutos portugueses respectivos dos produtos transacionados conservar as respectivas confirmações por um período de dez anos.

CAPÍTULO TERCEIRO – IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO, INTRODUÇÃO, EXPEDIÇÃO E TRÂNSITO.

ARTIGO PRIMEIRO – IMPORTAÇÃO E INTRODUÇÃO.

1 – As necessidades de importação ou de introdução de actividades do jogo e de serviços prestados derivados das mesmas actividades, serão requeridas atempadamente pelas reservas reais do real instituto do jogo português mediante a observação da escassez do produto ou do serviço para as exigências a médio prazo, tendo em conta o seu consumo e a sua comercialização pelos cidadãos ou entidades envolvidos ou envolvidas das autorizações nos termos da lei para o exercício das actividades constantes do presente diploma.

2 - As necessidades de importação ou de introdução de actividades do jogo e de serviços prestados derivados das mesmas actividades, são comunicadas por via da declaração de importação das reservas reais do real instituto do jogo português ao real instituto do jogo português de modo e forma ao seu provimento.

3 – A declaração de importação é enviada ao ministério do jogo respectivo, sendo nomeado pelo real instituto do jogo português um técnico para que em colaboração com o ministro respectivo avalizarem o mercado fornecedor imperial português e internacional do mesmo produto ou serviço, a sua proveniência em termos de estado soberano, a quantidade, qualidade e estado de conservação do produto ou a eficiência do serviço a acordar e o preço respectivo, tendo presente a previsão das necessidades de consumo internas do mesmo produto ou serviço exigidas ao longo do ano e os termos da importação.

ARTIGO SEGUNDO – EXPORTAÇÃO E EXPEDIÇÃO.

1 – As necessidades de exportação ou expedição de actividades do jogo e de serviços prestados derivados das mesmas actividades, serão comunicadas por via da declaração de exportação pelas reservas reais do real instituto do jogo português ao real instituto do jogo português, sempre que analisarem um excesso de excedentes de produtores, de fabricantes ou de prestadores de serviços no fazer face às responsabilidades internas do reino de Portugal para o respectivo ano de exercício e tendo presente a deterioração dos produtos ao longo do tempo.

2 – Sendo a mesma declaração analisada e confirmado o excesso de excedentes de produtores, de fabricantes ou de prestadores de serviços e enviada ao ministério do jogo respectivo, sendo nomeado pelo real instituto do jogo português um técnico para em colaboração com o ministro respectivo avalizarem o mercado importador imperial português e internacional do mesmo produto ou serviço, a sua proveniência em termos de estado soberano, a quantidade, qualidade e estado de conservação do produto ou a

eficiência do serviço a acordar e o preço respectivo, tendo presente a previsão dos excedentes de produção internas do mesmo produto ou serviço ao longo do ano e os termos da exportação.

ARTIGO TERCEIRO – DECLARAÇÃO DE IMPORTAÇÃO E DECLARAÇÃO DE EXPORTAÇÃO.

1 – Da declaração de importação e da declaração de exportação devem constar:

- a) Nome da actividade do jogo ou do serviço prestado derivado da mesma actividade;
- b) Quantidades, a importar, introduzir, exportar ou expedir;
- c) Nome do importador, introdutor, exportador ou expedidor, número de identificação fiscal, endereço, número da autorização para o exercício da actividade a realizar;
- d) Período para a realização da operação de importação, introdução, exportação ou expedição;
- e) Sempre que for requerido a importação ou introdução de um produto ou serviço de entidade específica deve ser mencionado a identificação da entidade do seu fabrico ou da prestação do serviço e o estado soberano em que está registada.

ARTIGO QUARTO – ACORDO COMERCIAL.

1 – O acordo comercial celebrado na realização de operações de importação, introdução, exportação ou expedição dos produtos e serviços prestados constantes do presente diploma, deve ser realizado por via diplomática pelo respectivo ministro do jogo com os órgãos de soberania dos estados soberanos envolvidos dos mesmos acordos comerciais, sendo autorizados aos importadores, introdutores, exportadores ou expedidores a realização da operação, sob fortes medidas de segurança.

2 – Da concessão da autorização de importação, introdução, exportação ou expedição, para além dos dados constantes da declaração de importação e da declaração de exportação, deverão incluir:

- a) Os dados de identificação do fornecedor no caso de importação ou introdução, ou do cliente no caso de exportação ou expedição, o número fiscal do respectivo estado soberano e cópia da autorização para o exercício da actividade realizada;
- b) Medidas de segurança envolvidas da operação;
- c) Condições de facturação e prazos de pagamento, sendo a forma de pagamento acordada, a transferência bancária entre as instituições financeiras dos estados soberanos intervenientes na operação.

ARTIGO QUINTO – ANÁLISE DOS PRODUTOS IMPORTADOS OU INTRODUZIDOS.

1 – Compete à direcção geral das alfândegas proceder no imediato momento do desalfandegamento de produtos constantes do presente diploma à comunicação ao real instituto do jogo português do facto, de modo a que o mesmo remeta no imediato momento os técnicos exigidos a proceder à análise e avaliação do produto respectivo, procedendo-se após o desembarque ao seu imediato transporte para as unidades do jogo competentes.

ARTIGO SEXTO – EXPORTAÇÃO OU EXPEDIÇÃO PROIBIDA.

1 – É proibida a exportação ou expedição de produtos constantes do presente diploma destinada a um destinatário diferente do que foi indicado no acordo comercial celebrado e constante da respectiva autorização.

ARTIGO SÉTIMO – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DE TRÂNSITO E TRANSBORDO.

1 - O pedido de autorização de trânsito ou transbordo no espaço territorial português de actividades do jogo e de serviços prestados derivados das mesmas actividades, deve ser acompanhado das respectivas autorizações de importação e exportação emitidas pelos estados soberanos envolvidos da origem e do destino dos mesmos produtos e serviços, bem como da autorização respectiva do meio de transporte, emitida pela autoridade do estado soberano exportador para a realização da operação.

2 – O pedido de mudança de destino das actividades do jogo e dos serviços prestados derivados das mesmas actividades para outro estado soberano que não o do destino inicial, obriga a uma imediata apreensão do meio de transporte envolto do seu transporte e da mercadoria constante do mesmo, sendo preciso para o desembargo da situação a autorização rectificativa passada pelo estado soberano exportador.

ARTIGO OITAVO – OUTROS CONDICIONALISMOS.

1 – De acordo com as convenções internacionais ratificadas por Portugal e por diploma próprio, podem ser impostos outros condicionalismos ou restrições relativamente à importação, introdução, exportação, expedição, trânsito ou transbordo de actividades do jogo e de serviços prestados derivados das mesmas actividades.

CAPÍTULO QUARTO – REGISTOS INFORMÁTICOS DE CONTROLO.

ARTIGO PRIMEIRO – DISPOSIÇÕES COMUNS.

1 – Os registos informáticos de controlo previstos no presente capítulo são aprovados pelo real instituto do jogo português, contendo o termo de abertura e o do encerramento.

2 – Os registos não conterão espaços em branco, entrelinhas, rasuras ou emendas não ressalvadas e são elaborados por ordem cronológica, com numeração sequencial.

3 – As entidades autorizadas a produzir, fabricar ou comercializar os produtos constantes do presente diploma, conservaram os registos informáticos por um período de dez anos, a contar do último lançamento.

4 – Os registos são controlados pelo real instituto do jogo português.

5 – O registo informático procederá de forma integra e digna à fidedignidade e segurança dos dados constantes.

6 – Os registos podem ser remetidos ao real instituto do jogo português através de transmissão electrónica de dados, de acordo com os requisitos a definir pelo próprio real instituto do jogo português.

ARTIGO SEGUNDO – REGISTO DE ENTRADAS E SAÍDAS.

1 – Todos os cidadãos ou entidades autorizados ou autorizadas a exercer actividades constantes do presente diploma, devem registar em cada um ano de exercício de acordo com o artigo anterior, todas as entradas e saídas:

a) De actividades do jogo envoltas do exercício da actividade comercial, no respectivo registo informático – mercadorias;

b) De actividades do jogo envoltas do exercício da actividade produtora ou industrial, no respectivo registo informático – matérias-primas.

2 – Do respectivo registo deve constar a data, o nome do fornecedor ou cliente respectivo, a designação do produto e as quantidades respectivas da aquisição ou venda.

3 – O registo informático deve ser aberto com data do dia 1 de Janeiro de cada ano e encerrado no dia 31 de Dezembro do ano respectivo.

4 – No encerramento de cada um ano de exercício deverá constar as quantidades do produto comprado e vendido.

5 – Todos os cidadãos ou entidades obrigados ou obrigadas aos livros de registo informático entradas e saídas devem remeter até ao dia 31 de Janeiro do ano seguinte ao real instituto do jogo português os dados constantes dos mesmos relativos ao ano transacto.

ARTIGO TERCEIRO – SUBTRACÇÃO, EXTRAVIO E INUTILIZAÇÃO DE REGISTOS.

1 – A subtracção, o extravio e a inutilização dos registos informáticos são no imediato momento do conhecimento dos factos, comunicados pela entidade respectiva ao órgão de soberania jurídico da respectiva área de circunscrição geográfica, que accionará no imediato as autoridades judiciais, para a sua investigação, devendo todos os funcionários da entidade respectiva e responsáveis administrativos prestar a plena e total colaboração para o apuramento da veracidade do processo e do seu autor ou autores morais, bem como comunicar ao real instituto do jogo português o mesmo facto indicando com todo o pormenor possível a descrição dos factos, indicando os registos informáticos em falta e fornecendo todos os elementos de prova que possuir.

ARTIGO QUARTO – REGISTO DAS EXISTÊNCIAS.

1 – Compete a todos os cidadãos ou entidades envolvidas do exercício das actividades constantes do presente diploma, até ao dia 31 de Março de cada ano, apresentar a declaração de rendimentos individuais ou colectivos referentes ao exercício da actividade aos órgãos de soberania fiscais e remeter um inventário pormenorizado das existências de matérias-primas e matérias subsidiárias constantes em armazém, à data de 31 de Dezembro do ano transacto, bem como a previsão das quantidades a produzir, fabricar e comercializar para o presente ano de exercício, em formulário próprio disponibilizado pelos órgãos de soberania fiscais, devidamente preenchido e assinado pelo responsável da autorização respectiva.

2 – Compete aos órgãos de soberania fiscais remeter a mesma informação depois de devidamente averiguada a integridade de todo o processo fiscal relativos aos cidadãos, entidades e profissionais no exercício da actividade, ao real instituto do jogo português.

4 – Os registos a que se refere o presente artigo devem ser conservados pelo prazo de dez anos.

CAPÍTULO QUINTO – PUBLICIDADE, INFORMAÇÃO E APROVAÇÃO.

ARTIGO PRIMEIRO – PERMISSÃO DE PUBLICIDADE.

1 – É permitida nos termos da lei a publicidade respeitante a actividades do jogo e serviços prestados derivados das mesmas actividades constantes do presente diploma, nomeadamente as publicações técnicas ou suportes de informação destinados exclusivamente a produtores, fabricantes, comerciantes e prestadores de serviços envolvidos das actividades constantes do presente diploma.

ARTIGO SEGUNDO – INFORMAÇÃO DOS PRODUTOS OU SERVIÇOS, DAS PROBABILIDADES, DOS RISCOS E DA RENTABILIDADE E DOS MÉTODOS ECONÓMICOS E FINANCEIROS DOS ESTABELECIMENTOS DO JOGO.

1 – É obrigatório na realização das actividades do jogo e de serviços prestados derivados das mesmas actividades no acto da subscrição dos produtos ou serviços constantes do presente diploma, a informação pormenorizada aos subscritores dos produtos ou serviços subscritos, das probabilidades, dos riscos e da rentabilidade inerentes aos produtos ou serviços, bem como os métodos económicos e de jogo a realizar, nomeadamente os responsáveis pela gestão, exame e avaliação dos produtos ou serviços, a finalidade a que se destinam, as contraindicações do produto ou serviço, as restrições das liberdades, a recomendação da moderação e os benefícios inerentes ao seu consumo, para além de outras menções obrigatórias sempre que existam disposições legais que às mesmas obriguem.

ARTIGO TERCEIRO – APROVAÇÃO DOS PRODUTOS OU SERVIÇOS, DAS PROBABILIDADES, DOS RISCOS E DA RENTABILIDADE E DOS MÉTODOS ECONÓMICOS E DE JOGO DOS ESTABELECIMENTOS DO JOGO.

1 – É obrigatório no acto de subscrição de actividades do jogo e de serviços prestados derivados das mesmas actividades de cada um estabelecimento do jogo a todos os subscritores a aprovação dos produtos ou serviços, das probabilidades, dos riscos e da rentabilidade inerentes e dos métodos económicos e de jogo a subscrever e de os honrar.

2 – A aprovação nos termos do número anterior processa-se no acto de subscrição da primeira actividade do jogo respectiva ou do serviço prestado derivado da mesma actividade respectivo e salvo proibição de jogo por tempo determinado ou por tempo definitivo prevalece no tempo.

CAPÍTULO SEXTO – RESPONSABILIDADE CRIMINAL.

ARTIGO PRIMEIRO – ACTO PROCESSUAL JURÍDICO.

1 – A violação das obrigações legais impostas nos termos da lei, por parte dos cidadãos ou entidades envoltos ou envoltas do exercício das actividades constantes do presente diploma, é passível de acto de processo-crime, podendo o mesmo ditar pela prorrogação, renovação ou suspensão das licenças e respectiva autorização, por tempo determinado ou pela dissolução sempre que em definitivo.

ARTIGO SEGUNDO – PROCEDIMENTO JURÍDICO.

1 – Aos cidadãos ou entidades a exercer actividades constantes do presente diploma que incorram em actos de processo-crime relativos às mesmas actividades, podem-lhes no imediato momento da sua condenação ser confiscado e considerado perdido a favor do estado todo o imobilizado, existências e outros bens materiais inerentes ao exercício da actividade respectiva.

ARTIGO TERCEIRO – IMPORTAÇÃO, INTRODUÇÃO, EXPORTAÇÃO E EXPEDIÇÃO ILÍCITAS.

1 – Todo o cidadão ou entidade que adulterar e violar o disposto nos artigos 1º ao 4º e o artigo 7º, do capítulo terceiro, do presente título, correspondente ao processo de importação, exportação, introdução, expedição, trânsito e transbordo de produtos constantes do presente diploma, é punido:

a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 7 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos, pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envolvidas e se o produto for proibido;

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes envolvidos do processo; e

c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

3 – Se do acto crime:

a) Resultar a morte de cidadãos, o autor é punido:

a. Pelas consequências do acto praticado;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao total do número de anos que medeiam entre a idade de cada uma vítima no momento dos factos e a estimativa média de vida dos cidadãos, os 85 anos, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o cônjuge ou cônjuges e para os familiares directos;

c. Numa pena nunca inferior a 21 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e a água;

h. Com direito a um dia de visita mensal;

b) Resultarem lesões para cidadãos e a exigência de cuidados, tratamentos e intervenções de saúde, os mesmos serão suportados pelo autor na íntegra e pelo período de tempo no qual os mesmos se prolongarem, mesmo que em liberdade depois de cumprida a pena de cadeia efectiva.

ARTIGO QUARTO – INFORMAÇÃO E APROVAÇÃO DOS PRODUTOS OU SERVIÇOS, DAS PROBABILIDADES, DO RISCO E DA RENTABILIDADE E DOS MÉTODOS ECONÓMICOS E DE JOGO.

1 – Todo o cidadão ou entidade autorizado ou autorizada ao exercício das actividades constantes do presente diploma, que não observar as condições de informação e de aprovação dos produtos ou serviços constantes do presente diploma, das probabilidades, do risco e da rentabilidade e dos métodos económicos e de jogo dos estabelecimentos do jogo estabelecidas nos termos do disposto no capítulo quinto, do presente título, é punido:

a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 7 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;
- b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes envoltos do processo; e
- c. Um terço da pena se o acto lesivo agravar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

3 – Se do acto crime:

a) Resultar a morte de cidadãos, o autor é punido:

- a. Pelas consequências do acto praticado;
 - b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao total do número de anos que medeiam entre a idade de cada uma vítima no momento dos factos e a estimativa média de vida dos cidadãos, os 85 anos, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o cônjuge ou cônjuges e para os familiares directos;
 - c. Numa pena nunca inferior a 21 anos;
 - d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;
 - e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;
 - f. Com um dia de pausa mensal;
 - g. Com uma alimentação a pão e a água;
 - h. Com direito a um dia de visita mensal;
- b) Resultarem lesões para cidadãos e a exigência de cuidados, tratamentos e intervenções de saúde, os mesmos serão suportados pelo autor na íntegra e pelo período de tempo no qual os mesmos se prolongarem, mesmo que em liberdade depois de cumprida a pena de cadeia efectiva.

ARTIGO QUINTO – ELEMENTOS ERRADOS.

1 – Todo o cidadão ou entidade que requerer a autorização ou a manutenção da autorização para o exercício das actividades constantes do presente diploma nos termos do disposto nos artigos 4º e 6º, do capítulo segundo, do título primeiro e do artigo 1º, do capítulo primeiro e do artigo 7º, do capítulo segundo, do presente título, com elementos e dados falsos ou incorrectos, é punido:

- a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 7 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes envoltos do processo; e

c. Um terço da pena se o acto lesivo agravar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

3 – Todo o cidadão que efectue o acto comercial de compra de actividades do jogo ou de serviços prestados derivados das mesmas actividades nos termos do disposto nos artigos 2º ao 10º, do capítulo primeiro ou nos artigos 1º ao 6º, do capítulo segundo, do presente título, com elementos e dados falsos ou incorrectos, é punido:

a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 366 dias;

d. Na real prisão portuguesa da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação ao jantar a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

4 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;
- b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; e
- c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

ARTIGO SEXTO – LICENÇA E AUTORIZAÇÃO.

1 – Todo o responsável administrativo por:

- a) Entidade envolta no processo de licenciamento dos cidadãos ou entidades a exercer actividades constantes do presente diploma, que não proceder em termos técnicos à plenitude das responsabilidades exigidas e à idoneidade e integridade de todo o processo de licenciamento nos termos do disposto no artigo 2º, do capítulo segundo, do título primeiro, procedendo à emissão de pareceres falsos e deturpados; ou
- b) O real instituto do jogo português que ocultando parecer negativo de entidade envolta do licenciamento de um processo de autorização para o exercício de actividades constantes do presente diploma nos termos do artigo 2º, do capítulo segundo, do título primeiro, emitir a respectiva autorização;

é punido:

- a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa pena nunca inferior a 7 anos;
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;
- b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; e
- c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

ARTIGO SÉTIMO – QUEBRA DE COOPERAÇÃO.

1 – Todo o responsável administrativo de entidade envolta das competências de autorização, fiscalização e controlo dos cidadãos e entidades autorizados ou autorizadas ao exercício de actividades constantes do presente diploma, que não cooperarem com as demais entidades para a integridade e fidedignidade de todo o processo nos termos do disposto no artigo 3º, do capítulo terceiro, do título primeiro, é punido:

- a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa pena nunca inferior a 7 anos;
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;
- b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; e
- c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

ARTIGO OITAVO – INICIO DE ACTIVIDADE.

1 – Todo o responsável administrativo do real instituto do jogo português que tendo sido emitida a respectiva autorização do exercício das actividades constantes do presente diploma, a não inserir no registo dos cidadãos ou entidades a exercer as mesmas actividades ou não as remeter aos respectivos órgãos de soberania jurídico e policial da área de circunscrição geográfica respectiva, de modo e forma à adopção das medidas de segurança, fiscalização e controlo nos termos do disposto no artigo 9º, do capítulo segundo, do título primeiro, é punido:

a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 7 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envolvidas;

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; e

c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

ARTIGO NONO – DESALFANDEGAMENTO.

1 – Todo o responsável administrativo da direcção geral da alfândega respectiva que no acto de processo de um desalfandegamento de produtos constantes do presente diploma:

a) Não o comunicar no imediato ao real instituto do jogo português, de modo a que proceda à sua análise e avaliação nos termos do disposto no artigo 5º, do capítulo terceiro, do presente título; ou

b) Não comunique às autoridades militares e policiais respectivas da alfândega de modo e forma a que se proceda a um reforço das medidas de segurança nos termos do disposto no artigo 1º, do capítulo terceiro, do título primeiro; ou

2 – Todo o cidadão ou entidade que violar os actos processuais de desalfandegamento de actividades do jogo nos termos do disposto no artigo 2º, do capítulo terceiro, do título primeiro;

é punido:

a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 7 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

3 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; e

c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

ARTIGO DÉCIMO – APREENSÕES.

1 – Todo o agente da guarda real portuguesa que após apreensão de produtos constantes do presente diploma, os não denunciar no respectivo órgão de soberania policial de modo e forma à sua comunicação institucional ao órgão de soberania jurídico da respectiva área de circunscrição geográfica nos termos do disposto no artigo 12º, do capítulo segundo, do título primeiro, para a instauração do respectivo processo-crime, é punido:

a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 7 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; e

c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – CICLO ECONÓMICO.

1 – Todo o cidadão ou entidade que violar as fases do processamento do ciclo económico produtivo ou comercial nos termos do disposto no artigo 16º, do capítulo primeiro e no artigo 9º, do capítulo segundo, do presente título respectivamente, é punido:

a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 7 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes envoltos do processo; e

c. Um terço da pena se o acto lesivo agravar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – SUBTRACÇÃO, EXTRAVIO E DETERIORAÇÃO.

1 – Todo o produtor, fabricante ou prestador de serviços, que constate a subtracção, extravio ou deterioração de percussores, matérias-primas ou matérias subsidiárias em consumo nas actividades constantes do presente diploma, bem como de impressos, documentos, registos, certificados, licenças ou autorizações no exercício da sua actividade e que não comunicar o facto no prazo de vinte e quatro horas, ao órgão de soberania jurídico da sua área de circunscrição geográfica e ao real instituto do jogo português nos termos do disposto no artigo 26º, do capítulo quarto, do título primeiro, é punido:

a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 3 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 100 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes envoltos do processo; e

c. Um terço da pena se o acto lesivo agravar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – DEVERES DE SEGURANÇA.

1 – Todo o cidadão que tendo a seu cargo, a guarda, a responsabilidade ou a segurança de actividade do jogo ou de produtos em consumo nos termos do disposto no artigo 17º, do capítulo primeiro, do presente título, por incúria ou negligência das medidas adoptadas, der causa à sua subtracção, extravio ou deterioração, é punido:

a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 3 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 100 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes envoltos do processo; e

c. Um terço da pena se o acto lesivo agravar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – CONTRIBUIÇÃO.

1 – Todo o produtor, fabricante ou prestador de serviços autorizado ao exercício das actividades constantes do presente diploma que até ao dia 31 de Janeiro não cumpra com a contribuição respectiva ao real instituto do jogo português nos termos do disposto no artigo 18º, do capítulo primeiro, do presente título, pelos serviços de defesa, protecção e segurança respectivos, é punido:

a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 7 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; e

c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – PUBLICIDADE.

1 – A publicidade de actividades do jogo e de serviços prestados derivados das mesmas actividades constantes do presente diploma é permitido nos termos do artigo 1º, do capítulo quinto, do presente título.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO – DIRECÇÃO DO JOGO E RESPONSÁVEIS PELA AUTORIZAÇÃO.

1 – Todo o responsável por direcção do jogo, bem como responsável pela autorização que não proceder no imediato momento ao fornecimento dos dados, elementos e informações, solicitados pelo real instituto do jogo português nos termos do disposto nos artigos 8º ao 22º e 24º, do capítulo quarto, do título primeiro, obstruindo as respectivas competências e diligências a realizar, é punido:

a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 7 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; e

c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – DENÚNCIA.

1 – Todo o cidadão ou entidade autorizado ou autorizada a exercer actividades constantes do presente diploma, que detendo conhecimento da realização de uma operação ilícita ou transacção suspeita de ser desviada para fins ilícitos, não comunicar às entidades competentes o facto nos termos do disposto no artigo 4º, do capítulo terceiro, do título primeiro, é punido:

a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 7 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; e

c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

3 – Se do acto crime:

a) Resultar a morte de cidadãos, o autor é punido:

a. Pelas consequências do acto praticado;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao total do número de anos que medeiam entre a idade de cada uma vítima no momento dos factos e a estimativa média de vida dos cidadãos, os 85 anos, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o cônjuge ou cônjuges e para os familiares directos;

c. Numa pena nunca inferior a 21 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e a água;

h. Com direito a um dia de visita mensal;

b) Resultarem lesões para cidadãos e a exigência de cuidados, tratamentos e intervenções de saúde, os mesmos serão suportados pelo autor na íntegra e pelo período de tempo no qual os mesmos se prolongarem, mesmo que em liberdade depois de cumprida a pena de cadeia efectiva.

ARTIGO DÉCIMO OITAVO – FRONTEIRAS.

1 – Todo o responsável máximo por meio de transporte internacional que não denuncie nas fronteiras portuguesas a posse de actividades do jogo ou de serviços prestados derivados das mesmas actividades, bem como não possua autorização para a sua posse subscrita pelo estado soberano no qual está registado nos termos do disposto no artigo 14º, do capítulo segundo, do título primeiro,

é punido:

- a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa pena nunca inferior a 7 anos;
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;
- b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; e
- c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

ARTIGO DÉCIMO NONO – RESERVA REAL.

1 – Todo o funcionário de reserva real do real instituto do jogo português incumbido da responsabilidade:

- a) De recepção de autorização de início de actividade ou de confirmação de reposição de existências emitida pelo real instituto do jogo português;
- b) De recepção dos pedidos de confirmação de reposição de existências dos comerciantes e demais sectores de actividade dependentes dos produtos; ou
- c) De comunicação de confirmação de reposição de existências emitida pela própria reserva real;

Que extraviar, subtrair ou deteriorar os mesmos documentos nos termos do disposto no artigo 16º, do capítulo primeiro e no artigo 9º, do capítulo segundo, do presente título, é punido:

- a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente a 366 dias, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 100 Quilómetros da sua área de residência;
- d. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;
- e. Com um dia de pausa mensal;
- f. Com uma alimentação ao jantar a pão e água;
- g. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;
- b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou
- c. Um terço da pena se o acto lesivo agravar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

ARTIGO VIGÉSIMO – REAL INSTITUTO DO JOGO PORTUGUÊS.

1 – Todo o responsável do real instituto do jogo português incumbido da responsabilidade de recepção de inventário de início de actividade ou de inventário de reposição de existências de produtor, fabricante, comerciante ou prestador de serviços nos termos do disposto no artigo 16º, do capítulo primeiro e no artigo 9º, do capítulo segundo, do presente título, que extraviar, subtrair ou deteriorar os mesmos documentos, é punido:

a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente a 366 dias, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 100 Quilómetros da sua área de residência;

d. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

e. Com um dia de pausa mensal;

f. Com uma alimentação ao jantar a pão e água;

g. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou

c. Um terço da pena se o acto lesivo agravar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

ARTIGO VIGÉSIMO PRIMEIRO – REGISTOS INFORMÁTICOS.

1 – Todo o cidadão ou entidade a exercer actividades constantes do presente diploma, que obrigado ou obrigada aos registos informáticos correspondentes do exercício da actividade nos termos do disposto no capítulo quarto, do presente título:

a) O não possuírem;

b) Não procederem ao seu íntegro preenchimento e inscrição;

c) Não remeterem os elementos constantes dos mesmos às autoridades competentes nos prazos estabelecidos;

d) Não conservarem os mesmos registos nos prazos definidos para a sua conservação;

e) Não remeterem aos órgãos de soberania fiscais nos prazos respectivos o inventário das existências à data de 31 de Dezembro de cada um ano;

é punido:

a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 7 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; e

c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO – ESTABELECIMENTOS DE VENDA AO PÚBLICO.

1 – Todo o responsável comercial por estabelecimentos de venda ao público ou auxiliar comercial, que na sua ausência ou impedimento exerça as funções inerentes e que fornecer actividades do jogo, sem proceder à respectiva identificação do comprador e do número de contribuinte correspondente nos termos do disposto no artigo 7º, do capítulo quarto, do título primeiro, é punido:

a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente a 366 dias, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 100 Quilómetros da sua área de residência;

d. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

e. Com um dia de pausa mensal;

f. Com uma alimentação ao jantar a pão e água;

g. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou

c. Um terço da pena se o acto lesivo agravar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

ARTIGO VIGÉSIMO TERCEIRO – DOCUMENTOS, LICENÇAS E AUTORIZAÇÕES.

1 – Todo o cidadão ou entidade que autorizado ou autorizada nos termos da lei ao exercício das actividades constantes do presente diploma, não detiver e conservar na sua posse documentos, registos, certificados, licenças ou autorizações respectivos do exercício da actividade, para os apresentar em cada um acto de fiscalização e controlo nos termos do disposto nos artigos 3º e 11º, do capítulo segundo e no artigo 5º, do capítulo terceiro, do título primeiro, é punido:

a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente a 366 dias, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 100 Quilómetros da sua área de residência;

d. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

e. Com um dia de pausa mensal;

f. Com uma alimentação ao jantar a pão e água;

g. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou

c. Um terço da pena se o acto lesivo agravar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

ARTIGO VIGÉSIMO QUARTO – ACTOS PREPARATÓRIOS NOS CRIMES DO JOGO.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que colaborar, cooperar e participar nos actos preparatórios dos crimes previstos no presente diploma, é punido com a pena correspondente à prática do próprio crime.

ARTIGO VIGÉSIMO QUINTO – PENAS ACESSÓRIAS.

1 – A todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição condenado ou condenada por crimes previstos no presente diploma, pode atenta a concreta gravidade do facto e a sua projecção na idoneidade cívica do autor, ser aplicado as penas acessórias constantes do CÓDIGO PENAL inerentes aos actos crimes praticados.

TÍTULO TERCEIRO – DISPOSIÇÕES NORMATIVAS.

CAPÍTULO PRIMEIRO – LEGISLAÇÃO SUBSIDIÁRIA.

ARTIGO PRIMEIRO – LEGISLAÇÃO PENAL.

1 – Quanto à matéria constante do presente diploma e na falta de disposição específica do presente diploma, são aplicadas subsidiariamente as normas do CÓDIGO PENAL e respectiva LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR.

ARTIGO SEGUNDO – APLICAÇÃO DA LEI PENAL PORTUGUESA.

1 – Para efeitos do presente diploma, a lei penal portuguesa é ainda aplicável a factos cometidos fora do espaço territorial português:

a) Quando praticados por estrangeiros, desde que o autor se encontre em Portugal e não seja extraditado;

b) Quando praticados a bordo de meio de transporte contra o qual Portugal imponha medidas de fiscalização e controlo face ao tráfico ilícito de actividades do jogo constantes do presente diploma.

ARTIGO TERCEIRO – MEDIDAS RESPEITANTES A MENORES.

1 – Compete aos órgãos de soberania jurídicos a aplicação das medidas previstas no presente diploma, com as devidas adaptações quando cidadão a elas sujeita for menor e sem prejuízo da aplicação pelos órgãos de soberania jurídicos da legislação respeitante a adolescentes com mais de 16 anos e aos líderes até aos 21 anos.

ARTIGO QUARTO – LEGISLAÇÃO PROCESSUAL PENAL.

1 – São considerados crimes económicos, ou equiparados a casos de terrorismo, criminalidade violenta ou altamente organizada, as condutas que integrem os crimes constantes do presente diploma.

ARTIGO QUINTO – FISCALIZAÇÃO E CONTROLO DOS CONSUMIDORES.

1 – Compete à guarda real portuguesa proceder sempre que entender exigido ou a solicitação de uma outra entidade, a acções de fiscalização e controlo dos consumidores, procedendo à correspondente identificação do consumidor, identificação da actividade do jogo em acção e verificação do local de compra.

2 – Sempre que não seja possível proceder nos termos legais à identificação do consumidor no local e no momento da ocorrência, as autoridades policiais procederam à detenção do mesmo cidadão, para garantir a sua comparência perante o órgão de soberania jurídico competente da área de circunscrição geográfica da ocorrência, nas condições do regime legal de detenção para identificação.

ARTIGO SEXTO – EXERCÍCIO DA ACTIVIDADE DE FORTUNATOS POR PESSOAS COLECTIVAS.

1 – A constituição de pessoas colectivas sob a forma de sociedades anónimas cujo objectivo social consista total ou parcialmente no exercício das actividades constantes do presente diploma, obriga a que todas as acções representativas do seu capital social sejam nominativas.

2 – Independentemente do tipo de pessoa colectiva cujo objecto social consista total ou parcialmente no exercício das actividades constantes do presente diploma, qualquer transmissão das suas participações sociais devem ser autorizadas pelo real instituto do jogo português, sendo exigido ao novo titular a verificação dos requisitos legais inerentes ao exercício da respectiva actividade.

ARTIGO SÉTIMO – SECTORES DE ACTIVIDADE ECONÓMICOS E RECINTOS DE REALIZAÇÃO DE EVENTOS.

1 – As actividades do jogo constantes do presente diploma poderão também ser fornecidos a sectores de actividade económicos e a cidadãos ou entidades que exerçam actividades em recintos, estabelecimentos ou espaços de realização de eventos

permanentes ou esporádicos de cariz económico, humano e cultural, mediante autorização emitida pelo real instituto do jogo português.

2 – Todos os sectores de actividade económicos e organizadores de eventos permanentes ou esporádicos de cariz económico, humano e cultural procedem diária, semanal ou mensalmente à listagem das quantidades e qualidades de actividades do jogo constantes do presente diploma em acção no exercício da respectiva actividade durante o mesmo período, com menção da qualidade e quantidades referentes a cada um produto em uso e utilização, remetendo à reserva real do real instituto do jogo português competente, para que proceda à respectiva autorização de reposição de existências dos mesmos produtos.

3 – Nos sectores de actividade económicos e organizadores de eventos permanentes ou esporádicos de cariz económico, humano e cultural a responsabilidade de controlo pelas actividades do jogo constantes do presente diploma compete aos próprios responsáveis pela autorização, que fornecerão ao real instituto do jogo português e sempre que os mesmos requeridos os dados, elementos e informações exigidos à responsabilidade do acto.

ARTIGO OITAVO – ACTIVIDADES DO JOGOS LÚDICAS.

1 – Todos os sectores de actividade económicos que possuam actividades do jogo lúdicas, nomeadamente jogos de cartas, dominós, damas, xadrez e malha, bem como matrecos, bilhar snoker, mesas de ping pong e máquinas eléctricas e electrónicas, sem recurso a aposta ou recompensa de prémio patrimonial ou monetário na partida obrigam-se à autorização emitida pela reserva real do real instituto do jogo português competente da área do local do exercício profissional e às normas de regulação da actividade do jogo respectiva.

ARTIGO NONO – CONCURSOS, SORTEIOS E BRINDES.

1 – Todos os sectores de actividade económicos que no exercício da sua actividade profissional económica promovam concursos ou sorteios com recurso a recompensa de prémio patrimonial ou monetário na partida, bem como promovam ofertas do jogo para os seus clientes, obrigam-se à autorização emitida pela reserva real do real instituto do jogo português competente da área do local do exercício profissional e às normas de regulação da actividade do concurso ou sorteio ou do jogo respectivo.

ARTIGO DÉCIMO – ENTIDADES DO JOGO INTERNACIONAIS.

1 – As entidades do jogo internacionais, efectivo e on-line, em exercício na vida do reino de Portugal estão obrigadas à respectiva autorização emitida pelo real instituto do jogo português e às normas de regulação inerentes às actividades do jogo exercidas.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – EVENTOS PROMOCIONAIS.

1 – A realização de eventos promocionais do jogo ou outros eventos envoltos dos produtos constantes do presente diploma, obrigam-se nos termos da lei à autorização emitida pelo real instituto do jogo português.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – SERVIÇOS COMPLEMENTARES.

1 – Todos os prestadores de serviços complementares ao exercício das actividades constantes do presente diploma, obrigam-se à autorização emitida pelo real instituto do jogo português e na aquisição de percursos, matérias-primas e matérias subsidiárias que possam tornar-se úteis e essenciais à realização do serviço complementar prestado ao disposto no artigo 9º, do capítulo segundo, do título segundo.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – RESPONSABILIDADE CIVIL.

1 – Os titulares de autorização previstos no presente diploma, são civil e criminalmente responsáveis, independentemente do grau da culpa, por danos causados a terceiros em consequência do uso e utilização de actividades do jogo e de serviços prestados derivados das mesmas actividades ilícitos que detenham ou do exercício ilícito da sua actividade.

2 – A violação grosseira dos modos, métodos e técnicas de produção e fabrico, das normas de segurança, conservação, higiene e de transporte de actividades do jogo e de serviços prestados derivados das mesmas actividades constantes do presente diploma, determina sempre a responsabilização solidária do seu proprietário pelos danos causados a terceiros, pelo uso e utilização legítimo ou ilegítimo que às mesmas ou aos mesmos venha a ser dado.

CAPÍTULO SEGUNDO – NORMAS ESPECIAIS.

ARTIGO PRIMEIRO – INVESTIGAÇÃO CRIMINAL.

1 – Compete à guarda real portuguesa a investigação própria ou sob a alçada dos órgãos de soberania jurídicos dos crimes constantes do presente diploma e dos demais que lhe sejam participados pelas autoridades competentes de fiscalização, prevenção e controlo ou de que colha notícia, praticados pelos agentes económicos envoltos do exercício das actividades constantes do presente diploma.

ARTIGO SEGUNDO – COOPERAÇÃO INSTITUCIONAL.

1 – Compete aos órgãos de soberania jurídicos em colaboração com as entidades do jogo e da saúde e com o real instituto do jogo português, observar, analisar e deliberar sobre as diferentes pedagogias e patologias inerentes ao consumo de actividades do jogo e de serviços prestados derivados das mesmas actividades, relacionar as pedagogias e as patologias com os hábitos de consumo específico dos consumidores tendo presente o

mercado do jogo, relevando as actividades do jogo e os serviços prestados derivados das mesmas actividades em termos percentuais na relação de consumo e pedagogia e patologia e averiguar se o êxito e o sucesso da parada ou o insucesso pedagógico ou patológico foram provocados pelo excesso de consumo ou pela insuficiência de consumo, bem como analisar os crimes previstos no presente diploma ou por violar as restrições das liberdades sociais inerentes ao seu consumo.

2 – Compete após a avaliação dos dados, o consequente reforço nos meios de comunicação social da consciência cívica de cada um cidadão no consumo de actividades do jogo e de serviços prestados derivados das mesmas actividades de modo e forma a exaltar o êxito e o sucesso da parada ou a prevenir o insucesso pedagógico ou patológico ou os respectivos crimes envoltos dos dados negativos, ou sempre que as circunstâncias o exijam em consonância com todas as entidades envolvidas do processo de classificação das actividades do jogo e dos serviços prestados derivados das mesmas actividades declarar o seu fim e a sua passagem para as actividades do jogo e serviços prestados derivados das mesmas actividades indesejáveis constantes da tabela IV do artigo 2º, do capítulo primeiro, do título primeiro.

ARTIGO TERCEIRO – REGISTO CENTRAL.

1 – Compete aos órgãos de soberania jurídicos possuir um registo central dos processos crimes previstos no presente diploma, que os órgãos de soberania policiais e o real instituto do jogo português terão acesso por via da realização das suas próprias competências, estando obrigados ao dever do sigilo profissional e ao segredo de justiça relativamente aos dados pessoais e colectivos constantes do registo central.

2 – Compete aos cidadãos e às entidades do jogo públicas e privadas constantes do presente diploma, possuir o registo informático do próprio sector de actividade económico para registar as transacções comerciais realizadas a cada momento, devidamente formulado pelos órgãos de soberania fiscais e que os órgãos de soberania policiais e o real instituto do jogo português terão acesso por via da realização das suas próprias competências, estando obrigados ao dever do sigilo profissional e ao segredo de justiça relativamente aos dados pessoais e colectivos constantes dos respectivos registos informáticos, bem como possuir o registo informático do real instituto do jogo português dos cidadãos proibidos do exercício de actividades do jogo.

3 – Compete aos estabelecimentos de venda ao público de actividades do jogo constantes do presente diploma, possuir um registo informático do próprio sector de actividade económico para registar as transacções comerciais realizadas a cada momento, devidamente formulado pelos órgãos de soberania fiscais e que os órgãos de soberania policiais e o real instituto do jogo português terão acesso por via da realização das suas próprias competências, estando obrigados ao dever do sigilo profissional e ao segredo de justiça relativamente aos dados pessoais e colectivos constantes dos respectivos registos informáticos, bem como possuir o registo informático do real instituto do jogo português dos cidadãos proibidos do exercício de actividades do jogo.

4 – Compete ao real instituto do jogo português possuir um registo central de todos os titulares de autorização a exercer as actividades constantes do presente diploma, que

releve o nome do cidadão ou entidade, data de emissão, validade, entidade emissora e a actividade específica em exercício e que os órgãos de soberania jurídicos e os órgãos de soberania policiais terão acesso por via da realização das suas próprias competências, estando obrigados ao dever do sigilo profissional e ao segredo de justiça relativamente aos dados pessoais e colectivos constantes do registo central, bem como possuir o registo central de tabulagem de todos os cidadãos proibidos do exercício de actividades do jogo e que os órgãos de soberania jurídicos, os órgãos de soberania policiais e as entidades do jogo terão acesso por via da realização das suas próprias competências, estando obrigados ao dever do sigilo profissional e ao segredo de justiça relativamente aos dados pessoais constantes do registo central.

ARTIGO QUARTO – COOPERAÇÃO INTERNACIONAL.

1 – Em observância das convenções das nações unidas contra o tráfico de actividades do jogo e de serviços prestados derivados das mesmas actividades constantes do presente diploma, no tocante a extradição, auxílio judiciário mútuo, execução de sentenças penais estrangeiras e transmissões de processos criminais, aplicam-se subsidiariamente as disposições constantes das mesmas convenções.

ARTIGO QUINTO – PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES E APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS.

1 – Em qualquer momento os órgãos de soberania jurídicos podem pedir informações e solicitar a apresentação de documentos respeitantes a bens materiais, depósitos ou quaisquer outros valores pertencentes a arguido da prática dos crimes constantes do presente diploma ou a cidadão ou entidade que com o mesmo arguido se relacione no apuramento da veracidade processual, com vista à sua apreensão e perda para o estado.

2 – A prestação de informações ou a apresentação de documentos quer se encontre em suporte manual ou informático, não podem ser recusados por qualquer cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição, pública ou privada, desde que o pedido se mostre individualizado e suficientemente concretizado, bastando para o efeito a identificação do arguido ou do suspeito e sempre que o mesmo exigido para o apuramento da veracidade do processo dos nomes do agregado familiar ou de terceiros envolvidos da investigação em curso.

ARTIGO SEXTO – COMUNICAÇÃO DAS DECISÕES.

1 – Compete a cada um órgão de soberania jurídico envolto dos crimes previstos no presente diploma e da respectiva apreensão de produtos constantes do presente diploma, remeter:

a) Após a deliberação da sentença jurídica final cópia do acto processual ao real instituto do jogo português;

b) Aos respectivos ministérios do jogo até ao dia 10 de Janeiro a relação anual do número de processos crimes e das apreensões realizadas no âmbito da sua acção jurídica anual, com menção das qualidades e quantidades apreendidas;

c) À reserva real do real instituto do jogo português competente e ao real supremo tribunal de justiça português até ao dia 10 de Janeiro a relação anual do número de processos crimes e das apreensões remetidas na alínea anterior.

ARTIGO SÉTIMO – MISSÃO.

1 – Compete às reservas reais do real instituto do jogo português cooperar, colaborar e auxiliar com os meios materiais, técnicos e tecnológicos, os produtores, fabricantes e prestadores de serviços no correcto, rigoroso e integro desempenho do exercício das suas competências e responsabilidades, bem como a todos os produtores, fabricantes e prestadores de serviços o direito de participar e acompanhar de forma activa e exemplar os actos processuais de funcionamento das reservas reais do real instituto do jogo português.

ARTIGO OITAVO – FROTA DO REAL INSTITUTO DO JOGO PORTUGUÊS.

1 – A frota de transportes do real instituto do jogo português será composta pelos meios de transporte doados pelos produtores e fabricantes dos produtos constantes do presente diploma afectos ao real instituto do jogo português, pelos meios de transporte das entidades reguladoras do jogo e pelas necessidades de meios de transportes em exercício.

CAPÍTULO TERCEIRO – DISPOSIÇÕES FINAIS.

ARTIGO PRIMEIRO – REPRESENTAÇÃO INTERNACIONAL.

1 – Compete aos ministros do jogo e aos ministros da indústria respectivos e a um representante do real instituto do jogo português:

a) Assegurar a representação do estado português a nível internacional, de modo que as matérias de cooperação das actividades constantes do presente diploma sejam tratadas;

b) Acompanhar a aplicação dos instrumentos de direito internacional relativos a actividades do jogo e a serviços prestados derivados das mesmas actividades constantes do presente diploma, de modo e forma a garantir a compatibilidade e coerência dos dados a transmitir às entidades internacionais;

c) Fornecer às instâncias competentes do império português e das nações unidas os dados, informações e relatórios previstos nas convenções, em

colaboração com as demais entidades actuantes e intervenientes nas matérias constantes do presente diploma;

d) Difundir no âmbito nacional, as informações e dados recolhidos a nível imperial português e internacional, bem como outros por si reunidos que se revelem pertinentes.

2 – A real procuradoria de justiça portuguesa e a real provedoria de justiça portuguesa são as entidades competentes para dar provimento às solicitações de ordem jurídica constantes das convenções das nações unidas contra o tráfico ilícito de actividades do jogo e de serviços prestados derivados das mesmas actividades constantes do presente diploma, direccionando-as para as entidades competentes e zelando pela sua resposta atempada.

3 – A guarda real portuguesa é a entidade competente para dar provimento às solicitações de ordem judiciária constantes das convenções das nações unidas contra o tráfico ilícito de actividades do jogo e de serviços prestados derivados das mesmas actividades constantes do presente diploma.

4 – As entidades que forneçam dados de natureza estatística a instâncias do império português, das nações unidas, da organização internacional da polícia criminal/Interpol e do conselho de cooperação aduaneiro, em matéria de actividades do jogo e de serviços prestados derivados das mesmas actividades constantes do presente diploma, remetem cópia dos mesmos dados fornecidos à guarda real portuguesa, ao real instituto do jogo português e aos ministérios do jogo ou da indústria respectivos.

ARTIGO SEGUNDO – OPERAÇÕES ESPECIAIS DE PREVENÇÃO CRIMINAL.

1 – As forças da ordem policiais devem planear e empreender em todo o momento, operações especiais de prevenção criminal em áreas geográficas delimitadas com a finalidade de controlar, detectar, localizar, prevenir, assegurar ou verificar a regularidade da situação de actividades do jogo e de serviços prestados derivados das mesmas actividades, minimizando o risco da prática de infracções associadas às mesmas ou sempre que hajam suspeitas da prática de crime ou da sua preparação.

2 – A delimitação das áreas geográficas para a realização das operações especiais de prevenção pode abranger:

a) Zonas de produção e fabrico de actividades do jogo e de serviços prestados derivados das mesmas actividades, pontos de controlo de acesso a locais em que constitui crime a detenção, uso e consumo de actividades do jogo e de serviços prestados derivados das mesmas actividades;

b) Gares de transportes colectivos rodoviários, ferroviários, aéreos e marinhos, bem como o interior dos meios de transporte, vias públicas ou locais públicos ou privados e respectivos acessos;

c) Áreas residenciais, cujos residentes ou cidadãos que as frequentam constem de possíveis infractores às matérias constantes do presente diploma, por

via das acções de vigilância e de patrulhamento policial, bem como de informações recolhidas ou de actos de denúncia.

3 – As operações especiais de prevenção criminal podem compreender em função da exigência do acto, sempre que haja indícios da prática dos crimes previstos no presente diploma, risco de resistência ou de desobediência qualificada à autoridade ou a necessidade de condução à esquadra policial dos respectivos cidadãos por não ser possível a correcta identificação dos dados pessoais, a identificação e a revista dos cidadãos que se encontrem na área geográfica ou local de realização da operação, a revista dos respectivos locais em que se encontrem ou de locais que com o facto e com os mesmos cidadãos se relacionem, bem como de meios de transporte ou equipamentos envolvidos do facto.

4 – Compete à guarda real portuguesa na realização das operações especiais de prevenção criminal a verificação dos produtos previstos no presente diploma, que se encontrem em trânsito nas zonas portuárias, aeroportuárias, rodoviárias e ferroviárias, com a possibilidade de abertura de volumes e contentores e quebra dos respectivos selos, para confirmação e avaliação das mercadorias, da sua proveniência e destino.

5 – As operações especiais de prevenção criminal são comunicadas pelo CORONEL do órgão de soberania policial responsável pela respectiva operação à real procuradoria de justiça portuguesa, à real provedoria de justiça portuguesa e ao órgão de soberania jurídico da respectiva área de circunscrição geográfica de realização da operação, com a antecedência exigida ao sucesso da operação, mencionando a delimitação geográfica e temporal das medidas previstas.

6 – Sem prejuízo da autonomia técnica e tática das forças da ordem policiais e independentemente da modalidade técnica disponível que se revele mais apropriada, as operações devem ser acompanhadas por um magistrado do órgão de soberania jurídico da área respectiva o qual será responsável pela prática dos actos de competência jurídicos de que da operação possam resultar.

7 – As operações especiais de prevenção criminal podem prosseguir para além dos espaços geográfico e temporal delimitados e determinados se os actos a empreender forem decorrentes de outros iniciados no âmbito da delimitação inicial.

8 – Sempre que no âmbito de uma operação especial de prevenção criminal se torne necessário empreender buscas domiciliárias ou outros actos da exclusiva competência de juiz de instrução, são adoptadas independentemente da modalidade técnica disponível que se revele mais apropriada, as medidas exigidas e necessárias ao acompanhamento por parte deste magistrado.

9 – Sempre que a operação deva ser realizada e desenvolvida em mais do que uma comarca, intervém o juiz de instrução que nos termos da lei, tenha competência no território da comarca no qual a operação se iniciou.

ARTIGO TERCEIRO – ACTIVIDADES DE PREVENÇÃO.

1 – Compete ao parlamento, avaliar, planear e executar as acções, medidas e programas específicos de incentivo à racionalização do consumo de actividades do jogo e de serviços prestados derivados das mesmas actividades constantes do presente diploma, tendo presente a sua natureza pluridisciplinar.

2 – Compete aos ministérios do jogo e aos ministérios da indústria respectivos das actividades constantes do presente diploma, avaliar, planear e executar as acções, medidas e programas específicos de formação e qualificação sectoriais.

3 – Compete à família a responsabilidade de acompanhar o desenvolvimento social dos descendentes e alertar para a exigência da racionalização do uso, utilização e consumo de actividades do jogo e de serviços prestados derivados das mesmas actividades constantes do presente diploma.

4 – Compete à área presidencial do jogo proceder à respectiva informação, esclarecimentos e alerta dos cidadãos face ao uso, utilização e consumo de actividades do jogo e de serviços prestados derivados das mesmas actividades constantes do presente diploma, os efeitos benéficos imediatos do seu consumo e as diferentes pedagogias associadas ao êxito, sucesso e competência das paradas, relevando as actividades do jogo e os serviços prestados derivados das mesmas actividades proibidos no seu uso, utilização e consumo, bem como os cuidados, restrições e recomendações relativas ao seu uso, utilização e consumo.

5 – Compete à área presidencial da educação:

a) Integrar nos currículos escolares o ensino para a economia e estatística, com incidência específica na exigência do incentivo à racionalização do consumo de actividades do jogo e de serviços prestados derivados das mesmas actividades tendo presente as probabilidades e o investimento como mais-valia no firmar a dignidade futura;

b) Providenciar no sentido de que a formação inicial e contínua dos professores e auxiliares de educação os habilite e qualifique a desenvolver tal vertente; e

c) Desenvolver programas específicos primários de incentivo à racionalização do uso, utilização e consumo de actividades do jogo e de serviços prestados derivados das mesmas actividades em todos os ciclos educativos, nomeadamente na gestão racional das actividades do jogo lúdicas dos próprios estabelecimentos de ensino em realização ao longo do ano lectivo.

ARTIGO QUARTO – RELATÓRIO ANUAL.

1 – Anualmente e até ao dia 31 de Janeiro os ministérios do jogo e os ministérios da indústria respectivos das actividades constantes do presente diploma, o real instituto do jogo português, o real supremo tribunal de justiça português, a guarda real portuguesa e a direcção geral das alfândegas, remetem ao parlamento um relatório discriminado relativo ao ano cessante sobre todos os dados que possuam face às matérias constantes do presente diploma e as suas competências respectivas.

2 – O relatório tem por finalidade fornecer ao parlamento informação pormenorizada sobre a situação do reino de Portugal em matéria de qualidades e quantidades de actividades do jogo e de serviços prestados derivados das mesmas actividades constantes do presente diploma, em uso, utilização e consumo, e as actividades desenvolvidas pelas entidades com intervenção nas áreas de incentivo à racionalização e da prevenção e repressão do tráfico.

ARTIGO QUINTO – DIAGNÓSTICO, QUALIFICAÇÃO E QUANTIFICAÇÃO DE ACTIVIDADES DO JOGO E DE SERVIÇOS PRESTADOS DERIVADOS DAS MESMAS ACTIVIDADES.

1 – Compete aos presidentes das áreas presidenciais do jogo, da saúde, da indústria, humana, natural, universal, da ordem e da justiça, aos ministros do jogo e aos ministros da indústria respectivos, aos bastonários do jogo, aos presidentes das associações nacionais de unidades do jogo e ao presidente do real instituto do jogo português, determinar mediante portaria conjunta:

- a) Os procedimentos terapêuticos e pedagógicos exigidos à realização dos exames periciais, ao apuramento da veracidade da avaliação a produzir e à avaliação, análise e diagnóstico das características próprias do estado de tabulagem;
- b) O modo de intervenção dos serviços do jogo especializados no apoio, auxílio e colaboração às autoridades policiais e jurídicas;
- c) Os termos e modos por que se regem e regulam as entidades do jogo nos métodos pedagógicos económicos e de jogo em uso na qualificação, formação e competência dos investimentos produzidos e a produzir;
- d) Determinar os tempos em que cada uma pedagogia económica e de jogo se encontra actual e válida ao exercício das competências dos investimentos produzidos e a produzir, tendo presente a evolução dos meios e produtos do jogo e as próprias normas do jogo internacionais;
- e) Classificar as actividades do jogo e os serviços prestados derivados das mesmas actividades a existir nos estabelecimentos de venda ao público;
- f) Classificar as actividades do jogo e os serviços prestados derivados das mesmas actividades como proibidos, sempre que os mesmos se revistam em termos de consumo ou utilização de efeitos nefastos para a consciência ou o organismo humano e constituam um meio de retrocesso e uma regressão das faculdades, aptidões e capacidades físicas, psicológicas e sensoriais humanas, bem como que criem situações de dependência;
- g) Definir com base nos comportamentos ou efeitos produzidos por via do seu consumo e utilização no homem, as respectivas privações das liberdades relativas a cada uma actividade do jogo realizada durante o seu exercício ou efeito directo;

h) Comprovar por via dos exames, análises e avaliações anuais de jogo e de saúde, o aprofundar do conhecimento humano face aos efeitos do consumo e utilização de actividades do jogo e de serviços prestados derivados das mesmas actividades a curto, médio e longo prazo, corrigindo as actividades do jogo e os serviços prestados derivados das mesmas actividades que pelos resultados negativos que produzem deveram constar das actividades do jogo e dos serviços prestados derivados das mesmas actividades proibidos;

i) Os modos, métodos e técnicas em uso e utilização no exercício das actividades constantes do presente diploma, de produção e fabrico de actividades do jogo e de serviços prestados derivados das mesmas actividades; e

j) As áreas de produção e fabrico no espaço territorial português.

2 – A portaria a que se refere o número anterior deve ser rectificada e actualizada sempre que a evolução do conhecimento científico assim o justifique.

ARTIGO SEXTO – ESPÉCIES MARINHAS EM VIAS DE EXTINÇÃO.

1 – Com excepção das espécies marinhas destinados aos zoo marinhos e aos oceanários e das espécies marinhas que possam ser reabilitadas nos centros de reabilitação de espécies marinhas presentes no espaço territorial português, Portugal não pesca, produz, fabrica, importa, introduz, exporta, expedita, transita ou transborda, qualquer espécie de pescado ou de plâncton em vias de extinção, seja baleia, orca ou o elixir da vida, bem como quaisquer outros produtos provenientes dessas mesmas espécies em vias de extinção.

ARTIGO SÉTIMO – ESPÉCIES ANIMAIS EM VIAS DE EXTINÇÃO.

1 – Com excepção das espécies animais destinados aos jardins zoológicos e às reservas naturais e das espécies animais que possam ser reabilitadas nos centros de reabilitação de espécies animais presentes no espaço territorial português, Portugal não caça, produz, fabrica, importa, introduz, exporta, expedita, transita ou transborda, qualquer espécie animal em vias de extinção, seja elefante, tigre ou o elixir da vida, bem como quaisquer outros produtos provenientes dessas mesmas espécies em vias de extinção.

ARTIGO OITAVO – ESPÉCIES VEGETAIS EM VIAS DE EXTINÇÃO.

1 – Com excepção das espécies vegetais destinados aos jardins botânicos e das espécies vegetais que possam ser reabilitadas nos centros de reabilitação de espécies vegetais presentes no espaço territorial português, Portugal não recolhe, produz, fabrica, importa, introduz, exporta, expedita, transita ou transborda, qualquer espécie vegetal em vias de extinção, seja sobreiro, alecrim ou o elixir da vida, bem como quaisquer outros produtos provenientes dessas mesmas espécies em vias de extinção.

ARTIGO NONO – ESPÉCIES VEGETAIS NOCIVAS AO SOLO.

1 – Nos termos da lei com excepção das autorizações concedidas pelo real instituto da agricultura e dos vegetais português e pelo real instituto farmacêutico português para o cultivo de espécies vegetais nocivas à fertilidade dos solos para fins medicinais e outros fins específicos essenciais e elementares ao desenvolvimento, progresso e futuro de habitabilidade do reino de Portugal, o cultivo de espécies nocivas à fertilidade dos solos é proibido em todo o espaço territorial português, sendo os seus proprietários obrigados à denúncia das espécies de modo e forma a que se proceda ao seu abate e inclusão no mercado de consumo ou à sua destruição nos termos da lei.

ARTIGO DÉCIMO – MINERAIS EM VIAS DE EXTINÇÃO.

1 – Com excepção dos minerais destinados aos minerólogos e dos minerais que possam ser investigados nos centros de prospecção dos solos e de substâncias minerais presentes no espaço territorial português, Portugal não extrai, produz, fabrica, importa, introduz, exporta, expedita, transita ou transborda, qualquer substância mineral em vias de extinção, seja volfrâmio, ouro ou o elixir da vida, bem como quaisquer outros produtos provenientes dessas mesmas substâncias minerais em vias de extinção.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – REAL INSTITUTO DO JOGO PORTUGUÊS.

1 – O real instituto do jogo português tem a responsabilidade de criar o museu nacional do jogo, bem como suportará os encargos deficitários inerentes ao exercício da sua competência.

2 – O real instituto do jogo português tem em unísono com o estado por via do orçamento do reino de Portugal a responsabilidade de participar nos encargos inerentes ao intercâmbio imperial português remunerado de formação, qualificação e competência profissional nos vários sectores de actividade económicos da vida do império português nomeadamente as despesas de transporte, alimentação e estadia.

3 – O real instituto do jogo português tem em unísono com o estado por via do orçamento do reino de Portugal a responsabilidade de participar nos encargos inerentes ao intercâmbio imperial português dos anciãos portugueses a realizar ao património económico, humano e cultural dos estados soberanos constituintes do império português.

4 – O real instituto do jogo português tem em unísono com as próprias entidades educativas portuguesas a responsabilidade de participar nos encargos inerentes ao intercâmbio imperial português educativo a realizar pelas universidades portuguesas aos estados soberanos constituintes do império português.

5 – O real instituto do jogo português tem em unísono com as próprias entidades desportivas portuguesas a responsabilidade de participar nos encargos inerentes ao intercâmbio imperial português desportivo a realizar pelos clubes desportivos federados aos estados soberanos constituintes do império português, bem como pelas associações

desportivas amadoras a realizar com a comunidade imperial portuguesa a residir em estados soberanos externos ao império português.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – PROIBIÇÃO DE ENCARGOS ADICIONAIS SOBRE OS PRÉMIOS DE JOGO.

1 – Com excepção da aplicação do imposto do capital sobre os dividendos dos prémios de jogo monetários dos cidadãos, em caso algum serão exigidos encargos adicionais de qualquer ordem a incidir sobre os prémios de jogo dos cidadãos da vida do reino de Portugal.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – ENTIDADES DO JOGO DE FACHADA.

1 – Está proibido em todo o espaço territorial português o exercício da actividade do jogo por entidades do jogo de fachada, que não possuam balcão aberto ao público em todo o momento, bem como profissionais administrativos, de secretariado e de produção efectivos e presentes na vida do reino de Portugal.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – PARAÍSO FISCAL.

1 – Tendo presente que a lei portuguesa é só uma em todo o espaço territorial português a cumprir por igual por todos os cidadãos, órgãos de soberania, empresas e instituições, públicas e privadas, portuguesas, imperiais portuguesas e internacionais, estão proibidos quaisquer géneros de benefícios, proveitos ou isenções fiscais relativos ao exercício de qualquer actividade económica.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – PRIVATIZAÇÃO DAS EXPLORAÇÕES DO JOGO PÚBLICAS.

1 – O estado português vai privatizar 90% do capital social dos estabelecimentos do jogo que possua em exercício sob a forma de concessão de exploração do jogo, tendo presente a competência, pretensão e preferência dos próprios concessionários do jogo em exercício nesses mesmos estabelecimentos na sua aquisição.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO – ENTIDADE REGULADORA DO JOGO.

1 – Os meios materiais, técnicos e tecnológicos do exercício de actividades da entidade reguladora do jogo, nomeadamente a inspecção-geral de jogos do turismo de Portugal serão transferidos para o real instituto do jogo português da respectiva área de circunscrição geográfica, tendo presente a equidade dos meios em todo o espaço territorial português.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – INSPECTORES DO JOGO.

1 – O real instituto do jogo português possuirá inspectores do jogo para cada um concelho de administração do reino de Portugal, com competência para a inspecção, fiscalização e controlo das actividades do jogo nos próprios momentos em que se realizam as competições, sorteios ou o acto de investimento, bem como para a resolução dos diferendos do jogo que ocorram no decurso das partidas e para a recepção das comunicações dos cidadãos de proibição do exercício de actividades do jogo.

ARTIGO DÉCIMO OITAVO – PROIBIÇÃO DE ACTIVIDADES DO JOGO.

1 – Estão proibidos a todos os sectores de actividade económicos do jogo como actividades do jogo a realização de actividades do jogo que promovam dependência e a deturpação ou a deformação dos valores e princípios humanos da razão, verdade e da justiça nos vários domínios do jogo em realização na vida do reino de Portugal, do império português e dos estados soberanos externos ao império português, bem como que coloquem em causa a dignidade da vida humana, dos ciclos de biodiversidade e do planeta terra, sendo a sua violação punida severamente nos termos do disposto no CÓDIGO PENAL.

ARTIGO DÉCIMO NONO – MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO JOGO.

1 – Todas as entidades do jogo que possuam meios de comunicação social para a publicação, difusão ou divulgação dos seus próprios valores e princípios económicos, humanos e culturais, estão obrigados ao DIPLOMA DA COMUNICAÇÃO.

ARTIGO VIGÉSIMO – CONSELHO DO PROVEDOR DO JOGO.

1 – O conselho do provedor do jogo exercerá funções e competências na CASA IMPERIAL PORTUGUESA sendo constituído por um elemento de cada um sector ministerial do jogo, eleito por todos os sectores de actividade económicos do jogo do respectivo sector ministerial presente na vida do reino de Portugal, que elegeram o provedor do jogo.

2 – O conselho do provedor do jogo tem como missão zelar pelas participações, requerimentos e queixas dos consumidores e dos sectores de actividade económicos do jogo, face às actividades do jogo e aos serviços prestados derivados das mesmas actividades em uso, utilização e consumo no reino de Portugal, bem como pelos alertas ao consumo das mesmas actividades do jogo e dos mesmos serviços prestados derivados das mesmas actividades.

ARTIGO VIGÉSIMO PRIMEIRO – CASINOS, BINGOS E OUTRAS INFRA-ESTRUTURAS DO JOGO.

1 – Os casinos, bingos e outras infra-estruturas do jogo deveram estar dotadas de materiais térmicos e acústicos isolantes que minimizem os efeitos produzidos pelas condições climáticas e pelo som produzido pelo exterior, de modo e forma a não colocar em causa o património do jogo e a paz, ordem e harmonia dos profissionais do jogo e dos utilizadores dos mesmos espaços de jogo no exercício das suas responsabilidades e competências profissionais e culturais.

ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO – TABULAGEM.

1 – O real instituto do jogo português por via da comunicação dos cidadãos subscritores de actividades do jogo que requeiram a sua própria proibição e interdição às mesmas actividades, do real banco de Portugal sempre que verificar incumprimentos das responsabilidades financeiras dos cidadãos subscritores de actividades do jogo e dos profissionais de saúde sempre que verifiquem alterações de estado, conduta e comportamento dos pacientes subscritores de actividades do jogo, inscreve no registo central de tabulagem o nome dos cidadãos proibidos do exercício de actividades do jogo.

2 – Todo o investidor proibido de exercer actividades do jogo num determinado sector de actividade económico da área jogo, fica pelo mesmo período de tempo proibido de o exercer nos demais sectores de actividade económicos da área jogo da vida do reino de Portugal.

ARTIGO VIGÉSIMO TERCEIRO – ENTIDADES DO JOGO.

1 – Todas as entidades do jogo estão obrigadas a possuir o registo informático de tabulagem do real instituto do jogo português dos cidadãos proibidos do exercício de actividades do jogo, de modo e forma a zelar pelo rigoroso e correcto cumprir o controlo de proibição dos casos de tabulagem da vida do reino de Portugal, bem como estão obrigados a possuir o registo informático do real banco de Portugal para procederem à transferência dos prémios de jogo dos subscritores.

ARTIGO VIGÉSIMO QUARTO – REAL BANCO DE PORTUGAL.

1 – O real banco de Portugal facultará de forma rigorosa, eficiente e segura o registo de acesso às contas bancárias dos subscritores de actividades do jogo pelas respectivas entidades do jogo da vida do reino de Portugal, de modo e forma à transferência dos prémios de jogo dos subscritores.

2 - As entidades do jogo nos termos do disposto no número anterior estão obrigadas ao dever do sigilo profissional e ao segredo de justiça relativamente aos dados pessoais constantes do registo de acesso às contas bancárias dos subscritores de actividades do jogo.

ARTIGO VIGÉSIMO QUINTO – CASINOS DE PORTUGAL.

1 – Os casinos de Portugal existirão fisicamente em todos os quarenta e três concelhos de administração que compõem a estruturação, ordenação e organização do espaço territorial português.

ARTIGO VIGÉSIMO SEXTO – CASINOS.

1 – Os casinos ficam sujeitos aos seguintes deveres:

a) Identificar os frequentadores à entrada da sala, verificar a identidade dos subscritores sempre que adquirirem ou trocarem fichas de jogo, talões ou símbolos convencionais utilizáveis para jogar e registar no respectivo livro de transacções as de montante igual ou superior a 100 contos;

b) Transferir para as respectivas contas bancárias dos frequentadores identificados previamente, em cada momento, os montantes dos valores monetários das fichas, talões ou símbolos convencionais que tenham adquirido no acto de subscrição.

2 – A identidade dos frequentadores deve ser objecto de registo.

3 – As operações de aquisição pelos subscritores de fichas de jogo, talões ou símbolos convencionais utilizáveis para o investimento, processarão por meio electrónico de P.O.S..

ARTIGO VIGÉSIMO SÉTIMO – HOTELARIA E ARTES CULTURAIS NOS CASINOS.

1 – Os casinos de Portugal tendo presentes as demais valências económicas que cumprem em termos de hotelaria e de espectáculo das artes culturais, estão obrigados ao diploma da hotelaria, restauração e panificação e aos diplomas das artes culturais correspondentes do exercício da sua actividade económica, respectivamente.

2 – Os casinos de Portugal em termos de hotelaria darão prevalência à gastronomia do respectivo concelho de administração e região administrativa tendo presente a valorização dos valores gastronómicos portugueses, bem como em termos de artes culturais à promoção dos artistas portugueses e do império português como base de toda uma afirmação da identidade imperial portuguesa e de reconhecimento internacional dos artistas.

ARTIGO VIGÉSIMO OITAVO – MÁQUINAS DE JOGO.

1 – As máquinas de jogo de dinheiro em todo o espaço territorial português só serão permitidas em exercício de investimento nos casinos de Portugal, sendo punido nos termos da lei o seu uso e utilização ilícito por os demais sectores de actividade económicos da vida do reino de Portugal.

1 – As máquinas de jogo tradicionais que existem nos casinos de Portugal que estejam apenas e só dotadas para o acesso à partida com dinheiro serão transformadas e

adaptadas de modo e forma ao seu exercício se processar por via de títulos do próprio casino.

ARTIGO VIGÉSIMO NONO – JACKPOT DOS CASINOS DE PORTUGAL.

1 – Compete a todos os casinos de Portugal em uníssono possuir um jogo por sistema informático colectivo de todos os casinos da vida do reino de Portugal, representado por um jackpot dia a dia cumulativo das apostas dos investidores nas partidas no mesmo realizadas.

ARTIGO TRIGÉSIMO – BINGOS DE PORTUGAL.

1 – Os bingos de Portugal existirão fisicamente em todos os quinhentos e cinquenta municípios que compõem a estruturação, ordenação e organização do espaço territorial português.

ARTIGO TRIGÉSIMO PRIMEIRO – BINGOS.

1 – Os bingos ficam sujeitos aos seguintes deveres:

a) Identificar os frequentadores à entrada da sala, verificar a identidade dos subscritores sempre que adquirirem ou trocarem quaisquer títulos utilizáveis nas apostas e registar no respectivo livro de transacções as de montante igual ou superior a 100 contos;

b) Transferir para as respectivas contas bancárias dos frequentadores identificados previamente, em cada momento, os montantes dos valores monetários dos prémios dos quais sejam beneficiários do acto de subscrição.

2 – A identidade dos frequentadores deve ser objecto de registo.

3 – As operações de aquisição pelos subscritores de fichas de jogo, talões ou símbolos convencionais utilizáveis para o investimento, processarão por meio electrónico de P.O.S..

ARTIGO TRIGÉSIMO SEGUNDO – HOTELARIA NOS BINGOS.

1 – Os bingos de Portugal possuirão a valência económica de hotelaria no apoio e assistência aos subscritores estando obrigados ao diploma da hotelaria, restauração e panificação.

1 – Os bingos de Portugal em termos de hotelaria darão prevalência à gastronomia do respectivo município, como base de todo um afirmar os valores gastronómicos portugueses.

ARTIGO TRIGÉSIMO TERCEIRO – ACUMULADO DOS BINGOS DE PORTUGAL.

1 – Compete a todos os bingos de Portugal em unísono possuir um jogo de bingo por sistema informático colectivo de todos os bingos da vida do reino de Portugal, representado por o acumulado dos bingos de Portugal dia a dia cumulativo das apostas dos investidores nas partidas no mesmo realizadas.

ARTIGO TRIGÉSIMO QUARTO – ENTIDADES DE LOTARIAS.

1 – As entidades de lotaria ficam sujeitos aos seguintes deveres:

a) Identificar os frequentadores dos jogos, verificar a identidade dos subscritores sempre que adquirirem qualquer título representativo do jogo para jogar e registar no respectivo livro de transacções as de montante igual ou superior a 100 contos;

b) Transferir para as respectivas contas bancárias dos beneficiários dos prémios identificados previamente, em cada momento, os montantes dos valores monetários dos prémios do acto de subscrição.

2 – A identidade dos frequentadores deve ser objecto de registo.

3 – As operações de aquisição pelos subscritores de fichas de jogo, talões ou símbolos convencionais utilizáveis para o investimento, processarão por meio electrónico de P.O.S..

ARTIGO TRIGÉSIMO QUINTO – ENTIDADES DE APOSTAS.

1 – As entidades de apostas ficam sujeitos aos seguintes deveres:

a) Identificar os frequentadores dos jogos, verificar a identidade dos subscritores sempre que adquirirem qualquer título representativo do jogo para jogar e registar no respectivo livro de transacções as de montante igual ou superior a 100 contos;

b) Transferir para as respectivas contas bancárias dos beneficiários dos prémios identificados previamente, em cada momento, os montantes dos valores monetários dos prémios do acto de subscrição.

2 – A identidade dos frequentadores deve ser objecto de registo.

3 – As operações de aquisição pelos subscritores de fichas de jogo, talões ou símbolos convencionais utilizáveis para o investimento, processarão por meio electrónico de P.O.S..

ARTIGO TRIGÉSIMO SEXTO – PROIBIÇÃO DE APOSTAS.

1 – Estão proibidas em todo o espaço territorial português as actividades do jogo derivadas de lutas entre animais e pescado, sendo severamente punidas nos termos da lei.

ARTIGO TRIGÉSIMO SÉTIMO – HIPÓDROMOS DE PORTUGAL.

1 – Os hipódromos de Portugal existirão fisicamente em todos os quarenta e três concelhos de administração que compõem a estruturação, ordenação e organização do espaço territorial português.

ARTIGO TRIGÉSIMO OITAVO – HIPÓDROMOS.

1 – Os hipódromos ficam sujeitos aos seguintes deveres:

a) Identificar os frequentadores à entrada da jornada desportiva, verificar a identidade dos subscritores sempre que adquirirem ou trocarem quaisquer títulos utilizáveis nas apostas e registar no respectivo livro de transacções as de montante igual ou superior a 100 contos;

b) Transferir para as respectivas contas bancárias dos frequentadores identificados previamente, em cada momento, os montantes dos valores monetários dos títulos que tenham adquirido no acto de subscrição.

2 – A identidade dos frequentadores deve ser objecto de registo.

3 – As operações de aquisição pelos subscritores de fichas de jogo, talões ou símbolos convencionais utilizáveis para o investimento, processarão por meio electrónico de P.O.S..

ARTIGO TRIGÉSIMO NONO – HOTELARIA NOS HIPÓDROMOS.

1 – Os hipódromos de Portugal possuirão a valência económica de hotelaria no apoio e assistência aos subscritores estando obrigados ao diploma da hotelaria, restauração e panificação.

1 – Os hipódromos de Portugal em termos de hotelaria darão prevalência à gastronomia do respectivo concelho de administração e região administrativa, como base de todo um afirmar os valores gastronómicos portugueses.

ARTIGO QUADRAGÉSIMO – ACUMULADO DOS HIPÓDROMOS DE PORTUGAL.

1 – Compete a todos os hipódromos de Portugal em uníssono possuir um jogo de aposta por sistema informático colectivo de todos os hipódromos da vida do reino de Portugal, representado por um acumulado dos hipódromos de Portugal dia a dia cumulativo das apostas dos investidores nas partidas no mesmo realizadas.

ARTIGO QUADRAGÉSIMO PRIMEIRO – JOGO POR SISTEMA INFORMÁTICO.

1 – O Jogo por sistema informático será autorizado a realizar pelos próprios promotores das actividades de competição, recreação ou investimento geradoras da realização das apostas de jogo, nomeadamente pelas respectivas federações desportivas, casinos, e hipódromos.

ARTIGO QUADRAGÉSIMO SEGUNDO – ENTIDADES DE JOGO POR SISTEMA INFORMÁTICO.

1 – As entidades de jogo por sistema informático ficam sujeitos aos seguintes deveres:

a) Identificar os frequentadores do correspondente sistema operativo informático, verificar a identidade dos subscritores sempre que adquirirem ou trocarem os créditos virtuais do jogo utilizáveis para jogar e registar no respectivo livro de transacções as de montante igual ou superior a 100 contos;

b) Transferir para as respectivas contas bancárias dos beneficiários identificados previamente, em cada momento, os montantes dos valores monetários dos créditos virtuais que tenham adquirido no acto de subscrição.

2 – A identidade dos frequentadores deve ser objecto de registo no acto de inscrição e acesso ao sistema operativo informático.

3 – As operações de aquisição pelos subscritores de créditos virtuais utilizáveis para o investimento, processarão por via de transferência bancária.

ARTIGO QUADRAGÉSIMO TERCEIRO – ENTIDADES DE JOGOS DE SORTE.

1 – As entidades de jogos de sorte ficam sujeitos aos seguintes deveres:

a) Identificar os frequentadores dos jogos, verificar a identidade dos subscritores sempre que adquirirem qualquer título representativo do jogo para jogar e registar no respectivo livro de transacções as de montante igual ou superior a 100 contos;

b) Transferir para as respectivas contas bancárias dos beneficiários dos prémios identificados previamente, em cada momento, os montantes dos valores monetários dos prémios do acto de subscrição ou para os beneficiários dos prémios identificados previamente os respectivos prémios patrimoniais, materiais ou serviços do acto de subscrição sempre que aos mesmos corresponda.

2 – A identidade dos frequentadores deve ser objecto de registo.

3 – As operações de aquisição pelos subscritores de fichas de jogo, talões ou símbolos convencionais utilizáveis para o investimento, processarão por meio electrónico de P.O.S..

ARTIGO QUADRAGÉSIMO QUARTO – ROLETAS POPULARES DE PORTUGAL.

1 – As roletas populares de Portugal existirão fisicamente em todas as feiras populares presentes nos quinhentos e cinquenta municípios que compõem a estruturação, ordenação e organização do espaço territorial português.

ARTIGO QUADRAGÉSIMO QUINTO – ENTIDADES DE ROLETAS POPULARES.

1 – Os cidadãos ou entidades a exercer actividade com roletas populares ficam sujeitos aos seguintes deveres:

a) Identificar os participantes do respectivo jogo, verificar a identidade dos subscritores sempre que adquirirem qualquer título representativo do jogo para jogar e registar no respectivo livro de transacções as de montante igual ou superior a 100 contos;

b) Transferir para os beneficiários dos prémios identificados previamente, em cada momento, os respectivos prémios patrimoniais, materiais ou serviços do acto de subscrição sempre que aos mesmos corresponda.

2 – A identidade dos participantes deve ser objecto de registo.

3 – As operações de aquisição pelos subscritores de fichas de jogo, talões ou símbolos convencionais utilizáveis para o investimento, processarão por meio electrónico de P.O.S..

ARTIGO QUADRAGÉSIMO SEXTO – ENTIDADES DE RIFAS.

1 – Os cidadãos ou entidades a exercer actividade com rifas ficam sujeitos aos seguintes deveres:

a) Identificar os participantes do respectivo jogo, verificar a identidade dos subscritores sempre que adquirirem qualquer título representativo do jogo para jogar e registar no respectivo livro de transacções as de montante igual ou superior a 100 contos;

b) Transferir para os beneficiários dos prémios identificados previamente, em cada momento, os respectivos prémios patrimoniais, materiais ou serviços do acto de subscrição sempre que aos mesmos corresponda.

2 – A identidade dos participantes deve ser objecto de registo.

3 – As operações de aquisição pelos subscritores de fichas de jogo, talões ou símbolos convencionais utilizáveis para o investimento, processarão por meio electrónico de P.O.S..

ARTIGO QUADRAGÉSIMO SÉTIMO – ENTIDADES DE BRINDES.

1 – Os cidadãos ou entidades a exercer actividade com brindes ficam sujeitos aos seguintes deveres:

a) Identificar os participantes do respectivo jogo, verificar a identidade dos subscritores sempre que adquirirem qualquer título representativo do jogo para jogar e registar no respectivo livro de transacções as de montante igual ou superior a 100 contos;

b) Transferir para os beneficiários dos prémios identificados previamente, em cada momento, os respectivos prémios patrimoniais, materiais ou serviços do acto de subscrição sempre que aos mesmos corresponda.

2 – A identidade dos participantes deve ser objecto de registo.

3 – As operações de aquisição pelos subscritores de fichas de jogo, talões ou símbolos convencionais utilizáveis para o investimento, processarão por meio electrónico de P.O.S..

ARTIGO QUADRAGÉSIMO OITAVO – LIXOS E DETRITOS DE JOGO.

1 – Todos os lixos e detritos produzidos pelos sectores de actividade económicos do jogo na realização do seu exercício profissional deverão ser decompostos, reciclados ou incinerados de acordo com a defesa, segurança e protecção da propagação de vírus e bactérias no meio ambiente.

ARTIGO QUADRAGÉSIMO NONO – ESCOLAS E UNIVERSIDADES.

1 – Todas as escolas e universidades, públicas e privadas, da vida do reino de Portugal que possuam sala de jogos lúdicos, obrigam-se nos termos da lei às normas processuais materiais, técnicas e tecnológicas, emitidas pelo real instituto do jogo português.

ARTIGO QUINQUAGÉSIMO – ABUSO DE PATENTE E PIRATARIA.

1 – O abuso de patente e a pirataria de actividades do jogo é punido nos termos do disposto nos artigos 1º e 2º, do capítulo quarto, do título primeiro, da parte segunda do CÓDIGO PENAL respectivamente.

ARTIGO QUINQUAGÉSIMO PRIMEIRO – RECLASSIFICAÇÃO DAS ACTIVIDADES DO JOGO E DOS SERVIÇOS PRESTADOS DERIVADOS DAS MESMAS ACTIVIDADES.

1 – As actividades do jogo e os serviços prestados derivados das mesmas actividades que no âmbito do presente diploma venham a ser reclassificados, só podem ser exercidas, detidos e utilizados nos termos permitidos pelo presente diploma.

2 – Se o titular da actividade do jogo ou serviço prestado derivado da mesma actividade reclassificado não possuir as condições inerentes ao seu exercício, detenção, uso e utilização no âmbito do presente diploma, tem o prazo de 183 dias a partir da data de publicação do presente diploma até à sua entrada em vigor para proceder nos termos da lei à sua comunicação, transmissão ou inutilização, sob pena de o mesmo constituir crime ou possa ser declarado perdido a favor do estado.

ARTIGO QUINQUAGÉSIMO SEGUNDO – TRANSIÇÃO PARA O NOVO REGIME LEGAL.

1 – Os alvarás de fortunato concedidos ao abrigo da legislação anterior são convertidos ao abrigo do presente diploma, durante os 183 dias que medeia entre a publicação do presente diploma e a sua entrada em vigor.

ARTIGO QUINQUAGÉSIMO TERCEIRO – MANIFESTO VOLUNTÁRIO.

1 – Todos os cidadãos ou entidades a operar ilicitamente no exercício das actividades constantes do presente diploma de produção, fabrico e comercialização de actividades do jogo e de serviços prestados derivados das mesmas actividades, devem durante os 183 dias que medeiam entre a publicação do presente diploma e a sua entrada em vigor, denunciar o exercício da actividade às autoridades do jogo competentes e requerer a continuidade do exercício da actividade, não se processando o respectivo procedimento criminal, sob o compromisso de emissão pelo real instituto do jogo português de autorização nos termos da lei para a prossecução do exercício da respectiva actividade.

2 – Sempre que o detentor de actividades do jogo e de serviços prestados derivados das mesmas actividades constantes do presente diploma não declarados e provenientes de actividades ilícitas possuir autorização nos termos da lei para o exercício da referida actividade ou de outras actividades constantes do presente diploma, compete às autoridades do jogo competentes declarar o continuo do exercício da actividade até à emissão pelo real instituto do jogo português de autorização nos termos da lei para a prossecução do exercício da respectiva actividade, não havendo lugar a procedimento criminal.

3 – Todas as actividades do jogo e serviços prestados derivados das mesmas actividades constantes do presente diploma, que na emissão da autorização não puderem ser legalizados, por estarem compreendidos nas actividades do jogo e serviços prestados

derivados das mesmas actividades indesejáveis ou por se encontrarem deteriorados ou adulterados e sempre que os mesmos não se revistam de interesse didáctico ou científico, compete ao respectivo proprietário proceder à declaração de cessação da actividade ou de destruição, sob pena de exercício ilícito de actividade.

4 – Deveram nos termos do número 1 ser denunciados no mesmo acto os respectivos precursores, matérias-primas e matérias subsidiárias constantes do presente diploma em posse do seu proprietário.

5 – Todo o cidadão que com excepção da detenção de actividades do jogo lúdicas isentas de recompensa patrimonial ou monetária para consumo próprio, exercer, deter ou possuir actividades do jogo ou serviços prestados derivados das mesmas actividades e que as não denunciar às autoridades do jogo competentes, é punido pelo crime de tráfico e outras actividades ilícitas.

ARTIGO QUINQUAGÉSIMO QUARTO – INFORMAÇÃO AOS FORTUNATOS.

1 – As publicações destinadas exclusivamente a produtores, fabricantes, comerciantes de estabelecimentos de venda ao público de actividades do jogo e de serviços prestados derivados das mesmas actividades e a profissionais do jogo constantes do presente diploma, bem como a divulgação da realização de eventos da especialidade, feiras e certames do jogo, devem referir as características, especificidades e região demarcada ou estado soberano do produto a que corresponde.

ARTIGO QUINQUAGÉSIMO QUINTO – ENTRADA EM VIGOR.

1 – O presente diploma entra em vigor em todo o reino de Portugal passados 183 dias da sua publicação, divulgação e difusão pelos meios de comunicação social da CASA IMPERIAL PORTUGUESA, devendo ser adoptado até ao momento do acto, os procedimentos regulamentares orgânicos, técnicos e tecnológicos exigidos à aplicação do presente diploma, vigorando até à sua entrada os decretos-leis promulgados pelo regime republicano sobre a produção, fabrico, comercialização e consumo de actividades do jogo e de serviços prestados derivados das mesmas actividades constantes do presente diploma.


DIPLOMA DO JOGO
APROVADO E PROMULGADO
EM VINTE E OITO DE JULHO DO ANO DOIS MIL E TREZE



REAL INSTITUTO DO JOGO PORTUGUÊS

COMPOSIÇÃO:

1 – REAL INSTITUTO DO JOGO PORTUGUÊS – 24 Horas/Dia – 3 Turnos.



129 Elementos X 1 430 Contos X 1 Instituto X 12 Meses = 2 213 640 Contos.

43 – RESERVAS REAIS CONCELHIAS – 24 Horas/Dia – 3 Turnos.

129 Elementos X 715 Contos X 43 Reservas X 12 Meses = 47 593 260 Contos.

SECTORES DE ACTIVIDADE ECONÓMICOS DO JOGO:

PRODUÇÃO de actividades do jogo:

3 500 – PRODUTORES X 30 000 Contos Facturação.

$3\,500\,P \times 30\,000\,F = 105\,000\,000$ Contos Facturação.

Real instituto do jogo português:

$10\% \times 105\,000\,000$ Contos = 10 500 000 Contos.

50 000 – AUTORIZAÇÃO DE ACTIVIDADES DE JOGOS LÚDICOS

$50\,000\,A \times 120\,L = 6\,000\,000$ Contos.

500 000 – AUTORIZAÇÃO DE CONCURSOS, SORTEIOS E BRINDES
– 60 000 000 Contos estimados do valor de prémios e brindes
ATRIBUIDOS e OFERECIDOS X 10% Licença.

$60\,000\,000\,P\,e\,B \times 10\%\,L = 6\,000\,000$ Contos.

FABRICO de actividades do jogo:

1 100 – FABRICANTES X 5 000 000 Contos Facturação.

1 100 F X 5 000 000 F = 5 500 000 000 Contos Facturação.

Real instituto do jogo português:

10% X 5 500 000 000 Contos = 550 000 000 Contos.

PRESTADORES DE SERVIÇOS de actividades do jogo:

**APOIO, AUXÍLIO, ASSISTÊNCIA E DE OUTROS SERVIÇOS
PRESTADOS DO JOGO,**

5 MUNICIPAIS X 550 MUNICIPIOS = 2 750 PRESTADORES

Facturação de serviços prestados – 15 Contos/Dia.

15 F X 2 750 P X 365 D = 15 056 250 Contos Facturação.

15 056 250 F X 10% = 1 505 625 Contos.

DEMAIS SECTORES DE ACTIVIDADE ECONÓMICOS em ACÇÃO DO JOGO:

COMERCIAIS dependentes de actividades do jogo:

CASAS DE JOGO:

1 Municipal X 550 Municípios = 550 CASAS DE JOGO;

Facturação de actividades do jogo – 100 Contos/Dia.

550 C X 4 A X 12 M = 26 400 Autorizações.

100 F X 550 C X 365 D = 20 075 000 Contos Facturação.

20 075 000 F X 10% A = 2 007 500 Contos Autorizações.

PAPELARIAS, LIVRARIAS E QUIOSQUES:

25 Municipais X 550 Municípios = 13 750 PAPELARIAS,
LIVRARIAS E QUIOSQUES;

Facturação de actividades do jogo – 15 Contos/Dia.

13 750 E X 4 A X 12 M = 660 000 Autorizações.

15 F X 13 750 E X 365 D = 75 281 250 Contos Facturação.

75 281 250 F X 10% A = 7 528 125 Contos Autorizações.

TABACARIAS:

10 Municipais X 550 Municípios = 5 500 TABACARIAS;

Facturação de actividades do jogo – 15 Contos/Dia.

5 500 T X 1 A X 12 M = 66 000 Autorizações.

15 F X 5 500 T X 365 D = 30 112 500 Contos Facturação.

30 112 500 F X 10% A = 3 011 250 Contos Autorizações.

HIPER-MERCADOS, SUPERMERCADOS E MERCADOS:

3 Municipais x 550 Municípios = 1 650 – HIPER-MERCADOS.

57 Municipais x 550 Municípios = 31 350 SUPERMERCADOS.

38 Municipais x 550 Municípios = 20 900 MERCADOS.

Facturação de actividades do jogo – 15 Contos/Dia.

53 900 E X 1 A X 12 M = 646 800 Autorizações.

15 F X 53 900 E X 365 D = 295 102 500 Contos Facturação.

295 102 500 F X 10% A = 29 510 250 Contos Autorizações.

HOTELARIA, RESTAURAÇÃO E PANIFICAÇÃO;

57 Municipais X 550 Municípios = 31 350 – HOTELARIA.

57 Municipais X 550 municípios = 31 350 – RESTAURAÇÃO.

38 Municipais x 550 Municípios = 20 900 – PANIFICAÇÃO.

Facturação de actividades do jogo – 15 Contos/Dia.

83 600 E X 1 A X 12 M = 1 003 200 Autorizações.

15 F X 83 600 E X 365 D = 457 710 000 Contos Facturação.

457 710 000 F X 10% A = 45 771 000 Contos Autorizações.

DEMAIS SECTORES ECONÓMICOS:

19 Municipais x 550 Municípios = 10 450 SECTORES ECONÓMICOS.

Facturação de actividades do jogo – 15 Contos/Dia.

$10\,450\text{ S} \times 1\text{ A} \times 12\text{ M} = 125\,400$ Autorizações.

$15\text{ F} \times 10\,450\text{ S} \times 365\text{ D} = 57\,213\,750$ Contos Facturação.

$57\,213\,750\text{ F} \times 10\% \text{ A} = 5\,721\,375$ Contos Autorizações.

AUTORIZAÇÕES de início de actividade e de reposição de existências correspondentes a 10% do total da Facturação.



AUTORIZAÇÕES:

CASAS DE JOGO – 2 007 500 Contos.

PAPELARIAS, LIVRARIAS E QUIOSQUES – 7 528 125 Contos.

TABACARIAS – 3 011 250 Contos.

HIPER-MERCADOS, SUPERMERCADOS E MERCADOS – 29 510 250 Contos.

HOTELARIA, RESTAURAÇÃO E PANIFICAÇÃO – 45 771 000 Contos.

DEMAIS SECTORES DE ACTIVIDADE ECONÓMICOS – 5 721 375 Contos.

TOTAL DE RECEITAS ANUAIS – 667 555 125 Contos.



CUSTOS

REAL INSTITUTO DO JOGO PORTUGUÊS – 2 213 640 Contos.

RESERVAS REAIS – 47 593 260 Contos.

NECESSIDADES DA FROTA DE TRANSPORTES – 2 748 225 Contos.

MUSEU NACIONAL DO JOGO – 2 000 000 Contos.

COMPARTICIPAÇÃO NO INTERCÂMBIO IMPERIAL PORTUGUÊS DE FORMAÇÃO, QUALIFICAÇÃO E COMPETÊNCIA PROFISSIONAL – 200 000 000 Contos.

COMPARTICIPAÇÃO NO INTERCÂMBIO DOS ANCIÃOS PORTUGUESES AO IMPÉRIO PORTUGUÊS – 293 000 000 Contos.

COMPARTICIPAÇÃO NO INTERCÂMBIO IMPERIAL PORTUGUÊS EDUCATIVO A REALIZAR PELAS UNIVERSIDADES PORTUGUESAS AO IMPÉRIO PORTUGUÊS – 30 000 000 Contos.

COMPARTICIPAÇÃO NO INTERCÂMBIO IMPERIAL PORTUGUÊS DESPORTIVO A REALIZAR PELOS CLUBES DESPORTIVOS AO IMPÉRIO PORTUGUÊS E PELAS ASSOCIAÇÕES DESPORTIVAS ÀS COMUNIDADES IMPERIAIS PORTUGUESAS A RESIDIREM NO MUNDO – 90 000 000 Contos.

TOTAL DE CUSTOS ANUAIS – 667 555 125 Contos.



ÍNDICE

DIPLOMA DO JOGO:

DIPLOMA DO JOGO – 1:

TÍTULO PRIMEIRO – JOGO – 2.

CAPÍTULO PRIMEIRO – DISPOSIÇÕES GERAIS – 2.

ARTIGO PRIMEIRO – OBJECTO E DEFINIÇÕES – 2.

ARTIGO SEGUNDO – TABELAS – 3.

ARTIGO TERCEIRO – ÂMBITO DA APLICAÇÃO E DO CONTROLO – 4.

ARTIGO QUARTO – LEIS E CONCEITOS TÉCNICOS – 5.

ARTIGO QUINTO – DEVER GERAL DE INFORMAÇÃO – 5.

ARTIGO SEXTO – LIBERALIZAÇÃO DAS ACTIVIDADES DO JOGO E DOS SERVIÇOS PRESTADOS DERIVADOS DAS MESMAS ACTIVIDADES – 5.

ARTIGO SÉTIMO – MINISTROS DO JOGO – 5.

CAPÍTULO SEGUNDO – AUTORIZAÇÃO, LICENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO – 6.

ARTIGO PRIMEIRO – LICENCIAMENTOS, CONDICIONAMENTOS E AUTORIZAÇÕES – 6.

ARTIGO SEGUNDO – PROCESSAMENTO DE AUTORIZAÇÃO – 7.

ARTIGO TERCEIRO – FISCALIZAÇÃO – 8.

ARTIGO QUARTO – NATUREZA DAS AUTORIZAÇÕES – 9.

ARTIGO QUINTO – REQUISITOS SUBJECTIVOS – 10.

ARTIGO SEXTO – MANUTENÇÃO E CADUCIDADE DA AUTORIZAÇÃO – 10.

ARTIGO SÉTIMO – REVOGAÇÃO OU SUSPENSÃO DA AUTORIZAÇÃO – 10.

ARTIGO OITAVO – EFEITOS DA REVOGAÇÃO DA AUTORIZAÇÃO – 10.

ARTIGO NONO – REGISTO DE ACTIVIDADE – 11.

ARTIGO DÉCIMO – IMPORTAÇÃO, INTRODUÇÃO, EXPORTAÇÃO E EXPEDIÇÃO – 11.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – COMPETÊNCIA FISCALIZADORA DOS ÓRGÃOS DE SOBERANIA FISCAIS E DAS ENTIDADES ALFANDEGÁRIAS – 12.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – DEVER DE COMUNICAÇÃO – 13.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – SEGURANÇA E RESERVAS REAIS – 13.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – PROVISÕES PARA MEIO DE TRANSPORTE INTERNACIONAL – 13.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – TAXAS – 14.

CAPÍTULO TERCEIRO – COORDENAÇÃO, COOPERAÇÃO E CONTROLO – 14.

ARTIGO PRIMEIRO – DIRECÇÃO GERAL DAS ALFÂNDEGAS – 14.

ARTIGO SEGUNDO – INFRACÇÕES ALFANDEGÁRIAS – 15.

ARTIGO TERCEIRO – COOPERAÇÃO INSTITUCIONAL – 15.

ARTIGO QUARTO – DEVER DE DENÚNCIA – 15.

ARTIGO QUINTO – CONTROLO – 15.

CAPÍTULO QUARTO – FORTUNATOS – 16.

ARTIGO PRIMEIRO – CONCESSÃO DE ALVARÁS – 16.

ARTIGO SEGUNDO – TIPOS DE ALVARÁS – 16.

ARTIGO TERCEIRO – PROIBIÇÃO DE CEDÊNCIA DE ALVARÁ – 18.

ARTIGO QUARTO – CASSAÇÃO DO ALVARÁ – 18.

ARTIGO QUINTO – COMÉRCIO ELECTRÓNICO ENTRE FORTUNATOS NACIONAIS – 18.

ARTIGO SEXTO – OBRIGAÇÕES ESPECIAIS DOS FORTUNATOS NO EXERCÍCIO DA ACTIVIDADE – 19.

ARTIGO SÉTIMO – OBRIGAÇÕES ESPECIAIS DOS FORTUNATOS NA VENDA AO PÚBLICO – 19.

ARTIGO OITAVO – CASINOS – 20.

ARTIGO NONO – BINGOS – 20.

ARTIGO DÉCIMO – ENTIDADES DE LOTARIA – 20.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – ENTIDADES DE APOSTAS – 20.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – HIPÓDROMOS – 20.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – ENTIDADES DE JOGOS DE SORTE – 20.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – ENTIDADES DE ROLETAS POPULARES – 21.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – ENTIDADES DE RIFAS – 21.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO – ENTIDADES DE BRINDES – 21.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – CASAS DE JOGO – 21.

ARTIGO DÉCIMO OITAVO – PAPELARIAS, LIVRARIAS E QUIOSQUES – 21.

ARTIGO DÉCIMO NONO – TABACARIAS – 21.

ARTIGO VIGÉSIMO – HIPER-MERCADOS, SUPERMERCADOS E MERCADOS – 22.

ARTIGO VIGÉSIMO PRIMEIRO – HOTELARIA, RESTAURAÇÃO E PANIFICAÇÃO – 22.

ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO – OUTROS ESTABELECIMENTOS – 22.

ARTIGO VIGÉSIMO TERCEIRO – OBRIGAÇÕES ESPECIAIS DOS FORTUNATOS NO APOIO, AUXÍLIO, ASSISTÊNCIA E DE OUTROS SERVIÇOS PRESTADOS DO JOGO – 22.

ARTIGO VIGÉSIMO QUARTO – ENTIDADES DE APOIO, AUXÍLIO, ASSISTÊNCIA E DE OUTROS SERVIÇOS PRESTADOS DO JOGO – 22.

ARTIGO VIGÉSIMO QUINTO – CONTROLO DE CONSUMO – 23.

ARTIGO VIGÉSIMO SEXTO – SUBTRACÇÃO, EXTRAVIO E DETERIORAÇÃO – 23.

ARTIGO VIGÉSIMO SÉTIMO – CASINOS, BINGOS, HIPÓDROMOS E OUTRAS INFRA-ESTRUTURAS DO JOGO – 23.

CAPÍTULO QUINTO – TRÁFICO, BRANQUEAMENTO E OUTRAS INFRACÇÕES – 24.

ARTIGO PRIMEIRO – TRÁFICO E OUTRAS ACTIVIDADES ILÍCITAS – 24.

ARTIGO SEGUNDO – ABUSO DE EXERCÍCIO DE PROFISSÃO – 26.

ARTIGO TERCEIRO – ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA – 27.

ARTIGO QUARTO – INCITAMENTO AO USO, UTILIZAÇÃO E CONSUMO ILÍCITO – 29.

ARTIGO QUINTO – TRÁFICO E CONSUMO ILÍCITO EM LUGARES PÚBLICOS OU DE REUNIÃO – 31.

ARTIGO SEXTO – DESOBEDIÊNCIA QUALIFICADA – 32.

ARTIGO SÉTIMO – RESPONSABILIDADE PENAL DAS PESSOAS COLECTIVAS OU EQUIPARADAS – 33.

ARTIGO OITAVO – REPATRIAMENTO DE ESTRANGEIROS E ENCERRAMENTO DE ESTABELECIMENTO – 33.

ARTIGO NONO – PERDA DE OBJECTOS – 33.

ARTIGO DÉCIMO – BENS MATERIAIS OU DIREITOS RELACIONADOS COM O FACTO – 34.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – DEFESA DE DIREITOS DE BOA-FÉ DE TERCEIROS – 34.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – BENS TRANSFORMADOS, CONVERTIDOS OU MISTURADOS – 35.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – LUCROS E OUTROS BENEFÍCIOS – 35.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – DESTINO DOS BENS DECLARADOS PERDIDOS A FAVOR DO ESTADO – 35.

CAPÍTULO SEXTO – CONSUMO – 35.

ARTIGO PRIMEIRO – CONSUMO – 35.

ARTIGO SEGUNDO – OBRIGAÇÕES E COMPROMISSO DE TODO O CONSUMIDOR DE ACTIVIDADES DO JOGO E DE SERVIÇOS PRESTADOS DERIVADOS DAS MESMAS ACTIVIDADES – 37.

ARTIGO TERCEIRO – OBRIGAÇÕES E COMPROMISSOS DE TODO O PROFISSIONAL DO JOGO – 37.

TÍTULO SEGUNDO – CICLO ECONÓMICO – 39.

CAPÍTULO PRIMEIRO – PRODUÇÃO E FABRICO – 39.

ARTIGO PRIMEIRO – PRODUÇÃO E FABRICO – 39.

ARTIGO SEGUNDO – CASINOS – 40.

ARTIGO TERCEIRO – BINGOS – 41.

ARTIGO QUARTO – ENTIDADES DE LOTARIAS – 41.

ARTIGO QUINTO – ENTIDADES DE APOSTAS – 42.

ARTIGO SEXTO – HIPÓDROMOS – 43.

ARTIGO SÉTIMO – ENTIDADES DE JOGOS DE SORTE – 43.

ARTIGO OITAVO – ENTIDADES DE ROLETAS POPULARES – 44.

ARTIGO NONO – ENTIDADES DE RIFAS – 45.

ARTIGO DÉCIMO – ENTIDADES DE BRINDES – 45.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – PROIBIÇÃO E EXCLUSÃO DA PRODUÇÃO OU DO FABRICO – 46.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – QUOTAS DE PRODUÇÃO E FABRICO – 46.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – AVALIAÇÃO DO PROCESSO – 47.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – ANÁLISE DO PRODUTO FINAL – 47.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – EXPERIÊNCIAS CIENTÍFICAS – 47.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO – PROCESSAMENTO DO CICLO ECONÓMICO PRODUTIVO – 47.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – FORNECIMENTOS ESPECÍFICOS – 48.

ARTIGO DÉCIMO OITAVO – CONTRIBUIÇÃO PARA O REAL INSTITUTO DO JOGO PORTUGUÊS – 49.

CAPÍTULO SEGUNDO – COMÉRCIO E SERVIÇOS – 49.

ARTIGO PRIMEIRO – CASAS DE JOGO – 49.

ARTIGO SEGUNDO – PAPELARIAS, LIVRARIAS E QUIOSQUES – 50.

ARTIGO TERCEIRO – TABACARIAS – 51.

ARTIGO QUARTO – HIPERMERCADOS, SUPERMERCADOS E MERCADOS – 51.

ARTIGO QUINTO – HOTELARIA, RESTAURAÇÃO E PANIFICAÇÃO – 52.

ARTIGO SEXTO – DEMAIS SECTORES DE ACTIVIDADE ECONÓMICOS – 53.

ARTIGO SÉTIMO – SERVIÇOS PRESTADOS – 53.

ARTIGO OITAVO – PRODUTORES E FABRICANTES – 55.

ARTIGO NONO – PROCESSAMENTO DO CICLO ECONÓMICO COMERCIAL – 55.

CAPÍTULO TERCEIRO – IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO, INTRODUÇÃO, EXPEDIÇÃO E TRÂNSITO – 56.

ARTIGO PRIMEIRO – IMPORTAÇÃO E INTRODUÇÃO – 56.

ARTIGO SEGUNDO – EXPORTAÇÃO E EXPEDIÇÃO – 56.

ARTIGO TERCEIRO – DECLARAÇÃO DE IMPORTAÇÃO E DECLARAÇÃO DE EXPORTAÇÃO – 57.

ARTIGO QUARTO – ACORDO COMERCIAL – 57.

ARTIGO QUINTO – ANÁLISE DOS PRODUTOS IMPORTADOS OU INTRODUZIDOS – 58.

ARTIGO SEXTO – EXPORTAÇÃO OU EXPEDIÇÃO PROIBIDA – 58.

ARTIGO SÉTIMO – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DE TRÂNSITO E TRANSBORDO – 58.

ARTIGO OITAVO – OUTROS CONDICIONALISMOS – 58.

CAPÍTULO QUARTO – REGISTOS INFORMÁTICOS DE CONTROLO – 58.

ARTIGO PRIMEIRO – DISPOSIÇÕES COMUNS – 58.

ARTIGO SEGUNDO – REGISTO DE ENTRADAS E SAÍDAS – 59.

ARTIGO TERCEIRO – SUBTRACÇÃO, EXTRAVIO E INUTILIZAÇÃO DE REGISTOS – 59.

ARTIGO QUARTO – REGISTO DAS EXISTÊNCIAS – 60.

CAPÍTULO QUINTO – PUBLICIDADE, INFORMAÇÃO E APROVAÇÃO – 60.

ARTIGO PRIMEIRO – PERMISSÃO DE PUBLICIDADE – 60.

ARTIGO SEGUNDO – INFORMAÇÃO DOS PRODUTOS OU SERVIÇOS, DAS PROBABILIDADES, DOS RISCOS E DA RENTABILIDADE E DOS MÉTODOS ECONÓMICOS E FINANCEIROS DOS ESTABELECIMENTOS DO JOGO – 60.

ARTIGO TERCEIRO – APROVAÇÃO DOS PRODUTOS OU SERVIÇOS, DAS PROBABILIDADES, DOS RISCOS E DA RENTABILIDADE E DOS MÉTODOS ECONÓMICOS E DE JOGO DOS ESTABELECIMENTOS DO JOGO – 61.

CAPÍTULO SEXTO – RESPONSABILIDADE CRIMINAL – 61.

ARTIGO PRIMEIRO – ACTO PROCESSUAL JURÍDICO – 61.

ARTIGO SEGUNDO – PROCEDIMENTO JURÍDICO – 61.

ARTIGO TERCEIRO – IMPORTAÇÃO, INTRODUÇÃO, EXPORTAÇÃO E EXPEDIÇÃO ILÍCITAS – 62.

ARTIGO QUARTO – INFORMAÇÃO E APROVAÇÃO DOS PRODUTOS OU SERVIÇOS, DAS PROBABILIDADES, DO RISCO E DA RENTABILIDADE E DOS MÉTODOS ECONÓMICOS E DE JOGO – 63.

ARTIGO QUINTO – ELEMENTOS ERRADOS – 64.

ARTIGO SEXTO – LICENÇA E AUTORIZAÇÃO – 66.

ARTIGO SÉTIMO – QUEBRA DE COOPERAÇÃO – 67.

ARTIGO OITAVO – INICIO DE ACTIVIDADE – 67.

ARTIGO NONO – DESALFANDEGAMENTO – 68.

ARTIGO DÉCIMO – APREENSÕES – 69.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – CICLO ECONÓMICO – 70.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – SUBTRACÇÃO, EXTRAVIO E DETERIORAÇÃO – 71.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – DEVERES DE SEGURANÇA – 72.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – CONTRIBUIÇÃO – 73.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – PUBLICIDADE – 73.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO – DIRECÇÃO DO JOGO E RESPONSÁVEIS PELA AUTORIZAÇÃO – 73.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – DENÚNCIA – 74.

ARTIGO DÉCIMO OITAVO – FRONTEIRAS – 76.

ARTIGO DÉCIMO NONO – RESERVA REAL – 76.

ARTIGO VIGÉSIMO – REAL INSTITUTO DO JOGO PORTUGUÊS – 77.

ARTIGO VIGÉSIMO PRIMEIRO – REGISTOS INFORMÁTICOS – 78.

ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO – ESTABELECIMENTOS DE VENDA AO PÚBLICO – 79.

ARTIGO VIGÉSIMO TERCEIRO – DOCUMENTOS, LICENÇAS E AUTORIZAÇÕES – 80.

ARTIGO VIGÉSIMO QUARTO – ACTOS PREPARATÓRIOS NOS CRIMES DO JOGO – 81.

ARTIGO VIGÉSIMO QUINTO – PENAS ACESSÓRIAS – 81.

TÍTULO TERCEIRO – DISPOSIÇÕES NORMATIVAS – 81.

CAPÍTULO PRIMEIRO – LEGISLAÇÃO SUBSIDIÁRIA – 81.

ARTIGO PRIMEIRO – LEGISLAÇÃO PENAL – 81.

ARTIGO SEGUNDO – APLICAÇÃO DA LEI PENAL PORTUGUESA – 81.

ARTIGO TERCEIRO – MEDIDAS RESPEITANTES A MENORES – 81.

ARTIGO QUARTO – LEGISLAÇÃO PROCESSUAL PENAL – 82.

ARTIGO QUINTO – FISCALIZAÇÃO E CONTROLO DOS CONSUMIDORES – 82.

ARTIGO SEXTO – EXERCÍCIO DA ACTIVIDADE DE FORTUNATOS POR PESSOAS COLECTIVAS – 82.

ARTIGO SÉTIMO – SECTORES DE ACTIVIDADE ECONÓMICOS E RECINTOS DE REALIZAÇÃO DE EVENTOS – 82.

ARTIGO OITAVO – ACTIVIDADES DO JOGOS LÚDICAS – 83.

ARTIGO NONO – CONCURSOS, SORTEIOS E BRINDES – 83.

ARTIGO DÉCIMO – ENTIDADES DO JOGO INTERNACIONAIS – 83.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – EVENTOS PROMOCIONAIS – 83.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – SERVIÇOS COMPLEMENTARES – 84.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – RESPONSABILIDADE CIVIL – 84.

CAPÍTULO SEGUNDO – NORMAS ESPECIAIS – 84.

ARTIGO PRIMEIRO – INVESTIGAÇÃO CRIMINAL – 84.

ARTIGO SEGUNDO – COOPERAÇÃO INSTITUCIONAL – 84.

ARTIGO TERCEIRO – REGISTO CENTRAL – 85.

ARTIGO QUARTO – COOPERAÇÃO INTERNACIONAL – 86.

ARTIGO QUINTO – PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES E APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS – 86.

ARTIGO SEXTO – COMUNICAÇÃO DAS DECISÕES – 86.

ARTIGO SÉTIMO – MISSÃO – 87.

ARTIGO OITAVO – FROTA DO REAL INSTITUTO DO JOGO PORTUGUÊS – 87.

CAPÍTULO TERCEIRO – DISPOSIÇÕES FINAIS – 87.

ARTIGO PRIMEIRO – REPRESENTAÇÃO INTERNACIONAL – 87.

ARTIGO SEGUNDO – OPERAÇÕES ESPECIAIS DE PREVENÇÃO CRIMINAL – 88.

ARTIGO TERCEIRO – ACTIVIDADES DE PREVENÇÃO – 89.

ARTIGO QUARTO – RELATÓRIO ANUAL – 90.

ARTIGO QUINTO – DIAGNÓSTICO, QUALIFICAÇÃO E QUANTIFICAÇÃO DE ACTIVIDADES DO JOGO E DE SERVIÇOS PRESTADOS DERIVADOS DAS MESMAS ACTIVIDADES – 91.

ARTIGO SEXTO – ESPÉCIES MARINHAS EM VIAS DE EXTINÇÃO – 92.

ARTIGO SÉTIMO – ESPÉCIES ANIMAIS EM VIAS DE EXTINÇÃO – 92.

ARTIGO OITAVO – ESPÉCIES VEGETAIS EM VIAS DE EXTINÇÃO – 92.

ARTIGO NONO – ESPÉCIES VEGETAIS NOCIVAS AO SOLO – 93.

ARTIGO DÉCIMO – MINERAIS EM VIAS DE EXTINÇÃO – 93.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – REAL INSTITUTO DO JOGO PORTUGUÊS – 93.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – PROIBIÇÃO DE ENCARGOS ADICIONAIS SOBRE OS PRÉMIOS DE JOGO – 94.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – ENTIDADES DO JOGO DE FACHADA – 94.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – PARAÍSO FISCAL – 94.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – PRIVATIZAÇÃO DAS EXPLORAÇÕES DO JOGO PÚBLICAS – 94.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO – ENTIDADE REGULADORA DO JOGO – 94.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – INSPECTORES DO JOGO – 95.

ARTIGO DÉCIMO OITAVO – PROIBIÇÃO DE ACTIVIDADES DO JOGO – 95.

ARTIGO DÉCIMO NONO – MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO JOGO – 95.

ARTIGO VIGÉSIMO – CONSELHO DO PROVEDOR DO JOGO – 95.

ARTIGO VIGÉSIMO PRIMEIRO – CASINOS, BINGOS E OUTRAS INFRA-ESTRUTURAS DO JOGO – 95.

ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO – TABULAGEM – 96.

ARTIGO VIGÉSIMO TERCEIRO – ENTIDADES DO JOGO – 96.

ARTIGO VIGÉSIMO QUARTO – REAL BANCO DE PORTUGAL – 96.

ARTIGO VIGÉSIMO QUINTO – CASINOS DE PORTUGAL – 96.

ARTIGO VIGÉSIMO SEXTO – CASINOS – 97.

ARTIGO VIGÉSIMO SÉTIMO – HOTELARIA E ARTES CULTURAIS NOS CASINOS – 97.

ARTIGO VIGÉSIMO OITAVO – MÁQUINAS DE JOGO – 97.

ARTIGO VIGÉSIMO NONO – JACKPOT DOS CASINOS DE PORTUGAL – 98.

ARTIGO TRIGÉSIMO – BINGOS DE PORTUGAL – 98.

ARTIGO TRIGÉSIMO PRIMEIRO – BINGOS – 98.

ARTIGO TRIGÉSIMO SEGUNDO – HOTELARIA NOS BINGOS – 98.

ARTIGO TRIGÉSIMO TERCEIRO – ACUMULADO DOS BINGOS DE PORTUGAL – 99.

ARTIGO TRIGÉSIMO QUARTO – ENTIDADES DE LOTARIAS – 99.

ARTIGO TRIGÉSIMO QUINTO – ENTIDADES DE APOSTAS – 99.

ARTIGO TRIGÉSIMO SEXTO – PROIBIÇÃO DE APOSTAS – 99.

ARTIGO TRIGÉSIMO SÉTIMO – HIPÓDROMOS DE PORTUGAL – 100.

ARTIGO TRIGÉSIMO OITAVO – HIPÓDROMOS – 100.

ARTIGO TRIGÉSIMO NONO – HOTELARIA NOS HIPÓDROMOS – 100.

ARTIGO QUADRAGÉSIMO – ACUMULADO DOS HIPÓDROMOS DE PORTUGAL – 100.

ARTIGO QUADRAGÉSIMO PRIMEIRO – JOGO POR SISTEMA INFORMÁTICO – 101.

ARTIGO QUADRAGÉSIMO SEGUNDO – ENTIDADES DE JOGO POR SISTEMA INFORMÁTICO – 101.

ARTIGO QUADRAGÉSIMO TERCEIRO – ENTIDADES DE JOGOS DE SORTE – 101.

ARTIGO QUADRAGÉSIMO QUARTO – ROLETAS POPULARES DE PORTUGAL – 102.

ARTIGO QUADRAGÉSIMO QUINTO – ENTIDADES DE ROLETAS POPULARES – 102.

ARTIGO QUADRAGÉSIMO SEXTO – ENTIDADES DE RIFAS – 102.

ARTIGO QUADRAGÉSIMO SÉTIMO – ENTIDADES DE BRINDES – 103.

ARTIGO QUADRAGÉSIMO OITAVO – LIXOS E DETRITOS DE JOGO – 103.

ARTIGO QUADRAGÉSIMO NONO – ESCOLAS E UNIVERSIDADES – 103.

ARTIGO QUINQUAGÉSIMO – ABUSO DE PATENTE E PIRATARIA – 103.

ARTIGO QUINQUAGÉSIMO PRIMEIRO – RECLASSIFICAÇÃO DAS ACTIVIDADES DO JOGO E DOS SERVIÇOS PRESTADOS DERIVADOS DAS MESMAS ACTIVIDADES – 104.

ARTIGO QUINQUAGÉSIMO SEGUNDO – TRANSIÇÃO PARA O NOVO REGIME LEGAL – 104.

ARTIGO QUINQUAGÉSIMO TERCEIRO – MANIFESTO VOLUNTÁRIO – 104.

ARTIGO QUINQUAGÉSIMO QUARTO – INFORMAÇÃO AOS FORTUNATOS – 105.

ARTIGO QUINQUAGÉSIMO QUINTO – ENTRADA EM VIGOR – 105.

REAL INSTITUTO DO JOGO PORTUGUÊS – ECONOMIA – 107.

ÍNDICE – 113.

RAZÃO - VERDADE - JUSTIÇA